



**TAÍS SANDRIM JULIÃO**

**O BRASIL NO MUNDO E O MUNDO NO BRASIL:**

**A FORMAÇÃO DE QUADROS, A PRODUÇÃO DE  
CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Brasília, 7 de Dezembro de 2009.

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

## **O BRASIL NO MUNDO E O MUNDO NO BRASIL:**

### **A FORMAÇÃO DE QUADROS, A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração História das Relações Internacionais, pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, elaborado por Taís Sandrim Julião, sob orientação do Professor Doutor Antônio Carlos Moraes Lessa.

## **Comissão Examinadora**

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa (IREL-UnB Orientador).

---

Prof. Dra. Tânia Manzur (UCB)

---

Prof. Dr. Eiiti Sato (IREL-UnB)

---

Prof. Dr. Virgílio Arraes (IH-UnB Suplente)

Brasília, 7 de Dezembro de 2009.

"conhecer é negociar, trabalhar, discutir, debater-se com o desconhecido que se reconstitui incessantemente, porque toda solução produz nova questão." (Edgar Morin, *Ciência com Consciência*)

*À minha mãe e ao meu pai, pelo respeito e apoio às  
minhas escolhas.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Antônio Carlos Moraes Lessa, que contribuiu de diversas maneiras para que este trabalho pudesse ser realizado da melhor forma possível, sempre atencioso e gentil em nossos encontros. Sem dúvidas suas orientações não se restringiram à execução desta pesquisa.

Aos professores e funcionários do Instituto de Relações Internacionais, que me acolheram com simpatia e contribuíram para tornar essa caminhada mais agradável. Em especial, agradeço o professor Estevão Martins pelas oportunidades, pelo diálogo privilegiado, pelos livros, enfim, pela cordialidade de sempre.

Aos colegas da pós-graduação, com os quais tive a sorte de construir laços de amizade: Diego Trindade, Gustavo Mendonça, Gustavo Simões, Izadora Xavier, Juliano Cortinhas e Leandro Couto. Um agradecimento especial a Ricardo dos Santos Poletto, que mais do que um colega, tornou-se um companheiro no sentido mais elevado e afetivo dessa palavra.

Aos professores e colegas da UNESP/Marília, que fizeram parte de minha trajetória acadêmica e que, mesmo a distância, me apoiaram e acreditaram nas minhas escolhas. Em especial, ao amigo Hermes Moreira Jr., pela cumplicidade, incentivo e amizade sincera.

Aos meus pais, que compreenderam a necessidade de minha mudança para Brasília e os esforços e a dedicação que a elaboração de uma dissertação exige. Sem cobranças, tornaram sem dúvidas a distância menos penosa.

Por fim, porém não menos importante, as minhas amigas-irmãs, com quem divido mais do que despesas de moradia: Ana Ravena, Luiza, Paula e Sarah. Muito obrigada pelo apoio e carinho diários, e por me proporcionarem um ambiente extremamente feliz desde quando cheguei a Brasília.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender a construção da área acadêmica de Relações Internacionais no Brasil. A primeira experiência institucional data de 1974 com a abertura do curso de graduação da Universidade de Brasília. Todavia, não foi somente a partir desta iniciativa que o conhecimento de Relações Internacionais passou a ser produzido no país. Nesse sentido, buscou-se evidenciar os elementos de ordem política, econômica, social e cultural que contribuíram para que a área fosse implantada em parâmetros de relativa autonomia institucional e alcançasse um crescimento significativo a partir da década de 1990. Para tal empreendimento, foram adotados métodos qualitativos e quantitativos, balizados pela abordagem histórico-analítica.

**Palavras-chave:** Relações Internacionais do Brasil; Ensino de Relações Internacionais no Brasil; História da Política Externa Brasileira.

## **ABSTRACT**

The objective of this thesis is to understand the building of an International Relations academic area in Brazil. The first institutional experience dates back to 1974 with the opening of the undergraduate program at University of Brasilia. However, it was not only from this initiative that International Relations knowledge began to be produced in the country. Accordingly, this study highlights the political, economic, social and cultural factors in which the area was founded, becoming institutionally autonomous and achieving significant growth by the 1990s. For this project, qualitative and quantitative methods were adopted based on the historical analytical approach.

**Key-words:** Brazilian International Relations; Teaching of International Relations in Brazil; History of Brazilian Foreign Policy.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>p. 8</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>p. 9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>p. 9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>p. 10</b>
<b>CAPÍTULO I. HISTÓRIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EXPERIÊNCIAS GLOBAIS</b>	
1.1. A história de Relações Internacionais .....	p. 17
1.2. Experiências institucionais de Relações Internacionais: o ensino, a formação de quadros e a produção de conhecimento .....	p. 28
1.3. Experiências globais de ensino de Relações Internacionais .....	p. 33
1.3.1. O espaço latino-americano .....	p. 33
1.3.2. A experiência dos Estados Unidos .....	p. 39
1.3.3. A trajetória européia: Reino Unido e França .....	p. 43
1.4. Considerações do primeiro capítulo .....	p. 48
<b>CAPÍTULO II. OS ANTECEDENTES DA GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL (1930-1974)</b>	
2.1. Notas sobre o recorte temporal: 1930 a 1974 .....	p. 49
2.2. Método de análise: o modelo explicativo de Ole Wæver .....	p. 52
2.3. A aplicação ao caso brasileiro: um modelo interpretativo a partir da contribuição de Amado Cervo .....	p. 56
2.3.1. Sociedade e Política .....	p. 59
2.3.1.1. De 1930 a 1954: os anos Vargas .....	p. 60
2.3.1.2. De 1954 a 1964: o nacional-desenvolvimentismo ....	p. 69
2.3.1.3. De 1964 a 1974: os militares no poder .....	p. 79
2.3.2. Ciências Sociais .....	p. 87
2.4. Considerações do segundo capítulo .....	p. 93

### **CAPÍTULO III. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL (1974-2008)**

3.1. A iniciativa pioneira da Universidade de Brasília .....	p. 94
3.2. Apresentação e discussão do perfil da graduação de Relações Internacionais no Brasil .....	p. 104
3.3. Atividades intelectuais em Relações Internacionais .....	p. 126
3.3.1. Estrutura social e intelectual da disciplina .....	p. 127
3.3.2. Influência de tradição teórica de outros países .....	p. 131
3.3.3. Produtores de conceitos .....	p. 134
3.4. Considerações do terceiro capítulo .....	p. 136

**CONCLUSÃO .....** p. 137

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....** p. 141

#### **ANEXOS**

Anexo 1. Cursos de Relações Internacionais no Brasil (Jan. 2009) .....	p. 149
Anexo 2. Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil (Jun. 2009) .....	p. 157
Anexo 3. O Sistema de Educação Superior no Brasil .....	p. 158
Anexo 4. Entrevista com Professor Padre José Carlos Brandi Aleixo .....	p. 159

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I. Distribuição regional dos cursos de Relações Internacionais no Brasil (2009) .....	p. 107
GRÁFICO II. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais na região Sudeste do Brasil (2009) .....	p. 108
GRÁFICO III. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por tipo de instituição (2009) .....	p. 110
GRÁFICO IV. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por categoria administrativa das instituições públicas (2009) .....	p. 111
GRÁFICO V. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por categoria administrativa das instituições privadas (2009) .....	p. 111
GRÁFICO VI. Distribuição do número de vagas autorizadas nos cursos de Relações Internacionais por grupo de estados (2009) .....	p. 114
GRÁFICO VII. Distribuição das vagas autorizadas dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por período (2009) .....	p. 114
GRÁFICO VIII. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por reconhecimento (2009) .....	p. 118
GRÁFICO IX. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 119
GRÁFICO X. Distribuição da criação de cursos de Relações Internacionais no Brasil de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 119
GRÁFICO XI. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria pública de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 122
GRÁFICO XII. Distribuição da criação dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria pública de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 122
GRÁFICO XIII. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria privada de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 123
GRÁFICO XIV. Distribuição da criação dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria privada de 1974 a 2008 (2009) .....	p. 123

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I. Instituições acadêmicas de Relações Internacionais na América Latina (2003) .....	p. 36
QUADRO II. Instituições universitárias com graduação em Relações Internacionais na Argentina (2009) .....	p. 38
QUADRO III. Principais instituições universitárias de Relações Internacionais do Reino Unido (2008) .....	p. 45
QUADRO IV. Modelo explicativo de Ole Wæver .....	p. 54
QUADRO V. Modelo interpretativo a partir do modelo de Ole Wæver com contribuições de Amado Cervo .....	p. 59
QUADRO VI. Avaliação de Oportunidades de Emprego em Relações Internacionais .....	p. 98
QUADRO VII. Corpo docente do curso de Relações Internacionais da UnB em 1977 .....	p. 102
QUADRO VIII. Concentração dos cursos de Relações Internacionais nos estados (2009) .....	p. 108
QUADRO IX. Concentração do número de vagas autorizadas nos cursos de Relações Internacionais por estado (2009) .....	p. 113

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Principais instituições universitárias norte-americanas de Relações Internacionais (2008) .....	p. 41
---	-------

## INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais (RI), consideradas como uma disciplina relativamente autônoma em relação às demais das Ciências Sociais e Humanas, adquiriram *status* acadêmico somente no século XX. O registro da primeira experiência institucional data de 1919, com a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Aberystwyth, País de Gales. Naquele momento, as motivações que levaram a tal iniciativa estavam relacionadas à Primeira Guerra Mundial e seu impacto internacional, que estimularam a percepção de que a guerra em dimensões globais deveria figurar como um objeto específico de estudo, que exige discussão aprofundada e consideração em termos de problema social.<sup>1</sup>

Nesse sentido, esta experiência sugere que existe uma relação entre a percepção da sociedade quanto aos fenômenos e problemas que a afetam, e a construção de espaços institucionalizados de reflexão, principalmente de caráter acadêmico, para tratar esses questionamentos nos padrões de cientificidade modernos.

Como uma ciência social, a especificidade das RI no que diz respeito à consideração científica de sua viabilidade encontra-se na diferenciação estabelecida entre os eventos relativos ao ambiente internacional e os eventos de ordem nacional, e as possíveis relações entre essas duas dimensões, ou seja, o local e o global. Foi a partir desse núcleo que as RI pautaram sua autonomia e sua ontologia, e com o auxílio de outras disciplinas desenvolveram teorias e metodologias próprias.

É preciso enfatizar, todavia, que existem diferenças entre o desenvolvimento de uma disciplina e a construção de uma área institucionalizada, ainda que ambos estejam relacionados. Ao abordar as questões referentes a uma disciplina, o foco direciona-se a elementos de origem prioritariamente interna à dinâmica intelectual, tais como as discussões teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas que levam a construção de uma agenda de pesquisa especializada e orgânica. Os elementos de ordem externa, tais como as influências, as demandas e as percepções da sociedade, são relevantes, mas não figuram como o interesse principal.

A consideração em termos de área institucionalizada, por sua vez, privilegia outras questões e preocupa-se mais com os desdobramentos da dinâmica da disciplina

---

<sup>1</sup> BARBÉ, Éster. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1995.

do que com esta em si. Isso significa valorizar os elementos de ordem externa e seu papel no processo de institucionalização, bem como a percepção de que esse processo, inserido no espaço acadêmico, resulta em atividades de formação de quadros e em produção de conhecimento especializado.

De acordo com Bell, para compreender o desenvolvimento histórico de determinada ciência social seria insuficiente concentrar a pesquisa em uma história dos conceitos e dos argumentos ou em uma sociologia institucional. Isso porque estas aplicações trabalhadas de forma isolada são incapazes de acessar a complexa rede que envolve instituições, agentes e produção de conhecimento. Diante desse desafio, o autor propõe a adoção de uma perspectiva de análise heurística em oposição a uma ontológica, que estaria na base dessa discussão. O resultado seria a distinção entre *knowledge-practices* e *knowledge-complexes*.

Knowledge-practices are articulations of thinking, and “theoretical” domains. This includes theories, arguments, conceptual schemes, specialized vocabularies, political ideologies and policy prescriptions, as well as the numerous ways in which knowledge is constructed and validated, expertise assigned and intellectual legitimacy distributed. Knowledge-complexes are the ecologies – institutions, networks, organizational structures, or “assemblages” of all these – in which knowledge is fertilized, rendered intelligible and disseminated. In order to analyse the modern social sciences it is essential to pay attention to both dimensions.<sup>2</sup>

Dessa forma, o estudo do processo de institucionalização acadêmica de determinada disciplina – ou seja, sua consideração enquanto *área* -, não é arbitrária, pois, à luz de uma avaliação positiva sobre as dimensões sociais do conhecimento, apresenta potencial explicativo sobre as demandas e as respostas da sociedade com relação à percepção de seus próprios problemas. Assim, vislumbra-se uma relação de mão dupla a partir de um olhar heurístico: ao mesmo tempo em que a sociedade traz elementos para a formulação dos questionamentos e dos desafios das instituições acadêmicas, estas necessitam dialogar ordinariamente com a primeira para que permaneçam viáveis e válidas, cumprindo com o papel esperado da atividade científica.

---

<sup>2</sup> BELL, Duncan. Writing the World: disciplinary history and beyond. In: *International Affairs*, n. 85, v. I, 2009, p.12.

Em RI, bem como qualquer outra área do conhecimento social, essa relação parece válida.

No caso específico das RI, apesar de sua primeira experiência institucional ter sido motivada pelo advento do conflito em escala global, as demais iniciativas não mantiveram sua lógica de constituição relacionada a esse problema. A própria agenda de pesquisa da disciplina, circunscrita ao ambiente acadêmico, foi largamente diversificada, acompanhando as dinâmicas dos fenômenos que tomavam forma no espaço internacional e a influência das expectativas dos países no que concerne a sua inserção internacional. Isso diz respeito ao fato de que, apesar de ter vinculada em seu nome a questão do internacional, as RI conformadas como uma área adquirem as características nacionais do país em que são constituídas. Em outras palavras, a percepção e o conceito de internacional varia de acordo com referenciais nacionais, e por esse motivo é necessário incorporar no estudo sobre a história das RI o que Bell chamou de *histories of the global*<sup>3</sup>, ou seja, os diferentes modos de construir uma referência do internacional.

Somado a isso, a percepção contemporânea sobre o impacto de fenômenos como a globalização em suas dimensões econômicas, financeiras e culturais e as tecnologias - sobretudo a internet - que relativizam concepções tradicionais de tempo, espaço e acesso a informações - lançam luz sobre os fenômenos internacionais, ampliando o interesse de diversos setores da sociedade nos eventos que acontecem nesse ambiente e até mesmo a importância destes para as questões nacionais.

Diante desse cenário complexo, no qual se relacionam conhecimento especializado, Estado, instituições acadêmicas e sociedade, a análise da formação da área de RI emerge como um objeto de estudo relevante, notadamente quando aplicada ao estudo histórico desse processo em um caso específico como propõe esta dissertação, a saber, o Brasil.

A primeira iniciativa institucional em nível acadêmico no país ocorreu com a criação do curso de graduação em RI na Universidade de Brasília (UnB), em 1974. No entanto, parece equivocado inferir desse fato que o Brasil não possuía uma reflexão que envolvesse as relações internacionais<sup>4</sup> anterior a essa data. Podem-se apontar três razões principais para esse argumento.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>4</sup> Com letras minúsculas, refere-se ao fenômeno das relações entre os Estados.

Primeiramente, porque em virtude da própria interdisciplinaridade<sup>5</sup> das RI, esta reflexão foi desenvolvida em áreas estabelecidas anteriormente em nível acadêmico que integram e auxiliam os estudos sobre as questões internacionais, tais como a Ciência Política, a Economia, o Direito e a História.

Em segundo lugar, porque havia a percepção em setores da sociedade brasileira, principalmente de intelectuais a partir da década de 1930, sobre a necessidade de realizar e aprofundar estudos sobre as possibilidades de inserção internacional do Brasil que maximizassem o projeto de desenvolvimento nacional. Esse era o caso de instituições como o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) criado em 1954 e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de 1955. A *Revista Brasileira de Política Internacional*, mais importante veículo de divulgação acadêmica sobre as relações internacionais, foi fundada em 1958; ou seja, anterior à primeira iniciativa institucional de RI.

Somado a isso, a Diplomacia por meio de seu centro de formação de diplomatas, o Instituto Rio Branco criado em 1945, figura como instituição tradicional responsável pela preparação de quadros para atuar externamente em nome do país e que, portanto, exige o domínio de questões internacionais. Dessa forma, percebe-se que ambos participaram de modo significativo em termos de reflexão sobre as relações internacionais, não configurando, todavia, uma contribuição científica na concepção rigorosa.

Diante disso, a delimitação do objeto desta dissertação foi orientada sem negligenciar estas nuances e especificidades que marcam a experiência brasileira, sobretudo em relação aos atores e aos setores interessados em relações internacionais. Assim, optou-se por circunscrever a discussão em torno do problema da *graduação em RI no Brasil*.

Com efeito, o advento de um curso de graduação representou a base e o pressuposto das atividades acadêmicas autônomas na área, já que foi a partir desta iniciativa que as RI obtiveram seu reconhecimento institucional como um núcleo

---

<sup>5</sup> Existe diferença entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade das Relações Internacionais. A primeira diz respeito à consideração de outras áreas de estudo correlatas, inseridas no âmbito das ciências sociais e humanas, que colaboram de modo integral respeitando as fronteiras disciplinares, na reflexão sobre as relações internacionais. A lógica que prevalece é a cumulativa, ou seja, cada área é considerada em sua especificidade e com potencial de colaborar nesse formato. A segunda, por sua vez, supera essa perspectiva, advogando a artificialidade das fronteiras e sugerindo um diálogo e um intercâmbio efetivo entre as áreas, visando alcançar de modo produtivo uma maior compreensão da realidade.

específico de formação e de produção de conhecimento. Quatro fatores podem fundamentar esta afirmação.

Em primeiro lugar, a graduação pode ser considerada como a atividade de maior abrangência na área devido ao número de vagas oferecidas, que deve ser razoável para justificar sua própria existência. Além disso, ela estimula a visibilidade da área em virtude do processo de seleção e sua concorrência intrínseca, que no caso brasileiro ocorre geralmente em formato de vestibular.

Em segundo lugar, é a atividade inserida no espaço acadêmico que mais motiva a contratação de docentes, que, uma vez contratados, possuem as condições e o potencial de desenvolver pesquisas específicas na área como parte de sua dinâmica de trabalho.

Em terceiro lugar, como há necessidade de docentes para atuarem nas graduações, por conseqüência faz-se necessário oferecer cursos de pós-graduação para a formação desses professores. Esse fato não só incentiva as instituições a buscarem as condições para que esta exigência seja suprida, como também favorece o estabelecimento de uma cultura de pesquisa especializada em RI.

Como quarta e última razão, uma vez que são oferecidas e consolidadas as estruturas de pesquisa necessárias para a produção de conhecimento, igualmente são beneficiadas as possibilidades de divulgação desse conhecimento, por meio de artigos científicos, livros, ensaios, resenhas, enfim, os tipos de publicações características do universo acadêmico. Estas publicações representam, em grande medida, os elementos de qualificação e robustecimento da área e as ferramentas utilizadas na formação de quadros especializados em RI.

Em síntese, a graduação figura como uma espécie de *fim último* da área, pois é por meio desta que são articuladas as atividades relacionadas tanto ao desenvolvimento da disciplina quanto da área de RI em termos acadêmicos.

Posto isso, o objetivo geral desta dissertação é analisar historicamente o processo de organização institucional das RI no Brasil, buscando evidenciar as circunstâncias que influenciaram a criação do primeiro curso no país, bem como as razões para o posterior desenvolvimento da área. Como objetivo específico, o interesse diz respeito às possíveis relações entre a criação e o crescimento institucional e os modelos de inserção internacional do país, considerados em termos de paradigmas de

política externa.<sup>6</sup>

A abordagem metodológica do trabalho tem como referência a análise histórica orientada por conceitos. Esta opção levou em consideração as reflexões de Amado Luiz Cervo sobre os limites das teorias e sobre o caráter social e nacional dos conceitos. Segundo o autor, quando articulados, estes podem adquirir valor instrumental e operacional mais consistente do que a teoria, que, embora tenha a pretensão de universalidade, carrega consigo valores e padrões de condutas do país onde é formulada.<sup>7</sup>

Essa proposta parece pertinente nos termos desta dissertação porque busca relacionar a produção do conhecimento à inserção internacional do país, cruzando variáveis de ordem política, econômica, social e cultural. Nesse sentido, para compreender o processo de institucionalização da área de RI no Brasil não é possível formular ou aplicar uma teoria universal sobre o tema, já que cada experiência e cada trajetória possui suas especificidades, que devem ser interpretadas a partir de referenciais de análise nacionais.

Com relação ao método, foram adotados quatro procedimentos, a saber: a) revisão bibliográfica; b) análise documental; c) coleta e análise de dados por meio de recursos quantitativos e qualitativos; d) entrevista.

A revisão bibliográfica levou em consideração a literatura nacional e internacional que trata diretamente ou indiretamente do tema da institucionalização das RI. Esse material encontra-se em sua maioria em formato de periódicos, mas também pode ser acessado em menor escala em livros e capítulos de livros.

A análise documental foi realizada junto à Secretaria do Instituto de Relações Internacionais da UnB, que possui em seu acervo todos os documentos referentes à criação e ao reconhecimento do primeiro curso de RI brasileiro.

A coleta de dados, por sua vez, foi empreendida junto aos órgãos que gerenciam a educação superior no Brasil, como o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Ensino Superior (SESu) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A análise quantitativa foi realizada por meio de recursos estatísticos, seguida pelas análises qualitativas dos resultados à luz da bibliografia

---

<sup>6</sup> CERVO, Amado Cervo; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

<sup>7</sup> CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008a.

consultada.

A entrevista com o Professor José Carlos Brandi Aleixo, um dos protagonistas da criação do curso de RI da UnB, foi realizada por telefone e posteriormente sistematizada e transcrita em formato de texto. O interesse em adotar tal procedimento relaciona-se, por um lado, a confirmação de informações encontrada nos documentos e, por outro, pelo valor documental que representa, já que o entrevistado esteve envolvido diretamente com a iniciativa.

O recorte temporal da pesquisa está situado prioritariamente entre 1974 e 2008. Entretanto, como havia o interesse em explorar as dinâmicas que impulsionaram a primeira iniciativa institucional, foi realizado um recorte temporal auxiliar, referindo-se ao período entre 1930 e 1974.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da conclusão. No primeiro capítulo são discutidas as abordagens mais recentes nos estudos sobre a história da disciplina e da área de RI. Além disso, é apresentado um panorama do processo de institucionalização da área de RI na América Latina – com ênfase na Argentina –, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na França, visando ressaltar a especificidade da experiência brasileira.

O segundo capítulo dedica-se ao estudo dos antecedentes da primeira iniciativa institucional na área de RI. São abordadas questões de ordem metodológica e apresentado o modelo denominado interpretativo de análise histórica do caso brasileiro. Também fazem parte do capítulo a identificação e a problematização dos elementos que influenciaram a construção das RI no país.

O capítulo três, por sua vez, se propõe a discutir os resultados das pesquisas documentais, dos dados e da entrevista, compondo um perfil da graduação de RI no Brasil desde seu primeiro curso em 1974. As principais atividades intelectuais relativas às RI são apresentadas, buscando desenhar um perfil institucional da comunidade acadêmica.

Por fim, a conclusão tenta explorar as possíveis relações entre o crescimento das RI e a inserção internacional do Brasil pautada pelo eixo estratégico de desenvolvimento econômico nacional, constante na formulação da política externa e na agenda política doméstica.

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EXPERIÊNCIAS GLOBAIS

### 1.1. A história de Relações Internacionais

A constituição de Relações Internacionais (RI) como área de estudos autônoma é um evento relativamente recente. Os esforços de compreensão de suas origens, desenvolvimento, consolidação e expansão – ou seja, os elementos que possibilitam escrever sua história –, comumente utilizam como referência básica uma narrativa progressiva, na qual contextos históricos são relacionados a aspectos institucionais, resultando em uma história linear<sup>8</sup>.

Com efeito, esse tipo de narrativa tem se mostrado insuficiente para a construção de uma história da disciplina. Diante disso, ganhou força a partir dos anos 2000 um movimento iniciado notadamente no âmbito das academias européias e norte-americana a partir da década de 1990 voltado para o aprofundamento e renovação das pesquisas sobre a história das RI. Essas iniciativas estão distribuídas em diferentes agendas, com igual diversidade de perspectivas e conceitos.

Uma das alternativas que marcam essa mudança no tratamento do tema tem sido o recurso à Sociologia da Ciência, uma disciplina que, assim como RI, também experimentou institucionalização recente. E, como tantas outras, ainda não está consolidada, tampouco imune a transformações em seus princípios, conceitos e argumentos. Por essa razão, seu uso tem sido feito de modo cauteloso, sem negligenciar a sua dinâmica interna e seus desafios<sup>9</sup>.

Ao partir da premissa da ciência como prática social, uma Sociologia da Disciplina<sup>10</sup> vem sendo formulada na área de RI combinada a discussões

---

<sup>8</sup> BELL, Duncan, op.cit., p. 6.

<sup>9</sup> BÜGER, Christian. Paradigms, Cultures and Translations: Seven Ways of Studying the Discipline of International Relations. *Draft Paper for presentation at the Annual Conference of The International Studies Association*, Chicago, Fev. 2007.

<sup>10</sup> *Disciplinary Sociology*, no original.

historiográficas. Em uma perspectiva revisionista, esse direcionamento busca incluir na narrativa outras questões - como práticas, instituições, fatores estruturais e ambientais -, que possam ser problematizadas para então emergirem como variáveis explicativas<sup>11</sup>.

Dentre as questões que têm sido negligenciadas, marginalizadas ou exploradas superficialmente pelas abordagens tradicionais, quatro parecem particularmente relevantes nos termos desse estudo: 1) o problema da definição de RI como uma disciplina, um campo ou uma área de estudos<sup>12</sup>; 2) o problema semântico<sup>13</sup>, relativo à adequação do nome RI ao objeto e aos objetivos dos estudos internacionais; 3) a construção de mitos, especialmente reforçados pela organização e propagação da história da disciplina de RI em termos de grandes debates<sup>14</sup>; e 4) as conseqüências do fato de as primeiras experiências institucionais terem ocorrido nos Estados Unidos e no Reino Unido<sup>15</sup>.

No que diz respeito ao problema da definição, Kaplan<sup>16</sup> questiona-se sobre a possibilidade de denominar RI como uma disciplina autônoma, a exemplo da Sociologia, da Economia e da Ciência Política. Para o autor, as RI podem ser consideradas uma subdisciplina se forem tomados como referência dois aspectos, a saber, sua história “disciplinar” e a natureza do objeto de estudo.

Ao analisar a história da Ciência Política, Kaplan aponta que ocorreu uma separação entre esta e os estudos históricos e legais. Essa separação marcou a especificidade da disciplina, restringindo-a aos estudos factuais das instituições políticas existentes. No decorrer de seu desenvolvimento, tornou-se possível construir uma abordagem interdisciplinar, ou seja, utilizando teorias e conceitos de outras disciplinas correlatas, porém a partir de uma base teórica e factual própria já acumulada. Ainda que houvessem estudos e abordagens revolucionárias, estes eram aplicados a problemas considerados tradicionais da Ciência Política.

---

<sup>11</sup> BÜGER, Christian, op.cit.

<sup>12</sup> KAPLAN, Morton A. Is International Relations a Discipline? In: *The Journal of Politics*, n. 3, v. 23, 1961, pp. 462-476; GUIMARÃES, Lytton L. Relações Internacionais como Campo de Estudo: Discurso, Raízes e Desenvolvimento, Estado da Arte. In: *Cadernos do REL*, n. 17, 2001, pp. 5-62.

<sup>13</sup> PALMER, Norman D. The Study of International Relations in the United States: Perspectives of Half a Century. In: *International Studies Quarterly*, n. 3, v. 24, 1980, pp. 345-346.

<sup>14</sup> BELL, Duncan, op.cit.

<sup>15</sup> HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. In: *Daedalus*, n. 3, v. 106, 1977, pp. 41-60; PALMER, Norman, op. cit; WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. In: *International Organization*, Vol. 52, n. 4, 1998, pp. 687-727.

<sup>16</sup> KAPLAN, Morton, op. cit.

No caso das RI, foi superada a necessidade de uma base histórica relacionada aos parâmetros disciplinares, especialmente os conceitos e as teorias, para a produção de estudos interdisciplinares. Por um lado, essa dinâmica conferiu especificidade ao tipo de pesquisa e estudo sobre o internacional. Todavia, ao considerar que para Kaplan “a discipline implies a set of skills and techniques; a body of theory and of propositions; and a subject matter”<sup>17</sup>, este também é o motivo que dificultou a constituição das RI como uma disciplina, ficando limitada ao seu objeto de estudo como único parâmetro de disciplinaridade.

Dessa forma, Kaplan coloca em dúvida a necessidade e, até certo ponto, a plausibilidade de uma disciplina autônoma apenas para incorporar o objeto de estudo. Para o autor, outras disciplinas podem e são capazes de fazê-lo e, nesse sentido, RI poderia ser considerada uma subdisciplina da Ciência Política, assim como a Astrofísica o é da Física<sup>18</sup>.

Entretanto, para que RI fosse considerada uma subdisciplina da Política, seria necessário atender três requisitos, problematizados pelo autor da seguinte forma: 1) se os fenômenos internacionais forem estudados em analogia à política nacional, uma das características das abordagens da Ciência Política, então não há o internacional como objeto autônomo e, portanto, a idéia de subdisciplina; 2) se for possível estudar RI sem o uso de técnicas e de métodos da Ciência Política, novamente a primeira não poderia ser considerada uma subdisciplina; e 3) se o objeto de estudo for recalcitrante às explorações típicas da Ciência Política, mais uma vez é descartada a possibilidade da subdisciplinaridade.

Diante dessas ponderações, Kaplan sugere que o status de RI como uma subdisciplina não seria definitivo, sendo que a mudança dessa condição diz respeito, em grande medida, ao desligamento da aplicação das metodologias da Ciência Política e a construção de técnicas próprias. Ainda que permaneça sensível a outras disciplinas que possam contribuir no estudo dos fenômenos de seu interesse, as RI devem buscar a construção de seus próprios métodos.

Em oposição a essa perspectiva temporária do caráter subdisciplinar, Guimarães<sup>19</sup> argumenta que o conceito de disciplina é mais preciso e restrito, e por essa razão esta denominação não seria aplicável às RI em virtude de suas origens e sua

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 464.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 464.

<sup>19</sup> GUIMARÃES, Lytton L, op.cit.

abordagem marcadamente multidisciplinar. Nesse sentido, RI seria um *campo de estudos acadêmicos*, ainda que a denominação disciplina acadêmica seja utilizada como sinônimo.

Em decorrência de sua multidisciplinaridade, para Guimarães as RI estariam permanentemente buscando sua especificidade e autonomia em relação às demais disciplinas associadas às suas origens, como a Filosofia, a História, o Direito e a Ciência Política. Entretanto, para o autor essa dinâmica não basta para que as RI se firmem como disciplina.

Com relação ao problema semântico, Palmer<sup>20</sup> afirma que os questionamentos acerca de denominações e delimitações são comuns em todas as áreas do conhecimento, mas que em RI esse problema é especialmente saliente.

De acordo com o autor, grande parte da problematização em torno da disciplinaridade das RI diz respeito à semântica. Isso porque o caráter mutável e complexo do objeto de investigação – o “mundo real” -, impõe questionamentos aos pesquisadores sobre a necessidade de uma denominação mais ampla, consoante com as características de seus fenômenos, ao contrário do termo RI, que reflete um ponto de vista específico, porém não exclusivo da área, no caso as relações entre as nações. Entre as sugestões estão Política Internacional, Política Mundial, Estudos Internacionais e Relações Transnacionais.

Esse último parece particularmente interessante na visão de Palmer, inclusive conquistando a preferência de outros pesquisadores, sobretudo daqueles que compartilham a visão de que

the real nature of international relations (...) is transnational than international, involving many international actors, and myriads of linkages at many levels of interaction. Hence it is more accurate to describe this pattern of international relationships as transnational.<sup>21</sup>

Embora essa discussão permaneça pertinente e ainda necessite de algum grau de consenso, de fato essa não parece mais uma questão central no sentido de obstaculizar pesquisas e estudos por ausência de definição e delimitação. A viabilidade e a relevância da compreensão do ambiente internacional têm superado a carência de definições típicas

---

<sup>20</sup> PALMER, Norman, op.cit.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 346.

de RI. Ademais, a área consolidou um vocabulário próprio a partir de suas teorias e seus conceitos, em contínua revisão e expansão pelas particularidades do trabalho de pesquisa que realiza e os fenômenos de seu interesse. Em outras palavras, mais importante que o problema semântico são as questões de ordem epistemológica e ontológica específicas das RI.

É ao buscar essa especificidade e autonomia em relação às demais disciplinas que as RI adotaram como prática corrente na historiografia de suas origens e desenvolvimento a construção de mitos definidores – *discipline-defining mythologies*<sup>22</sup>. Esse conceito é emprestado da Antropologia, na qual “myths (...) are highly simplified narratives ascribing fixed and coherent meanings to selected events, people and places. They are easily intelligible and transmissible, and help to constitute or bolster particular visions of self, society and world.”<sup>23</sup>.

Esse tipo de procedimento utilizado pelos estudiosos da história de uma determinada área possui pelo menos quatro funções legitimadoras: a) a definição de parâmetros de autonomia; b) a demarcação de fronteiras e de domínios disciplinares; c) a construção de identidades acadêmicas; e d) a consolidação do conhecimento produzido.

Em RI, a consciência da predominância de análises com esse viés mitológico ocorreu apenas no final dos anos 1990. Novos estudos surgiram explorando a história da área de RI em uma perspectiva revisionista, à luz de uma visão crítica da capacidade interpretativa da abordagem mitológica.

Um dos principais rompimentos no sentido de uma nova historiografia da disciplina foi o questionamento das narrativas denominadas *grandes debates*. Esse método sugere um encadeamento de eventos de ordem política e institucional em um primeiro plano, mas também social e econômico, organizados em uma narrativa linear.

Bell destaca que, nesse tipo de abordagem tradicional, as origens são associadas à reação aos horrores da Primeira Guerra Mundial e a criação da primeira cadeira de RI na University College of Wales, em Aberystwyth, em 1919. A partir desse ponto de partida, a história segue destacando a atitude dos idealistas, ao pressionar as instituições internacionais a reagirem ao contexto de guerra. É daí que emerge o primeiro grande debate entre realistas e idealistas, embasado principalmente pela publicação da obra de

---

<sup>22</sup> BELL, Duncan, op.cit., p.5.

<sup>23</sup> Ibidem.

Edward Hallet Carr, *Vinte Anos de Crise* em 1939<sup>24</sup>, cuja credibilidade foi reforçada pelos acontecimentos que culminaram na Segunda Guerra Mundial. O segundo grande debate, já na década de 1960, colocavam em confronto abordagens denominadas científicas em oposição às mais tradicionais, como aquelas voltada aos estudos históricos, jurídicos e filosóficos. Dessa forma, as RI que encontramos atualmente seriam resultado dessa trajetória<sup>25</sup>.

Entretanto, essa abordagem seria insuficiente porque “Aside from its caricatured view of the past, the progressivist narrative has served as a powerful legitimating device for certain substantive positions in postwar IR (notably political realism) and certain methodological orientations (notably neo-positivism).”<sup>26</sup>.

Para Schmidt<sup>27</sup>, o entendimento que se tem sobre a área de RI no período entre guerras é tratado superficialmente, uma vez que a sofisticação dos debates que ocorriam tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera pública sobre a política internacional não pode ser sintetizado apenas sob a perspectiva dos idealistas. Outros revisionistas, como Wilson<sup>28</sup>, foram além, e questionaram até mesmo se houve um primeiro “grande debate”, no sentido de um diálogo entre dois grupos de interlocutores que se propõem a problematizar uma temática específica. Para o autor, esse equívoco deve ser atribuído a uma leitura acrítica da obra de Carr.

O mérito dos trabalhos revisionistas está em grande medida relacionado à sua capacidade de adensar a reflexão sobre o tema a partir do questionamento do valor atribuído a certos eventos históricos e seu impacto para a constituição das RI como disciplina. Isso não implica negligenciar a influência que acontecimentos de dimensões globais, tais como as guerras mundiais, tiveram em termos de percepção da necessidade de um estudo voltado para os problemas inseridos no ambiente internacional.

Com efeito, o que os revisionistas sugerem é uma maior problematização desses eventos, de tal modo que não sejam simplesmente ignoradas outras dinâmicas que podem igualmente lançar luz sobre a história das RI. Em outras palavras, a

---

<sup>24</sup>CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

<sup>25</sup> BELL, Duncan, op.cit., pp.5-6.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>27</sup>SCHMIDT, Brian. Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of IR. In: *International Studies Quarterly*, n.42, v.3, 1998, pp. 433-459.

<sup>28</sup>WILSON, Peter. The Myth of the “First Great Debate”. In: *Review of International Studies*, n. 24, v. 5, 1998, pp. 1- 15.

recomendação é evitar uma abordagem do tipo definitiva ou mitológica, considerando esgotadas as possibilidades de interpretação. Ao contrário, os revisionistas têm mostrado o quanto ainda são vagos e insuficientes os resultados alcançados até o momento, principalmente ao proporem novos eventos como elementos para a discussão da história de RI.

Esse é o caso do estudo de Bell que menciona um acontecimento interessante nessa busca por novas interpretações da história da disciplina:

An important moment in this story, only now coming to light, occurred in May 1954, when Social Science Division of the Rockefeller Foundation convened a meeting to discuss the “possibility, nature, and limits of theory in international relations” and to encourage a more theoretical stance in the field.<sup>29</sup>

Somado a isso, o uso de metodologias que sejam capazes de trabalhar com a multidimensionalidade característica desse tema também é recomendado, no qual “scholars should address the complex intercalating of institutions, agents and knowledge production.”<sup>30</sup>. Portanto, caberia incorporar reflexões e conceitos da Sociologia da Ciência, notadamente das Ciências Sociais e Humanas<sup>31</sup>.

Ao considerar essas recomendações dos autores que trabalham com a história da disciplina em uma perspectiva revisionista, é possível vislumbrar uma pesquisa mais rica e consistente tanto do ponto de vista metodológico quanto argumentativo, cada vez mais distante das abordagens mitológicas com as quais a comunidade de RI está acostumada.

Esses estudos também têm fornecido elementos para uma discussão sobre o grau de influência das abordagens dos Estados Unidos e do Reino Unido na disciplina devido ao fato de as primeiras experiências institucionais terem ocorrido nesses países. Os trabalhos seminais sobre essa questão são de Hoffmann<sup>32</sup> e Palmer<sup>33</sup>, cujos artigos refletem um verdadeiro debate sobre o caráter norte-americano das RI; e, mais recentemente, o trabalho de Wæver<sup>34</sup>, que atualiza o problema da internacionalidade da

---

<sup>29</sup> GUILHOT, Nicolas. One discipline, many histories. *Social Science Research Council*, Nov. 2008 (não-publicado) apud BELL, Duncan, op.cit., p. 8.

<sup>30</sup> BELL, Duncan, op.cit., p. 12.

<sup>31</sup> WÆVER, Ole, op.cit., pp. 691-694; BÜGER, Christian, op.cit., pp.1-11.

<sup>32</sup> HOFFMANN, Stanley, op.cit.

<sup>33</sup> PALMER, Norman, op.cit.

<sup>34</sup> WÆVER, Ole, op.cit.

disciplina.

Para Hoffmann, as RI começaram a se desenvolver de forma mais autônoma entre 1950 e 1980. Entretanto, o autor aponta que o primeiro tratamento científico dedicado à política mundial ocorreu em *Vinte Anos de Crise* de Edward Carr, em consonância com a visão de outros autores sobre a importância dessa obra. Mas é Hans Morgenthau que merece na visão de Hoffmann o título de fundador da área.

As Ciências Sociais de modo geral gozavam de muito prestígio nos Estados Unidos, especialmente no século XX, pois eram consideradas capazes de trabalhar com diversos tipos de variáveis e fornecer muitas respostas aos problemas da sociedade. E as RI, como uma área de estudos com características muito próximas a essas, também foram paulatinamente conquistando os estudiosos e a legitimidade da sociedade norte americana.

Nesse sentido, para Hoffmann, foi nos Estados Unidos que as RI teriam se tornado verdadeiramente uma disciplina<sup>35</sup> e, conseqüentemente, foi onde obtiveram as melhores condições para se desenvolver. “The development of international relations as a discipline in the United States results from a convergence of three factors: intellectual predispositions, political circumstances, and institutional opportunities.”<sup>36</sup>.

Os Estados Unidos iriam imprimir, assim, um modo específico de estudo e de produção de conhecimento em RI, caracterizados pelo desejo de se concentrar no que é relevante – um adjetivo que é utilizado como conceito, e diz respeito à adequação dos temas aos interesses norte-americanos -, e pela tendência de escolher pesquisas consideradas úteis – a prevalência de um espírito funcionalista pragmático -, não somente do ponto de vista dos cientistas, mas também dos cidadãos, em consonância com os valores da sociedade norte americana<sup>37</sup>. Somado a isso, Hoffmann destaca a proximidade entre o meio acadêmico e o governo, os financiamentos que são alocados nas instituições de pesquisa, e a estrutura universitária norte americana, voltada mais do que em qualquer outro país às atividades de pesquisa e ao uso destas na formulação de políticas públicas<sup>38</sup>.

Uma das preocupações que se colocam a partir desse cenário diz respeito à relativização dos valores universais da atividade científica, como respeito à verdade, a

---

<sup>35</sup> HOFFMANN, Stanley, op.cit., p. 43.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 50.

liberdade de investigação, de discussão e de publicação. Nesse sentido, a pergunta que se coloca é se as RI seriam então uma disciplina constituída para atender os interesses de determinados países, ou, em caso de resposta negativa, se esta estaria sendo brutalmente influenciada por esses interesses, configurando este o seu maior desafio em termos de consolidação e a expansão em nível global.

Palmer se opõe a essa visão das RI como uma ciência social norte americana, sem negar o argumento principal de Hoffmann de que é nesse país que essas se tornaram uma disciplina, mas questionando a afirmação de que RI nasceu e foi criada nos Estados Unidos como parte de suas ciências sociais.

It may be true, as Stanley Hoffmann (1977:9) has written, that 'it was in the United States that international relations became a discipline' – if indeed it is a discipline – but I do not share Hoffmann's view that 'the discipline of International Relations' was 'born and reared in America' or that international relations is 'an American social science'. In my view, international relations is an international area of inquiry, not even confined to the social sciences, and has many roots and antecedents, not all of them, by any means, rooted in the American soil.<sup>39</sup>

Ao listar os autores reconhecidos como fundamentais para o estudo das RI, Palmer constata que não há a predominância de norte-americanos, e sim de europeus. Para reforçar seu argumento, Palmer menciona um dado interessante. Na 11ª Sessão da Conferência de Estudos Internacionais, realizada em Praga em 1938, o relator geral Alfred Zimmern apontava que aquela era uma reunião verdadeiramente internacional, sendo que dos cinquenta e cinco participantes, apenas quatro eram norte americanos: Malcolm Davis, do Carnegie Endowment for International Peace; Brooks Emeny, do Foreign Affairs Council; Halford Hoskins, da Fletcher School of Law and Diplomacy; e J. B. Whitton, do Graduate Institute of International Studies em Geneva e da Princeton University. Não havia predominância norte americana, mas sim de européia - e não de europeus ingleses, também considerados um dos berços da disciplina. Estavam presentes cinco britânicos, seis poloneses e nada menos do que onze tchecos<sup>40</sup>.

Nesse sentido, tanto suas origens quanto seu desenvolvimento carecem de evidências históricas para a afirmação da influência fundamental dos Estados Unidos, pois segundo Palmer "If international relations is 'an American social science', this is

---

<sup>39</sup> PALMER, Norman, op.cit., p. 347.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 347.

due to a large extent to the contributions of European-born and European- educated scholars, including the author of 'An American Social Science' himself.”<sup>41</sup>.

A diferença que existe nos Estados Unidos é em relação ao maior apoio que os estudos internacionais recebem inclusive fora das universidades. A área de RI é mais bem organizada pelos norte americanos comparativamente aos demais países, o que explicaria a proliferação de diversas faculdades e universidades voltadas as RI<sup>42</sup> e a estatística de 75% dos estudiosos que se autodenominam da área de RI serem provenientes dos Estados Unidos<sup>43</sup>.

Dando continuidade a suas críticas, o autor ainda esclarece que, do ponto de vista quantitativo, a maior parte das pesquisas de RI realizadas nos Estados Unidos vem de institutos e instituições que não estão ligadas às universidades<sup>44</sup>. E, diante desse fato, Palmer reflete sobre as características da produção norte-americana e sua qualidade, perguntando se há uma contribuição verdadeiramente ligada a este país que não passe necessariamente pelas discussões dos fundadores da área, os europeus.

A visão de Palmer é que RI tem se tornado efetivamente internacional e desenvolvido novas dimensões e abordagens. Um indicativo deste processo seria o painel da *International Studies Association* (ISA) realizado em 1979, que incentivava a internacionalização dos estudos e a participação de contribuições de outros países<sup>45</sup>.

Esse debate que ocorreu no final dos anos 1970 e início de 1980 serviu como referência para os estudos sobre a origem da disciplina e seu desenvolvimento, tanto institucional quanto teórico. Durante os anos 1990, essa discussão retornou a pauta das revistas mais importantes da área, como a *International Organization* e *International Studies Perspectives*. Wæver<sup>46</sup>, por exemplo, realizou uma interessante problematização do tema, cujo título já sugere sua perspectiva de uma disciplina não tão internacional.

A partir da concordância com a idéia central de Hoffmann sobre a origem norte-americana de RI, Wæver acredita que existe uma hegemonia dos Estados Unidos na disciplina, influenciando o perfil e o desenvolvimento teórico de outros países. Nesse sentido, o autor questiona porque as RI se desenvolveram em outras sociedades, investigando o domínio norte americano na área e de que forma isso influencia a

---

<sup>41</sup> Ibidem, pp.347-348.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 346.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 349.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 343.

<sup>46</sup> WÆVER, Ole, op.cit.

produção dos demais países<sup>47</sup>.

Para compreender esse processo, Wæver propõe um estudo nos parâmetros da Sociologia da Ciência, visando contemplar as dimensões políticas, culturais e institucionais, de modo a vislumbrar um modelo explicativo mais consistente sobre as origens e o perfil do que é produzido em RI, bem como as variações nacionais que existem na disciplina<sup>48</sup>.

Essa proposta de um modelo que incorpore uma maior diversidade de fatores explicativos, inclusive aspectos não científicos que participam da ciência<sup>49</sup>, parece eficiente para a elaboração de uma pesquisa atenta aos princípios revisionistas da história da disciplina. Ademais, possibilita explorar cada um das dimensões com um enfoque específico, como, por exemplo, a dimensão institucional, embora exista o reconhecimento da interdependência entre elas.

O desafio parece estar, então, na aplicação do modelo no estudo da disciplina em outros países que não o eixo Estados Unidos-Europa como foi feito no artigo de Wæver. Büger<sup>50</sup> argumenta que Wæver foi o primeiro a falar explicitamente em Sociologia das RI, aplicando eficientemente as discussões da Sociologia da Ciência nesta área. Ele também teria sido responsável pelo desenvolvimento de um modelo de reflexão sobre o tema, os Estudos das Comunidades Nacionais, que adotam como referência a vinculação dos estudos acadêmicos ao Estado ou língua de sua publicação.

Diante desse quadro, parece existir uma confusão sobre o que se pretende compreender em um estudo sobre a história da disciplina. Por um lado, é possível identificar uma história do ponto de vista do *desenvolvimento das teorias de relações internacionais, de caráter mais epistemológico*. A partir deste recorte, a ênfase é dada às correntes das Ciências Sociais de um modo geral que influenciaram as RI, e de que forma esse processo incidiu na construção de teorias autônomas. Nesse tipo de exercício o contexto histórico serve de suporte para a pesquisa, interessando mais questões ligadas à lógica interna da atividade científica, ainda que seja difícil separá-la da dinâmica política e social na qual está inserida.

Por outro lado, há uma *história institucional*, de caráter mais abrangente, relativa a uma combinação de elementos do ambiente e de fatores sociais e políticos externos à

---

<sup>47</sup> Ibidem, pp. 687-688.

<sup>48</sup> Ibidem, pp. 691-696.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 690.

<sup>50</sup> BÜGER, Christian, op.cit., pp.17-18.

disciplina – no caso, tanto nacionais quanto internacionais - que, ainda que não condicionem completamente a dinâmica dos estudos de RI, não podem ser descartados. Em outras palavras, essa abordagem histórica diz respeito à consideração da disciplina em termos de sua constituição enquanto área institucionalizada.

Ao adotar como referência no estudo da história da disciplina a sua dimensão institucional privilegiam-se e problematizam-se questões sobre as possíveis relações entre eventos, tomados em perspectiva histórica, envolvidos no processo de institucionalização de determinado tipo de estudo sistemático. A teoria representa, assim, uma variável, e não o objeto de investigação da pesquisa.

A necessidade de diferenciar esses dois tipos de abordagens advém, em grande medida, da dificuldade de definição que os estudos internacionais impõem ao pesquisador diante da complexidade da realidade que ele busca conhecer, essencialmente mutável e diversificada. É o internacional como objeto e, ao mesmo tempo, como contexto, que confunde e cria obstáculos adicionais nos estudos sobre a história da disciplina.

Nesse sentido, um trabalho voltado para a compreensão da dimensão institucional da área tem que levar em consideração outras questões relacionadas, como por exemplo, o processo de desenvolvimento teórico. Todavia, a observação deste fenômeno deve ser feita com o cuidado de não derivar relações causais diretas; no exemplo mencionado, entre o advento de um modelo teórico e eventos no âmbito institucional. Existe sim relação entre esses dois elementos, porém sua discussão deve ser aprofundada, problematizada de modo adequado a fim de não gerar interpretações superficiais que reifiquem conclusões. E, diante desse imperativo, o recurso à história e à historicização do processo - ou seja, a base empírica – torna-se elementar.

## **1.2. Experiências institucionais de Relações Internacionais: o ensino, a formação de quadros e a produção de conhecimento**

Ao adotar como objeto, no âmbito da história institucional da área, as experiências de graduação em RI, faz-se necessário pontuar algumas questões de ordem metodológica e conceitual envolvidas no tratamento do tema.

Nesta dissertação o ensino de graduação é entendido em sua dupla função. É

uma atividade inserida no espaço universitário que possibilita, por um lado, a formação de quadros capazes de refletir e atuar nos temas e nos ambientes correlatos aos interesses de uma determinada área – no caso em estudo, o internacional como tema e ambiente. Por outro, estimula o estabelecimento das condições institucionais necessárias para o desenvolvimento de pesquisas e conhecimento especializado.

Nesse sentido, o ensino é considerado como uma das atividades do universo acadêmico, espaço esse que inclui outras funções relacionadas ao conhecimento, “principal fator determinante da estrutura e operação da universidade.”<sup>51</sup>, tais como a pesquisa e a extensão<sup>52</sup>.

O objetivo do ensino no contexto universitário é prioritariamente transmitir conhecimento nos parâmetros científicos<sup>53</sup>, ainda que seu uso posterior não ocorra necessariamente nesse mesmo formato. O fato é que tanto a educação de nível superior quanto a ciência estão preocupadas, a seu modo, em promover o conhecimento.

The fundamental aim of education, like that of science, is the promotion of knowledge. Whereas science seeks knowledge that is new for humankind, education seeks knowledge that is new for individual learners. Education pursues this mission in several ways: by organizing and transmitting pre-existing knowledge, by creating incentives and environments to encourage learning, and by shaping skills and techniques that facilitate autonomous learning and steer inquiry toward truth.<sup>54</sup>

A universidade, espaço onde ocorrem as atividades de educação superior<sup>55</sup>, possui um papel específico na estrutura da sociedade. Enquanto uma instituição “ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.”<sup>56</sup>.

Dessa forma, é possível pensar na universidade de um ponto de vista mais universal, de sua origem enquanto uma instituição que, ao longo do tempo, se

---

<sup>51</sup> ARIMOTO, Akira. “Observações sobre o relacionamento entre a função do conhecimento e o papel da universidade” In: *Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política*. Brasília: UNESCO, SESI, 2005, p. 182.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> É importante destacar que muitas são as áreas do conhecimento inseridas no ambiente universitário, algumas inclusive com baixo grau de cientificidade, como, por exemplo, os cursos ligados as artes, oferecidos como formação universitária.

<sup>54</sup> GOLDMAN, Alvin I. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Clarendon Press, 1999, p. 347.

<sup>55</sup> A educação superior abrange as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

<sup>56</sup> CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 35.

mundializou. Nessa narrativa estariam inseridas referências à Grécia e aos filósofos gregos, à Idade Média e a Renascença, e as experiências no âmbito europeu. Em síntese, seriam esses os elementos a serem pontuados na contextualização histórica das origens da universidade<sup>57</sup>.

Uma vez mundializada, é factível considerar que a universidade desenvolveu um perfil nacional, relacionado ao processo de estabelecimento e desenvolvimento em uma sociedade específica. A narrativa a partir dessa perspectiva nacional produz uma história diversificada em virtude dessa estreita ligação entre a universidade e a sociedade, especificamente, pelo modo como a última influencia a primeira.

Todavia, alguns fenômenos de alcance global, entre eles o advento do capitalismo moderno e da sociedade industrial, influenciaram, em maior ou menor grau, todas as sociedades organizadas em Estado. O saber técnico que emergiu desses eventos foi incorporado nas universidades, reconfigurando sua vocação prioritariamente humanista original. Esse processo foi responsável tanto pela sua consolidação quanto expansão.

A legitimidade do saber produzido no âmbito universitário advém do potencial demonstrado ao longo de sua história de engendrar melhorias na sociedade, sensível às suas demandas. Somado a isso, a universidade passou a ser o espaço privilegiado de transmissão do saber e de formação de quadros voltados para a inserção profissional, especialmente a partir da década de 1930, sendo concebida como “centro de geração de saber da sociedade de consumo” e “agente da modernização”<sup>58</sup>.

Assim sendo, além da estreita ligação com a produção do conhecimento, a universidade passou a ser vinculada à sociedade e ao Estado nos quais estava inserida, na medida em que representava a possibilidade de obter formação que otimizasse as condições de inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, fomentar a produção de conhecimento e tecnologia nacionais a partir dessa qualificação. E, nesse sentido, também era considerada como um dos principais caminhos para a ascensão social. Como destacou Buarque<sup>59</sup>, “a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de

---

<sup>57</sup> JANNE, Henri. *A Universidade e as Necessidades da Sociedade Contemporânea*. Fortaleza: Edições UFC, 1981; BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>58</sup> BUARQUE, Cristovam, op.cit., p. 25.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 216.

forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja.”

Essa característica se manteve ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI, porém em um contexto cada vez mais marcado pela globalização e pela emergência de uma *sociedade do conhecimento*, baseada em avanços tecnológicos ligados à comunicação e à informação. Sendo estes dois últimos elementos centrais do universo acadêmico, fica cada vez mais evidente na sociedade contemporânea a relação de interdependência entre a universidade e a sociedade<sup>60</sup>.

Logo, embora as atividades ligadas ao ensino representem apenas uma parte da complexa estrutura institucional da universidade, é certo que nelas estão igualmente inseridos elementos relativos à sociedade, ao governo, e ao próprio Estado. Como parte de um processo histórico dinâmico, na implantação de um curso de nível universitário é possível vislumbrar um sofisticado relacionamento entre variáveis de ordem política, econômica, social e cultural, que culminam em uma intencionalidade institucional.

Ao considerar o papel da universidade e sua relação com as estruturas políticas e sociais, parece razoável argumentar que a oferta de uma determinada formação no âmbito universitário diz respeito às demandas e/ou necessidades da sociedade por um tipo de saber específico.

Esse conhecimento é fomentado no ambiente universitário a partir do estudo conjunto de disciplinas correlatas de uma determinada área, consideradas como fundamentais para que tal conhecimento possa ser produzido. Em geral, além das disciplinas, o interesse por uma temática que possa ser pensada de forma autônoma, de modo a articular uma rede de informações capazes de exprimir identidade sobre o conhecimento, também é parte importante desse processo.

Colocadas em prática as condições para o ensino, um processo dinâmico de atividades é iniciado, que emergem com o objetivo de manter o projeto de oferta de determinada formação viável ao longo do tempo. Somado a isso, ele é incorporado na estrutura universitária, e, nesse sentido, deve colaborar com o desenvolvimento das demais funções da instituição acadêmica.

Diante dessas considerações, dois aspectos relacionados ao ensino parecem ser particularmente interessantes em um exercício de escrita da história de um curso de graduação. O primeiro diz respeito aos currículos.

---

<sup>60</sup> ARIMOTO, Akira, op.cit., p. 182; BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

O termo currículo surge na literatura educacional no início do século XX, nos Estados Unidos. Ademais as diferentes tentativas de conceitualização, uma das constantes é a percepção de que “o currículo é um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares.”<sup>61</sup>. Nesse sentido, no currículo estariam expressos além de uma área do saber, os conhecimentos e os saberes específicos de uma sociedade nos quais valores culturais e sociais são transmitidos por meio das atividades de ensino.

Assim sendo, ao selecionar para um estudo o currículo de determinado curso de nível universitário, seria possível acessar quais os saberes e os valores que tal formação pretende fomentar naqueles que buscam tal graduação.

O segundo aspecto do ensino, por sua vez, está relacionado às origens e ao desenvolvimento, ou seja, a construção do curso e os elementos nela envolvidos, tanto de ordem institucional – mais próximos da estrutura e do funcionamento da universidade -, quanto relacionado às questões políticas e sociais.

Ao explorar esse aspecto, o interesse recai sobre os locais, as pessoas, e o contexto no qual a iniciativa foi articulada. Perguntas do tipo “Onde? Quando? Quem?” são os primeiros passos para a elaboração de argumentos que acessem os porquês. É a partir dessa base empírica que se pode problematizar os fatores de continuidade e expansão.

No caso em estudo, a graduação de RI, esses questionamentos parecem especialmente interessantes por duas razões. A primeira é a relação explorada anteriormente entre a universidade e a sociedade. Como um curso oferecido no âmbito acadêmico, ele não está isento da influência que a relação entre essas duas partes estabelecem no seio de uma estrutura social e, portanto, de um perfil nacional.

Todavia, as próprias características dos estudos de RI, que dizem respeito tanto à história da disciplina quanto à sua história institucional, têm como categoria fundante a questão do internacional. Cabe então questionar, em um segundo momento, como o internacional – concebido a partir do fenômeno das relações internacionais e como objeto de questionamento das Relações Internacionais -, adquire perfis nacionais. Destarte, as reflexões dizem respeito às especificidades institucionais oriundas desse processo, e como isso se reflete nos cursos de RI alocados nas instituições nos países de modo geral, e no Brasil em particular.

---

<sup>61</sup>PEDRA, José Alberto. *Currículo, Conhecimento e suas Representações*. Campinas: Papirus, 1997, p.38.

### **1.3. Experiências globais de ensino de Relações Internacionais**

Foi apresentado na primeira seção o debate sobre o grau de internacionalidade da disciplina de RI, na qual duas posições distintas foram destacadas. Por um lado, autores que apontam o domínio norte americano e, em menor grau, europeu; por outro, aqueles que problematizam essa afirmação e sugerem que os estudos internacionais estão se tornando, de fato, cada vez mais internacionalizados.

Embora essa discussão seja importante do ponto de vista da área de RI, para o tema desta dissertação ela oferece informações secundárias, que necessitam de pesquisa adicional para que haja fundamento empírico. Ainda que seja relevante ter informações sobre centros de pesquisa e seus respectivos pesquisadores alocados em diferentes países – o que permite inferir que nesses países existe uma estrutura universitária que abrange a área de RI e, possivelmente, um curso de graduação -, isso não fornece dados sobre a organização institucional e o processo histórico de constituição das atividades de ensino.

Ademais, as RI não são globalmente consideradas uma área autônoma, estando muitas vezes vinculada a Departamentos, Institutos, Centros de Pesquisa e Faculdades de outras áreas correlatas, sendo as mais comuns a Ciência Política, o Direito e a História.

Dessa forma, esta seção pretende explorar, diante das limitações de informações disponíveis sobre o tema específico da graduação em RI e da ausência de um método consensual para o estudo de tal questão, as experiências de ensino em outros países.

Foram selecionadas as experiências de países da América Latina, dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França. A justificativa para a escolha desses contextos diz respeito primeiramente ao acesso a informações e a literatura sobre essas iniciativas, somado a percepção da relevância desses países para o Brasil, tanto do ponto de vista político, quanto da influência institucional – inclusive do modelo de universidade -, que esses países tiveram ou ainda têm sobre a realidade brasileira.

#### **1.3.1. O espaço latino-americano**

O conceito de América Latina é relativamente recente, construído pelos europeus

– especificamente os franceses - à época colonial, visando determinar mais do que uma referência geográfica, uma região percebida simbolicamente como homogênea do ponto de vista dos interesses políticos. Ainda que essa denominação mascare a heterogeneidade existente na região, diversidade essa que se projetou no pensamento social desenvolvido nos países<sup>62</sup>, o conceito de América Latina pode ser considerado um referencial identitário instrumental para a elaboração de estudos. No entanto, é preciso ter sempre em vista seus limites explicativos.

Posto isso, Tickner<sup>63</sup> busca compreender quais seriam as particularidades da reflexão sobre RI no espaço latino americano. Para tal estudo, propõe a consideração de fatores intelectuais, políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciaram e ainda influenciam esse processo<sup>64</sup>.

A região passou, via de regra, por um processo acelerado de urbanização, industrialização e crescimento econômico durante as décadas de 1930 e 1940, culminando em transformações políticas, sociais e econômicas significativas. Essas dinâmicas implicaram uma forte atuação estatal, além de ter acentuado a percepção das implicações do relacionamento entre as esferas doméstica e internacional<sup>65</sup>.

Nas décadas de 1950 e 1960, as Ciências Sociais se organizaram institucionalmente nos países latino americanos, com destaque para as áreas de Economia, Sociologia, História e Antropologia. Cabe notar nesse processo que essas áreas do conhecimento passaram a ser percebidas como relevantes para o interesse público, e os resultados de seus estudos capazes de fornecer elementos para as formulações de políticas públicas. Cabe também destacar que nesse mesmo período os Estados Unidos exerciam grande influência intelectual no espaço latino americano, notadamente no âmbito das Ciências Sociais<sup>66</sup>.

Para Tickner<sup>67</sup>, a área de RI na região latino americana teria sido motivada pelas discussões sobre o problema do desenvolvimento e sua relação com a política externa desses países, principalmente a questão da dependência e as condições de autonomia.

---

<sup>62</sup> VARGAS, Everton Vieira. *O Legado do Discurso. Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social Brasileiro e Latino-Americano*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, pp.113-115.

<sup>63</sup>TICKNER, Arlene B. Latin American IR and the Primacy of *lo práctico*. In: *International Studies Review*, n. 10, 2008, pp. 735-748; TICKNER, Arlene B. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. In: *International Studies Perspectives*, v. 4, 2003, pp. 325-350.

<sup>64</sup> TICKNER, Arlene B., 2008, p. 735.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 736.

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> TICKNER, Arlene B., 2003, p. 330.

Um marco dessa especificidade foi a fundação de uma instituição de pesquisa de vocação regional orientada para esses problemas: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, com sede em Santiago, Chile <sup>68</sup>.

Em função da presença econômica e política dos Estados Unidos no mesmo continente, essas questões foram aprofundadas sobretudo na década de 1970, quando ocorreu a diversificação das relações estabelecidas pelos países da região, e, conseqüentemente, criaram-se novas necessidades em termos de análises sistemáticas da relação da América Latina com o mundo <sup>69</sup>.

Outro fator de estímulo para o desenvolvimento dos estudos de RI em nível universitário foi a ascensão de regimes autoritários na América Latina, notadamente nos casos da Argentina, Chile e Brasil. Diversos líderes e intelectuais que pretendiam participar da arena política foram banidos desse espaço, tendo as universidades como uma alternativa de atuação profissional. Esses eventos, concomitantemente à conjuntura regional e internacional, aproximaram os estudos no âmbito das Ciências Sociais às discussões e aos temas característicos da área de RI. No entanto, o impacto institucional deste processo deve ser analisado criticamente, pois como ressalta Tickner <sup>70</sup>:

This process had contradictory effects in the countries in question. International relations studies received a significant intellectual “push” from authoritarianism, consisting mainly of the incorporation of important political figures into IR activities that resulted in the creation of an incipient “academic community” in Latin American IR and the gradual consolidation of the field. However, when the dictatorships in these countries came to an end, many individuals working in the field deserted academia to participate in the public sector, before a new generation of IR specialists had been fully trained. A large number of IR programs were weakened as a result.

Dentre os países da América Latina, Tickner <sup>71</sup> propõe uma seleção para a realização de sua pesquisa, tendo em consideração dois critérios. O primeiro obedece ao critério geográfico, ou seja, a circunscrição dos países no continente latino americano. O segundo, por sua vez, leva em consideração a existência de estudos de RI em nível

---

<sup>68</sup>TICKNER, Arlene B., 2008, op.cit.; BERNAL-MEZA, Raúl. *América en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005, pp. 67-78.

<sup>69</sup> TICKNER, Arlene B., 2003, p.333.

<sup>70</sup> Ibidem, pp. 333-334.

<sup>71</sup> Ibidem, pp. 333-334.

universitário há pelo menos dez anos. A partir desse recorte, os países selecionados foram Argentina, Brasil<sup>72</sup>, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Trinidad e Tobago<sup>73</sup>.

**Quadro I. Instituições acadêmicas de Relações Internacionais da América Latina (2003)**

País	Instituição	Ano de criação
<b>Argentina</b>	Universidad Torcuato Di Tella (Departamento de Ciencia Política)	1958
	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO	1974
<b>Brasil</b>	Universidade de Brasília (UnB)	1974
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio)	1979
<b>Chile</b>	Universidad de Chile (Instituto de Estudios Internacionales)	1966
	Universidad Católica de Chile (Instituto de Ciencia Política)	1982
<b>Colômbia</b>	Universidad de los Andes (Centro de Estudios Internacionales)	1968
	Universidad Externado de Colombia (Facultad de Finanzas y Relaciones Internacionales)	1986
<b>Costa Rica</b>	Universidad Nacional Heredia (Escuela de Relaciones Internacionales)	1973
<b>México</b>	Colégio de México (Centro de Estudios Internacionales)	1960
	Instituto Tecnológico Autonomo de México – ITAM (Departamento de Estudios Internacionales)	<sup>74</sup> –
	Universidad Nacional Autonoma de México – UNAM	1970
<b>Trinidad e Tobago</b>	University of the West Indies (Institute of International Relations)	1966

**Fonte:** Dados colhidos em TICKNER, Arlene, 2003, op.cit., pp.334-335 e adaptado pela autora com base nas informações disponibilizadas pelas instituições.

Ao explorar essas instituições mencionadas por Tickner, constata-se que não são todas que possuem a oferta de curso em nível de graduação em RI. Dessa forma, é possível realizar algumas considerações a respeito deste quadro trabalhado pela autora.

Em primeiro lugar, constata-se que não há relação direta entre a existência de um centro de pesquisa especializado em RI e a oferta de uma formação em nível superior específica. Dentre as instituições mencionadas no quadro 1, a FLACSO da Argentina e a

<sup>72</sup> Como objeto próprio do estudo, o caso brasileiro não será considerado nesta seção.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>74</sup> Não foi possível acessar a data de criação no sítio oficial, mesmo após o envio de correspondência eletrônica para a instituição.

University of The West Indies de Trinidad e Tobago oferecem apenas pós-graduação em RI; e a Universidad de los Andes da Colômbia não possui a graduação em RI, mas sim em Ciência Política com ênfase em assuntos internacionais. Assim sendo, ainda que haja uma estrutura institucional organizada e dedicada à formação de quadros em nível de especialização na área de RI, parece que isso não configura razão suficiente para que haja implementação de atividades de ensino em nível de graduação a partir desse quadro capacitado.

Também é perceptível que a área nem sempre está institucionalizada de maneira autônoma, ou seja, ela ainda é estruturada em alguns países a partir de outras disciplinas, com destaque para a Ciência Política.

Posteriormente, pode-se dizer que RI ainda não se configura como uma área tradicional de estudos nos países latino americanos. Isso porque dentre os países da região, apenas sete possuem instituições educacionais voltadas para estudos internacionais há pelo menos dez anos.

Ao retirar este critério temporal e sugerir como foco da pesquisa a oferta de RI em nível de graduação, o resultado modifica-se significativamente. Observando o quadro 2, que abrange o universo institucional na área de RI na Argentina, vê-se que o número passa de dois para dezenove.

O caso argentino é elusivo porque representa um levantamento parcial do quadro institucional da área de RI na América Latina, sendo que a Argentina é dos países mais relevantes da região. Ao levar em consideração o critério temporal de Tickner, ou seja, instituições criadas até 1993, de fato o contexto latino americano parece pouco significativo.

## Quadro II. Instituições universitárias com graduação em Relações Internacionais na Argentina (2009)

Instituição	Nível de formação/Título	Duração	Província
Universidad de Belgrano (Facultad de Derecho y Ciencias Sociales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Capital Federal
Universidad Empresarial Siglo 21	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Córdoba
Universidad Católica de La Plata Facultad de Ciencias Sociales	Grado /Licenciado em Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales	4 anos	Buenos Aires
Universidad Argentina de la Empresa (Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales)	Grado/Licenciado em Gobierno y Relaciones Internacionales	4 anos	Capital Federal
Universidad de Palermo (Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Buenos Aires
Universidad de la Salvador (Facultad de Ciencias Sociales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	5 anos	Buenos Aires
Universidad Católica de Santiago de la Estero (Facultad de Ciencias Políticas, Sociales y Jurídicas)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Santiago Del Estero
Instituto de Enseñanza Superior de la Ejército (Unidad Académica Escuela Superior de Guerra)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos e 6 meses	Capital Federal
Universidad Nacional de la Centro de la Provincia de Buenos Aires (Facultad de Ciencias Humanas)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Buenos Aires
Universidad Católica de Salta (Facultad de Ciencias Jurídicas)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Salta
Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina (Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Capital Federal
Universidad Nacional de Rosario (Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	5 anos	Santa Fé
Universidad Argentina John F. Kennedy (Escuela de Relaciones Internacionales)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Capital Federal
Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires (Facultad de Derecho y Ciencias Políticas)	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	5 anos	Capital Federal
Universidad de San Andrés	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Buenos Aires
Universidad de Congreso	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Mendoza
Universidad Abierta Interamericana Facultad de Derecho	Grado/ Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Capital Federal
Universidad Católica de Córdoba (Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales)	Grado/Licenciado em Relaciones Internacionales	4 anos	Córdoba
Universidad Torcuato Di Tella	Grado/Licenciado em Estudios Internacionales	4 anos	Buenos Aires

Fonte: Universia Argentina<sup>75</sup>, 2009. Disponível em:

<[http://www.universia.com.ar/contenidos/buscador\\_carreras/form\\_alf.php?quebusca=relaciones%20internacionales](http://www.universia.com.ar/contenidos/buscador_carreras/form_alf.php?quebusca=relaciones%20internacionales)>  
Acesso: 15 mar. 2009.

<sup>75</sup> O **Universia** é uma iniciativa de cooperação e de colaboração de instituições educacionais de língua portuguesa e espanhola. Atuando desde 2000, representa um sítio de referência internacional tanto para estudantes universitários quanto para aquele que desejam ingressar na universidade, inclusive em outros países. Para maiores informações: <<http://www.universia.com.ar/materia/materia.jsp?materia=26317>>  
Acesso em: 20 mar. 2009.

Ao modificar a metodologia de trabalho, selecionando como interesse prioritário a oferta de graduação de RI, e utilizando como amostragem o caso argentino, percebe-se que, apesar de recente – já que pelo método de Tickner a Argentina teria apenas duas instituições voltadas ao estudo de temas internacionais -, o quadro institucional da região é mais substantivo do que propõe a autora.

### **1.3.2. A experiência dos Estados Unidos**

O ensino de nível universitário nos Estados Unidos é anterior à sua própria independência. A história de mais de 350 anos de ensino superior iniciou-se com a fundação do Harvard College, em 1636. Quando o país finalmente tornou-se independente em 1776, existiam nove faculdades em atividade<sup>76</sup>.

Em grande parte devido a esse histórico, vê-se que o sistema universitário norte americano contemporâneo é significativamente desenvolvido e diversificado, agregando diferentes tipos de instituições tanto de caráter público quanto privado, em variadas áreas do conhecimento. Um dos seus principais objetivos tem sido ampliar o acesso da população ao ensino de nível superior independentemente de sua identidade étnica ou condição social<sup>77</sup>.

Essa consistência do modelo educacional norte americano repercute igualmente na área de RI. Nessa seara, o país é considerado como a principal referência tanto em termos de pesquisa – volume de publicações e variedade na agenda de pesquisa -, quanto na extensão de sua estrutura institucional.

Segundo Palmer<sup>78</sup>, a questão não diz respeito tanto ao nível de desenvolvimento de RI nos Estados Unidos, mas sim ao grau de organização de seu trabalho, somado ao crescente reconhecimento e a aceitação como uma área de estudos.

Os cursos de RI, de acordo com o autor, proliferaram nas universidades e faculdades no país. Citando dois trabalhos da década de 1930<sup>79</sup>, Palmer destaca que já

---

<sup>76</sup> KINSER, Kevin. “Estados Unidos da América: estrutura e inovação na educação superior” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo: Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 221.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>78</sup> PALMER, Norman, op.cit., p.348.

<sup>79</sup> SYMONS, F. *Courses in International Affairs in American Colleges*. Boston: World Peace Foundation, 1932; WARE, E. *The Study of International Relations in the United States*. New York: Columbia

naquele período havia cerca de 3.700 cursos semestrais em nível de graduação que englobavam o tema das relações internacionais em algum de seus múltiplos aspectos.

Em nível de educação avançada, a área de RI conta nos Estados Unidos com três tipos de instituições<sup>80</sup>: 1) escolas autônomas de estudos internacionais, que, em caso de estarem filiadas a alguma universidade, possuem identidade própria e geralmente estão alocadas em lugares distintos; 2) institutos ou centros de estudos internacionais que são mais próximos a programas acadêmicos, mas ainda assim mantem sua identidade própria; e 3) programas de pós-graduação interdisciplinares em RI que não possuem uma identidade institucional autônoma, e que baseiam seu corpo docente e seus recursos em muitos departamentos, divisões, e escolas de universidades maiores<sup>81</sup>.

Todavia, como ressalta o autor, o grande diferencial dos estudos na área de RI nos Estados Unidos é que a grande maioria das pesquisas significativas, sobretudo aquelas de caráter mais aplicável e com conteúdo político relevante, está vinculada a institutos e instituições não diretamente relacionados às universidades. Isso porque o estudo formal de *relações internacionais* enquanto fenômeno iniciou-se logo após o término da Primeira Guerra Mundial, no qual as pesquisas privadas e o serviço das organizações públicas tiveram um papel central. Dentre estes, destacaram-se *Carnegie Endowment for International Peace*, *Foreign Policy Association* e *World Peace Foundation*. Outras fundações igualmente apoiaram e ainda apóiam os estudos internacionais, como as fundações *Ford*, *Rockefeller*, *Stanley* e *Johnson*<sup>82</sup>.

De fato, os investimentos dessas instituições em pesquisa têm sido fundamental para o desenvolvimento da área de RI, embora muitas ressalvas sejam feitas sobre os resultados e os efeitos desses estudos na política externa americana. Somado a isso, muitos estudiosos de RI foram levados a assumir cargos no governo ou postos de diplomatas, o que, segundo Palmer<sup>83</sup>, sugere uma crescente simbiose entre a produção de conhecimento na área e a prática da política externa e internacional dos Estados

---

University Press, 1934 apud PALMER, Norman, op.cit.

<sup>80</sup> A terminologia das instituições universitárias norte-americanas possui um significado particular. Aquelas que conferem grau de bacharelado são denominadas como *four-year colleges* ou *universities*, fazendo menção ao período que o estudante necessita para completar seu programa de formação. *College* é usado como abreviação do termo *Liberal Arts College*, que é uma instituição especializada em educação no nível de graduação no período de quatro anos. *University*, por sua vez, refere-se ao tipo de educação de nível superior com vocação para a pesquisa, oferecendo, além da graduação, programas de pós-graduação, notadamente doutorados. LIPSON, Michael et. al. *Divided Discipline? Comparing Views of U.S. and Canadian IR Scholars* In: *International Journal*, (62) 2, 2007, pp. 327-343.

<sup>81</sup> PALMER, Norman, op.cit., pp.348-349.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 349.

<sup>83</sup> *Ibidem*, pp.355-356.

Unidos.

Esse perfil dos estudos norte americanos não impediu que o curso de RI fosse oferecido regularmente nas faculdades e universidades norte-americanas. Em pesquisas pioneiras realizada desde 2004, o *Institute for the Theory and Practice of International Relations* (TRIP)<sup>84</sup> tem buscado compreender o perfil do ensino e da pesquisa em RI nos Estados Unidos. Tendo como foco a tríade ensino/pesquisa/política, o grupo tem trabalhado os dados curriculares referentes a 125 instituições universitárias que oferecem formação na área de RI<sup>85</sup>. O grupo realizou entrevistas com 1.743 professores de RI nos Estados Unidos utilizando como metodologia de trabalho um questionário elaborado pelos pesquisadores que possibilitasse a construção de um quadro confiável sobre o perfil do ensino e da pesquisa no país. Dentre os resultados obtidos pela pesquisa, um aparece como significativo ao tema desta dissertação.

**Figura 1. Principais instituições universitárias norte-americanas de Relações Internacionais (2008).**

RANKINGS: TOP Ph.D. PROGRAMS		%	TOP MASTER'S PROGRAMS		%	TOP UNDERGRADUATE PROGRAMS		%
1	Harvard University	66	1	Georgetown University	54	1	Harvard University	21
2	Princeton University	50	2	Johns Hopkins University	49	2	Princeton University	16
3	Stanford University	45	3	Harvard University	38	3	Yale University	12
4	Columbia University	37	4	Tufts University	37	4	Stanford University	12
5	Yale University	26	5	Columbia University	29	5	Georgetown University	12
6	University of Chicago	24	6	Princeton University	27	6	Columbia University	11
7	University of California, Berkeley	19	7	George Washington University	18	7	University of Chicago	7
8	University of Michigan	16	8	American University	13	8	Dartmouth	5
9	Univ. of California, San Diego	15	9	University of Chicago	6	9	University of California, Berkeley	4
10	Massachusetts Inst. of Tech.	14	10	Syracuse University	6	10	Tufts University	3
11	Cornell University	8	11	London School of Economics	6	10	University of Michigan	3
12	London School of Economics	8	12	University of Denver	3	12	Duke University	3
13	Johns Hopkins University	7	12	Yale University	3	13	Williams College	2
13	Oxford University	7	12	Massachusetts Inst. of Tech.	3	13	Cornell University	2
15	Georgetown University	6	12	Univ. of California, San Diego	3	13	Massachusetts Inst. of Tech.	2
16	University of Rochester	5	16	Stanford University	2	16	Swarthmore College	2
17	Univ. of California, Los Angeles	4	17	University of Pittsburgh	2	17	Johns Hopkins University	2
17	New York University	4	17	University of Kentucky	2	17	American University	2
19	Ohio State University	4	19	University of Texas, Austin	2	19	Univ. of California, San Diego	2
20	Cambridge University	3	19	University of Michigan	2	19	Brown University	2

**Fonte:** MALINIAK, Daniel et. al. Inside the Ivory Tower In : *Foreign Policy*, March/April, 2009. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story\\_id=4685&page=1](http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=4685&page=1)>. Acesso em: 16 mar. 2009.

<sup>84</sup> Este Instituto tem sua sede na College of William and Mary, a segunda faculdade mais antiga dos Estados Unidos. As pesquisas são realizadas por um grupo de pesquisadores mistos, que atuam em outras instituições acadêmicas. Destacam-se Sue Peterson, Michael Tierney, Amy Oakes e Daniel Maliniak, que são os autores das publicações produzidas pelo Instituto. Para maiores informações: <<http://irtheoryandpractice.wm.edu/>>.

<sup>85</sup> Disponível em: <<http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/about.php>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

Como pode ser observado na figura 1, a primeira coluna à direita relaciona as instituições universitárias de formação em nível de graduação em RI mais reconhecidas de acordo com a avaliação dos professores da área. A porcentagem diz respeito ao índice de preferências institucionais dos *scholars* desse país. A Harvard University aparece como principal instituição, posição que também lidera nos programas de doutorado, e como terceira colocada nos programas de mestrado. Esse resultado parece razoável ao considerar a tradição dessa instituição no universo acadêmico norte americano não só na área específica de RI.

Entre as instituições ranqueadas, o caso da Princeton University parece particularmente interessante. Além de representar um dos principais centros de ensino e pesquisa na área de Política nos Estados Unidos, possui uma trajetória emblemática do ponto de vista da reflexão sobre a institucionalização do ensino de RI.

O Departamento de Política na Princeton University foi criado em 1924. Entretanto, os estudos e o ensino de temas da área vêm de períodos anteriores, quando a instituição chamava-se College of New Jersey. Em 1890, Woodrow Wilson foi admitido na instituição, que naquela época possuía um currículo com tendências significativas às discussões de caráter político<sup>86</sup>.

Impulsionada pelo contexto pós Primeira Guerra Mundial e pelo conjunto de professores importantes tanto no cenário acadêmico quanto no político, a Princeton University estabeleceu a *School of Public and International Affairs*, sob a direção de Harold W. Dodds, e o *Princeton Survey in State and Local Government*, com John F. Sly. Essa iniciativa - sintetizada no projeto "*Princeton in the Nation's Service*", fazendo menção ao papel da instituição nos rumos do país - teve como fundamento a vocação política da universidade, influente tanto na política local quanto nos corredores de formulação da política externa<sup>87</sup>.

O Departamento tornou-se uma referência em estudos internacionais e acompanhou as transformações da ciência social norte americana, inclusive com o aprofundamento das abordagens conhecidas como científicas na década de 1950, relacionadas às perspectivas e às metodologias behavioristas<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> MASON, Alpheus Thomas. "History of the departament" In: LEITCH, Alexander. *A Princeton Companion*. Princeton: Princeton University Press, 1978. Disponível em: <[http://www.princeton.edu/politics/about/history\\_of\\_the\\_department/](http://www.princeton.edu/politics/about/history_of_the_department/)> Acesso em: 19 mar. 2009.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

Contemporaneamente, a universidade oferece a formação em nível de graduação em Política organizada em quatro áreas: Política Americana, Política Comparada, Relações Internacionais e Teoria Política<sup>89</sup>.

### 1.3.3 A trajetória européia: Reino Unido e França

Dentre os países europeus que possuem destaque na área de RI, o Reino Unido e a França representam os de maior tradição e, portanto, são considerados como referências nos estudos internacionais. Entretanto, ao considerarmos o foco dessa dissertação – a graduação de RI -, percebe-se que a situação desses dois países difere significativamente.

Primeiramente, é preciso mencionar que o sistema universitário europeu não é homogêneo. Desse modo, apesar de compartilharem a característica de universidades com longa tradição, de fato elas se diferenciam tanto pelo papel que cumprem na sociedade, bem como pelo modo como são organizadas institucionalmente.

Os casos do Reino Unido e da França aparecem como marco dessa diferenciação. Ao selecionar a questão do papel que a universidade possui em cada uma dessas sociedades como exemplo, percebe-se que no primeiro o acesso à formação secundária configura uma possibilidade restrita às elites, ainda que nas últimas quatro décadas venham ocorrendo esforços para que esse quadro se modifique, ou seja, para que a universidade se torne acessível a todos os grupos sociais<sup>90</sup>.

O caso francês, por sua vez, apresenta uma estrutura mais abrangente e diversificada, reforçada pelos acontecimentos dos movimentos estudantis de 1968, que imprimiram no sistema universitário do país um perfil específico, no qual é possível encontrar tanto uma formação secundária voltada às elites – de maior duração e maior complexidade -, quanto uma formação voltada às massas - de menor duração e complexidade. Essa dualidade entre “uma formação de alto nível e uma capacitação

---

<sup>89</sup> PRINCETON UNIVERSITY. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/politics/undergraduate/>> Acesso em: 19 mar. 2009.

<sup>90</sup>COWEN, Robert. Grã-Bretanha – políticas-multiplicadoras da universidade: nota sobre tecnologias sociais. In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 271 – 292.

profissional de massa”<sup>91</sup> é considerada no país como um desafio, já que apesar de aparentemente democratizar o acesso à universidade, acaba por imprimir um olhar determinista sobre as classes sociais e às expectativas que a sociedade lhes impõe.

Tendo em mente esse quadro mais geral sobre a universidade nesses dois países, pode-se falar sobre a história específica do ensino de RI nesses contextos. No que diz respeito ao Reino Unido, a área foi constituída institucionalmente voltada às preocupações com o internacional como objeto, vinculada às discussões de outras áreas das ciências humanas e sociais, tais como o Direito, a Política e a História. Progressivamente, as RI foram tornando-se cada vez mais autônomas, sendo consideradas como uma área específica do conhecimento social e, portanto, passível de organização institucional não necessariamente relacionada às demais áreas mencionadas.

Esse processo possibilitou a oferta de cursos em nível de graduação em RI desvinculada da formação em outra área, ao contrário dos Estados Unidos, onde as RI são consideradas na maioria das instituições uma especialidade da graduação em Ciência Política. Como destaca Wæver<sup>92</sup>:

IR was originally seen not as part of political science, but as a new field drawing on many disciplines. Even when it became institutionalized within political science, this discipline was itself not closed to other disciplines. IR could therefore continue to cultivate its links to especially history, international law, political philosophy, and sociology. IR is much less one-dimensionally defined as political science than is the case in the United States.

O quadro abaixo mostra as principais instituições em nível de graduação em RI no Reino Unido, de acordo com os resultados da pesquisa realizada pelo TRIP.

---

<sup>91</sup>DUHAMEL, Christian. França: universidade do 3. Milênio\_ U3M. In: MORHY, Lauro. Brasil – Universidade e Educação Superior In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 293.

<sup>92</sup> WÆVER, Ole, op.cit., p. 710.

**Quadro III. Principais instituições universitárias de Relações Internacionais do Reino Unido (2008).**

Rank	Universidade	Preferência dos acadêmicos (%)
1	London School of Economics	83
2	University of Wales, Aberystwyth	80
3	Oxford University	56
4	University of Warwick	32
5	University of St. Andrews	30
6	Cambridge University	24
6	Kings College London	24
8	University of Sussex	18
9	University of Manchester	11
10	University of Brissol	11
11	University of Birmingham	10
12	University of London	9
12	University of Sheffield	9
14	University of Essex	8
15	University of Exeter	7

**Fonte:** MALINIAK, Daniel et al., One Discipline or Many? TRIP Survey of International Relations Faculty in Ten Countries. Teaching, Research, and International Policy (TRIP) Project The Institute for the Theory and Practice of International Relations, The College of William and Mary Williamsburg, Virginia, 2009, p. 70 (tradução do original em inglês, adaptado pela autora).

Disponível em: <[http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/Final\\_Trip\\_Report\\_2009.pdf](http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/Final_Trip_Report_2009.pdf)>. Acesso em: 07 jul.2009.

Ao observar o quadro III, nota-se que a primeira colocada, a London School of Economics, além de ser uma referência na área de RI, é considerada uma das principais universidades do Reino Unido – juntamente com a Oxford University e a Cambridge University -, fundada em 1895, sendo reconhecida internacionalmente.

A segunda colocada, a University of Wales em Aberystwyth, é mais antiga, de 1872. Com apenas 3% a menos da preferência dos especialistas de RI do país, representa uma das mais importantes entidades universitárias do ponto de vista da história institucional. Isso porque ela é considerada a primeira experiência institucional em RI, criada logo após o término da Primeira Guerra Mundial em 1919<sup>93</sup>.

Ao ser considerada como um “antidote to war”<sup>94</sup>, a Aberystwyth é utilizada como marco fundamental nas narrativas tradicionais sobre a história das RI, inclusive

<sup>93</sup> ABERYSTWYTH UNIVERSITY.

Disponível em: <<http://www.aber.ac.uk/en/undergrad/courses/interpol/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

<sup>94</sup> Ibidem.

aquelas que fazem referência ao debate teórico – os chamados *grandes debates* –, dos quais esta instituição teria feito parte a partir da articulação da perspectiva conhecida como Idealismo.

Atualmente, a universidade oferece a formação em nível de graduação em três anos, cujo nome oficial não é Relações Internacionais, e sim Política Internacional. A instituição disponibiliza aos alunos a formação concentrada em uma determinada temática ou região. As opções são: Estudos Políticos; Paz, Conflito e Segurança; Política Internacional e o Terceiro Mundo; História Internacional; História Militar; Estudos de Inteligência; Estudos Estratégicos; Política Européia; e Estudos Europeus, disponível em três idiomas, a saber, francês, alemão e espanhol. Além disso, o curso oferece o estudo aprofundado e o desenvolvimento de pesquisas no que denominam grandes áreas de especialização. As opções são igualmente diversificadas: Relações Internacionais<sup>95</sup>, Filosofia Política, Estudos Estratégicos, História Internacional, Estudos Críticos sobre Terrorismo, Liderança Política, Política Européia, Política de Gales, e Estudos do Terceiro Mundo<sup>96</sup>.

Com relação à experiência francesa, o primeiro ponto a ser esclarecido é que a área de RI não é considerada autônoma no país. Apesar de ser a origem de autores importantes, tais como Raymond Aron<sup>97</sup>, Jean-Baptiste Duroselle<sup>98</sup> e Pierre Renouvin<sup>99</sup>, e contemporaneamente de Marcel Merle<sup>100</sup>, Bertrand Badie<sup>101</sup> e Marie Claude

---

<sup>95</sup> Não há distinção clara entre o que a universidade entende como Política Internacional – a denominação do curso de graduação – e a especialização em Relações Internacionais.

<sup>96</sup> ABERYSTWYTH UNIVERSITY, op.cit.

<sup>97</sup> ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979; ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. Coleção Pensamento Político, 18. Tradução Sérgio Bath. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

<sup>98</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours*. 11 ed. Paris: Dalloz, 1993; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Europe de 1815 a nos jours: La vie politique et relations internationales*. 3.ed. Paris: Puf, 1970; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: Teoria de Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000; DUROSELLE, Jean-Baptiste e RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. EDIPE, São Paulo, 1967.

<sup>99</sup> RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Bapstite. *Introdução à História das Relações Internacionais*. EDIPE, São Paulo, 1967; RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. 8 v. Paris: Hachette, 1964; RENOUVIN, Pierre. *La Crise Européene et La prémire guerre mondiale*. 4.ed. Paris: Presses Univ. France, 1962.

<sup>100</sup> MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981; MERLE, Marcel. *La Vie Internationale*. Paris: A. Colin, [S.I].

<sup>101</sup> BADIE, Bertrand. *La Fin des Territories: essai sur Le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995; BADIE, Bertrand. *Um Monde sans Souveraineté: les états entre ruse et responsabilité*. Paris: Fayard, 1999; BADIE, Bertrand. *L'État Importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992; BADIE, Bertrand e SMOUTS, Marie Claude. *L'international sans territoire*. Paris: L'Harmattan, 1999; BADIE, Bertrand. *Retournement du monde: sociologie de La scene internationale*. Paris: Fond Nationale Science Politique, 1995.

Smouts<sup>102</sup>, de fato a França não possui em sua estrutura institucional um espaço específico para as RI.

Essa situação pode ser compreendida em grande medida pela própria história do sistema universitário francês, que apesar de possuir uma longa tradição, incorporou a Ciência Política em parâmetros institucionais somente em 1871, em formato de escola profissionalizante de alto nível, voltada para a formação e ao treinamento de quadros de alto nível<sup>103</sup>.

Todavia, esse processo não obstaculizou o desenvolvimento de pesquisas e reflexões acerca do internacional. Com efeito, a maior parte da produção francesa na área é realizada no âmbito de outras disciplinas, como a Sociologia, a História e o Direito. Nesse sentido, os trabalhos realizados sobre os temas internacionais acabam transitando em diversas áreas do conhecimento, culminando em um modelo voltado para a transdisciplinaridade.

Além disso, os franceses possuem uma tradição intelectual acentuadamente endógena, e raramente publicam seus estudos em língua inglesa, o principal idioma da área de RI. Embora esse fenômeno possa ser interpretado como uma hegemonia anglo-saxônica na área<sup>104</sup>, a questão é que ela influencia significativamente a projeção das RI francesas em outros países. Para Groom, essa característica não é um problema, ao contrário, pode inclusive trazer vantagens para a área de RI.

[...] the relative isolation of the French academic world does have advantages. It gives the subject of International Relations an element of diversity and an independent academic discourse. It gives the outsider the shock of the new and of the different and this is, or can be, salutary. It is not a question of center-periphery but of a separate, autonomous, intellectual agenda and academic discourse. By simply existing, it serves a purpose.<sup>105</sup>

Atualmente, a principal instituição de RI na França é o *Centre d'Études et de Recherches Internationales* (CERI), fundado em 1952, no qual são desenvolvidas

---

<sup>102</sup>SMOUTS, Marie Claude. *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004; SMOUTS, Marie Claude. e BADIE, Bertrand. *L'international sans territoire*. Paris: L'Harmattan, 1999; SMOUTS, Marie Claude. e BADIE, Bertrand. *Retournement du monde: sociologie de La scène internationale*. Paris: Fond Nationale Science Politique, 1995.

<sup>103</sup>WÆVER, Ole, op.cit., p. 707.

<sup>104</sup>ROCHE, Jean-Jacques. L'enseignement des relations internationales en France: les aléas d'une "discipline-carrefour" In: *La revue internationale et stratégique*, n. 47, automne, 2002, pp. 100-107.

<sup>105</sup>GROOM apud WÆVER, Ole, op.cit., p. 708.

pesquisas e, por conseqüência, publicações na área. Seus temas de interesse são: globalização; formas de integração regional, particularmente a construção da União Européia; novas formas de conflito; democratização; migrações; nacionalismo e outras identidades políticas<sup>106</sup>.

#### **1.4. Considerações do primeiro capítulo**

O objetivo deste capítulo foi apresentar em perspectiva histórica um panorama da graduação em RI em outros países, relacionando-o à história institucional da disciplina. Esse exercício é relevante nos termos deste estudo na medida em que circunscreve o caso de nossa pesquisa, o Brasil, em um quadro mais geral sobre o tema, permitindo, assim, tanto a ênfase na sua especificidade quanto a identificação de elementos para comparação.

A opção pelo estudo das experiências de graduação no espaço latino-americano – com destaque para o caso argentino -, dos Estados Unidos, e do Reino Unido e da França no continente europeu permite esboçar o quadro geral mencionado anteriormente. Todavia, sabe-se que este não representa o quadro total da área de RI e, dessa forma, reconhecemos o limite explicativo da metodologia utilizada.

---

<sup>106</sup> CERI. Disponível em: <<http://www.ceri-sciences-po.org/ceri.php>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

## CAPÍTULO II

### OS ANTECEDENTES DA GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL (1930-1974)

*“toda a valorização do contexto histórico dos conhecimentos científicos (...) não responde a interesses de teor historicista, mas visa antes compreender que fatores intervêm na sua modelação.”* (Edgar Morin, *Ciência com ConsCiência*, pp.13-14)

#### 2.1. Notas sobre o recorte temporal: 1930 a 1974

A identificação e a análise histórica dos antecedentes da experiência institucional de RI no Brasil impõem a delimitação de um anteparo temporal por razões de ordem metodológica e argumentativa.

Com relação ao primeiro aspecto, é importante reconhecer o esforço de diálogo deste estudo com sua dimensão historiográfica. Com efeito, um dos desafios foi trabalhar o objeto de pesquisa no âmbito das discussões da área de História das Relações Internacionais. Para que tal iniciativa fosse possível, empreendeu-se uma perspectiva que buscasse relacionar o objeto a um contexto mais abrangente, a saber, a História da Política Exterior do Brasil.

Os estudos sobre a política exterior brasileira estabelecem uma conexão com a historiografia - sobretudo a historiografia francesa -, ao incorporarem conceitos e abordagens que, por um lado, destacam sua especificidade e, por outro, colocam-na em um horizonte temporal mais amplo, relacionado ao espectro da colonização que funda o Estado e as dinâmicas que daí decorreram até a formatação autônoma da Nação brasileira.

Assim sendo, a primeira aproximação entre esses dois elementos partiu da reflexão sobre o papel do Estado e sua historicidade, buscando compreender a complexidade de suas funções na sociedade brasileira e, por consequência, relativizando as abordagens que o considera em termos de ator unitário e racional.

O segundo aspecto, de ordem argumentativa, aponta que a proposta de pensar as

variáveis de ordem política, econômica, social e cultural que poderiam ser relacionadas a um ambiente favorável à implementação de uma formação de nível superior de RI encontrariam suas raízes mais profundas nas transformações vivenciadas pela sociedade e pelo Estado brasileiro a partir de 1930.

O ano de 1930 é considerado pela historiografia brasileira, inclusive a especializada em História da Política Exterior, como um marco relevante. A narrativa que emerge a partir deste referencial tem como tônica a expressão de um país que, após passar por um intenso processo de transformação política, econômica e social desde o advento da República, poderia ser considerado, nas devidas proporções, um país que caminhava para o status de *moderno*.

Essa modernidade possuía, naquele momento, um significado particular. Como país colonizado, que conseguira engendrar instituições republicanas apesar de uma trajetória monárquica e escravista, percebia-se que, de fato, havia uma dinâmica política e social articulada às gradativas transformações econômicas - na qual ainda predominava o perfil agroexportador, mas que já sinalizavam iniciativas industriais- indicando uma mudança na sociedade brasileira.

Boris Fausto refletiu sobre essa mudança ao debruçar-se sobre o episódio da Revolução de 1930, central para o esclarecimento de determinados rumos do país no período<sup>107</sup>. Naquela oportunidade foi possível constatar a diversidade de grupos e de interesses envolvidos nas disputas políticas, que não eram apenas de ordem geográfica – ou seja, relacionado à dinâmica política dos estados e suas eventuais alianças -, mas também de categorias ou classes sociais que comungavam uma identidade no que diz respeito a um olhar sobre o Brasil, como os militares, os industriais, os agroexportadores, os intelectuais, uma classe média incipiente, entre outros.

De certa forma, além dos fatores econômicos que concentravam as preocupações dos dirigentes e dos grupos participantes da política da época, percebia-se um processo que havia sido iniciado simbolicamente pelo movimento modernista nas artes e na literatura na década de 1920, e que na década de trinta tomava forma de modo mais consistente: a *conscientização nacional*, entendida aqui como um incremento da percepção coletiva e de uma reflexão, ainda que simplificada, sobre qual o significado do Brasil e seu lugar no mundo.

---

<sup>107</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, 5ª edição.

Essa maior diversificação das classes e grupos sociais em conjunto com a conscientização nacional fomentara um ambiente adequado para uma nova concepção de interesse nacional. A eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República sintetizava essa multiplicidade de setores interessados nos rumos do país, bem como a necessidade de ampliar o alcance social de determinadas condutas políticas para uma população cada vez mais urbana.

Em síntese, esse momento é particularmente interessante para a história do país e sua política exterior e marca a historiografia brasileira porque nele estão vinculadas de modo até então pouco usual as dimensões política, econômico e social, que culminaria nas bases de um projeto que ficou conhecido como o Estado Desenvolvimentista<sup>108</sup>.

Outro fator relevante, igualmente de caráter argumentativo e que justifica o recorte temporal proposto para este capítulo diz respeito à ambiência universitária do Brasil no período.

No ano de 1930 foi criado o Ministério da Educação e da Saúde, sendo no ano posterior implementada uma reforma educacional – a Reforma Francisco Campos, decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931-, que estabeleceu regras para a universidade, o Estatuto da Universidade Brasileira<sup>109</sup>.

Esse evento é significativo na medida em que sugere o interesse do Estado, expresso em uma intencionalidade institucional, de organizar o ensino universitário no país em resposta a uma demanda por formação de nível superior que vinha tomando forma já a partir dos anos 1910. Entre elas, as iniciativas da Escola Livre de Manaus em 1909, transformada em Universidade de Manaus em 1913; a Universidade do Paraná em 1912, desautorizada em 1915 devido a um decreto federal que previa uma população de cem mil habitantes como condição de reconhecimento de uma instituição universitária; e a Universidade do Rio de Janeiro, datada de 1920, criada a partir da fusão da Escola Politécnica com as Faculdades de Medicina e Direito pré-existentes<sup>110</sup>.

Essa mesma intencionalidade esteve presente nos projetos de ampliação da oferta de educação superior fomentadas durante o período em que os militares assumiram o governo no Brasil. O projeto incluía a concentração em áreas ligadas à tecnologia e à infra-estrutura, pois se acreditava que esses dois setores seriam

---

<sup>108</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit.

<sup>109</sup> MORHY, Lauro. “Brasil: Universidade e Educação Superior” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 27.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 26.

fundamentais para o desenvolvimento do país e, portanto, mereciam o apoio e o investimento federal.<sup>111</sup>

Dessa forma, o robustecimento do sistema universitário brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 esteve estritamente relacionado ao projeto de desenvolvimento nacional, pedra angular do regime militar no país. E, por essa razão, esse aspecto deve ser igualmente levado em consideração na definição do anteparo temporal sobre os antecedentes da graduação de RI no Brasil.

Diante dos argumentos expostos, parece razoável localizar a análise do que se denominou *antecedentes* tendo como ponto de partida o ano de 1930 e, como limite, o ano de 1974, no qual é lançada a experiência institucional pioneira de graduação em RI na UnB.

## 2.2. Método de análise: o modelo explicativo de Ole Wæver

Como mencionado no capítulo 1, as iniciativas de compreensão sobre as origens tanto da área quanto da disciplina de RI estiveram condicionadas por um longo período a uma perspectiva de análise mitológica<sup>112</sup>, na qual uma narrativa linear relacionava fatos da vida política e econômica e suas possíveis implicações no processo de formação da autonomia das RI. Todavia, a partir do final da década de 1990, algumas publicações alertavam sobre o limite explicativo desse tipo de abordagem, iniciando um debate com essas narrativas e indicando um novo caminho para os estudos históricos sobre a área.

Em 1998, Ole Wæver publicou um artigo que pode ser considerado o marco desse processo de revisão<sup>113</sup>. Com o sugestivo título *The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations*<sup>114</sup>, Wæver propôs de modo objetivo a importância da área de RI incorporar as discussões da Sociologia da Ciência nas pesquisas que pretendem compreender de forma consistente tanto suas origens quanto os seus desenvolvimentos. É o primeiro

---

<sup>111</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço para a Ciência: a Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

<sup>112</sup> BELL, Duncan, op.cit.

<sup>113</sup> BÜGER, Christian, op.cit.

<sup>114</sup> WÆVER, Ole, op.cit.

texto que menciona explicitamente a possibilidade de se produzir uma Sociologia das RI<sup>115</sup>.

Para o autor, “the relationship between IR and sociology of science is virtually nonexistent”<sup>116</sup>, alertando que “the articles on the history of the discipline, slowly growing in number, are usually not based on systematic research or clear methods.”<sup>117</sup>

Ao combinar sua agenda de pesquisa a idéias consideradas consolidadas em determinados enfoques sobre a área - tais como o caráter norte-americano das RI -, Wæver não está interessado em negar essas “verdades”, mas sim em expandi-las. Com efeito, a proposta do modelo explicativo do autor busca explorar particularmente uma dimensão das RI, a saber, a questão das comunidades nacionais.<sup>118</sup>

O autor desenvolve um modelo explicativo que é indicado como ferramenta metodológica no estudo comparado do desenvolvimento da área de RI. Como Wæver credita as discussões de Hoffmann<sup>119</sup> sobre o caráter norte-americano das RI, sua aplicação comparada direcionou-se a análise daquele país com as três tradições mais próximas a sua própria atuação como pesquisador de origem européia, a saber, Alemanha, França e Grã-Bretanha.

A referência de seu modelo explicativo são os trabalhos de Peter Wagner e Björn Wittrock, que trabalham a partir de três aspectos: as tradições intelectuais, as instituições científicas e as estruturas políticas<sup>120</sup>. Para Wæver, no entanto, há um aspecto importante a ser considerado no estudo das RI de um país, a saber, a questão da orientação de política externa, já que a área tende a ser influenciada por esses direcionamentos. Desse modo, a proposta do autor pretendeu-se mais elaborada e abrangente, objetivando ampliar o escopo de análise e as dimensões a serem exploradas.

---

<sup>115</sup> BÜGER, Christian, op.cit, p. 17.

<sup>116</sup> WÆVER, Ole, op.cit., p. 692.

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> Ibidem.

<sup>119</sup> HOFFMANN, Stanley, op.cit.

<sup>120</sup> WÆVER, Ole, op.cit, p. 694.

#### Quadro IV. Modelo explicativo de Ole Wæver

<b>Camada 1: Sociedade e Política</b>  a. Estilos culturais e intelectuais b. “Ideologias” ou tradições de pensamento político c. Modelo de Estado e relações Estado - Sociedade d. Política Externa
<b>Camada 2: Ciências Sociais</b>  a. Condições gerais e definições de Ciências Sociais b. Padrões disciplinares: disciplinas e sub-disciplinas
<b>Camada 3: Atividades Intelectuais em Relações Internacionais</b>  a. Estrutura social e intelectual da disciplina b. Tradições teóricas

**Fonte:** WÆVER, Ole, op.cit., p. 695. Traduzido pela autora.

O quadro IV ilustra o modelo explicativo que abrange uma série de questões até então ignoradas ou tratadas superficialmente pelas narrativas tradicionais. Além disso, cada uma dessas camadas destaca uma dimensão das preocupações da Sociologia da Ciência: na camada 1, as relações entre a ciência, a sociedade e o Estado; na camada 2, as condições internas da disciplina, combinada a uma perspectiva meta-teórica; e, por fim, na camada 3, as condições sociais de produção do conhecimento e da atividade intelectual.

Ao relacionar os resultados dos estudos particulares de cada uma dessas camadas visando à sistematização de uma unidade explicativa orgânica, Wæver acredita ser possível desenhar um quadro histórico não só mais consistente, mas também revelador da área de RI. Isso porque os fatores externos, tais como o impacto da Primeira Guerra Mundial e os eventos relacionados à Universidade de Aberystwyth, associados de forma direta a história da área e considerada como principal narrativa sobre o tema, perdem o significado universal e passam a ocupar um lugar mais modesto enquanto fator explicativo das origens e dos desenvolvimentos das RI em outros países.

A história que emerge dessa análise aponta, nesse sentido, para uma *verdadeira abordagem histórica da área*, e não mais a uma construção mitológica que desconsidera a empiria e as complexas relações que envolvem o conhecimento e a atividade científica e intelectual no âmbito das RI.

Ademais, como cada uma dessas camadas deve abarcar informações específicas dos países – o que leva a um grau considerável de elementos qualificáveis como semelhantes ou diferentes -, a pesquisa pode ser direcionada a um estudo comparado, dentro dos padrões norte-americanos de metodologia comparada.

No caso específico desta dissertação, argumenta-se que esse modelo explicativo pode contribuir nos resultados como uma ferramenta de sistematização das informações relativas aos antecedentes e ao desenvolvimento da área de RI no Brasil. Ao explorar separadamente as camadas, e organizando-as em uma unidade, vê-se a possibilidade de identificação de elementos importantes para o entendimento das condições que propiciaram a formação da área no país na perspectiva de sua institucionalização acadêmica de modo geral, e da criação da graduação e da oferta de ensino em particular.

Não obstante é preciso observar de forma crítica as limitações desse modelo. Por um lado, sua aplicação foi experimentada no estudo de quatro países, como anteriormente mencionado, sendo os resultados passíveis de ponderações, principalmente ao considerar as fontes utilizadas na pesquisa. Isso porque Wæver supervaloriza a questão das publicações, sobretudo das revistas especializadas em RI, elegendo-as como elemento de avaliação mais eficiente para a quantificação e a qualificação do desenvolvimento da área em cada um dos quatro países analisados. E, nesse exercício, denomina as publicações dos países não abordados no estudo como “Rest of the World”<sup>121</sup>. Essa denominação pode parecer objetiva no contexto do trabalho, mas pejorativa e passível de leitura crítica do ponto de vista ontológico, considerando não só a sua concordância inicial com o domínio dos Estados Unidos sobre a área, mas também a origem européia do pesquisador, sua atividade intelectual e a revista na qual o artigo foi publicado, a *International Organization*, uma publicação de origem norte-americana avaliada como uma das mais importantes da área de RI.

Somado a isso, em nenhum momento a América Latina ou a América do Sul são mencionadas. A África tampouco é contemplada, enquanto a Ásia é citada superficialmente. Ao considerar que sua proposta pretende colocar em relevo as especificidades e as contribuições nacionais para a área, parece controversa sua atitude de ignorar por completo a existência dessas comunidades de RI. Seja por ultrapassar o escopo de análise pretendido, seja por desconhecimento, tal comportamento deve ser considerado na adoção do modelo explicativo de Wæver como ferramenta de análise.

---

<sup>121</sup> WÆVER, Ole, op.cit, p. 698.

Nesse sentido, a aplicação da proposta desse autor deve ser combinada a uma reflexão nacional sobre as RI, uma ontologia própria e um olhar brasileiro, para que o resultado não fique limitado nem por uma leitura acrítica da literatura, nem pela desconsideração das contribuições nacionais para a discussão.

### **2.3. A aplicação ao caso brasileiro: um modelo interpretativo a partir da contribuição de Amado Cervo**

Na obra *Inserção Internacional: a Formação dos Conceitos Brasileiros*<sup>122</sup>, Amado Cervo constrói, a partir do estudo da experiência brasileira de produção de conhecimento sobre RI, uma argumentação pautada no caráter nacional - e, portanto, político -, das teorias e dos conceitos.

Ao afirmar que as teorias são construídas a partir da dinâmica de abstração via generalização buscando o alcance universal, o autor aponta que esse processo visa realizar dois objetivos: a inteligibilidade e a capacidade de inspirar decisão. Segundo Cervo, além do consenso na área de ciências humanas e sociais quanto ao potencial limitado das teorias produzirem universalização, o autor dimensiona outro aspecto que diz respeito especialmente ao estudo das relações internacionais.

Esse seria a vinculação de interesses nacionais na produção de conhecimento na área, o que impõe a necessidade de uma leitura atenta por parte daqueles países que se encontram em posição dependente na esfera da política internacional, bem como daqueles que buscam superar essa condição por meio de sua inserção internacional, como é o caso do Brasil.

O estudioso das relações internacionais percebe, contudo, outra limitação. As teorias carregam consigo valores e veiculam interesses das nações cujos intelectuais as concebem, por mais isentas e objetivas que se apresentem. Esse fato não deve ser tomado como deprimente, porém exige leitura crítica para evitar que acentuem o fenômeno da dependência cultural entre os povos, além de assentar o mundo sobre países que tiram proveito das relações internacionais e outros que são explorados porque se deixam explorar.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 13.

Esse quadro desenhado por Cervo explicita sua convicção acerca da simbiose entre as teorias e as práticas políticas dos Estados. Essa perspectiva crítica<sup>124</sup> da relação entre a sociedade e o conhecimento no processo de construção de teorias na área de RI leva o autor a propor a formulação de *conceitos* como alternativa.

Para Cervo, os conceitos são construções sociais<sup>125</sup> que podem ser formuladas por três tipos de pensadores: os pensadores da nação, os pensadores da vida política e da ação diplomática, e o meio acadêmico. Por estarem intimamente relacionados à base empírica, ou seja, à história, os conceitos têm maior capacidade explicativa e não se eximem em assumir sua vocação política e sua vinculação aos interesses nacionais do país onde são desenvolvidos. Além disso, de acordo com Cervo o conjunto de conceitos acumulados representaria o papel operacional de teoria, e, do ponto de vista metodológico, pode ser considerado mais coerente com uma leitura nacional de seu conteúdo, maximizando, dessa forma, sua aplicabilidade.

A combinação dessa perspectiva de Cervo ao modelo explicativo de Wæver parece útil nos termos deste trabalho por duas razões. Em primeiro lugar, possibilita a adoção de uma ferramenta analítica “estrangeira” para o estudo de questões nacionais, pois ao colocar como essencial uma leitura crítica do conhecimento que é produzido em outro país que não o Brasil as questões relativas às ontologias do saber tornam-se menos problemáticas.

Em segundo lugar, a obra de Cervo acrescenta elementos ao trabalho de Wæver

---

<sup>124</sup> O uso do termo crítico denota duas interpretações possíveis. Uma diz respeito a atitude de questionamento frente a um determinado problema ou fato, não aceitando-o como verdadeiro ou correto a menos que consiga atender as demandas explicativas do interlocutor. O segundo sentido, por sua vez, está relacionado à contribuição da Teoria Crítica, melhor denominada como Escola de Frankfurt, na qual intelectuais como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Jürgen Habermas realizaram uma releitura do Marxismo, atualizando-o às questões contemporâneas e às temáticas não incluídas nos trabalhos de Marx. Entre estas, está a reflexão sobre a ontologia da produção de conhecimento, que segundo a perspectiva crítica, não poderiam estar isentas do elemento político e suas práticas, já que é construída no seio da sociedade pelos homens, um produto do trabalho humano e, portanto, influenciado por estes fatores. Robert Cox, um dos autores pioneiros no estabelecimento de um diálogo entre a perspectiva crítica e as teorias de RI, afirma que não há conhecimento desinteressado, apontando que toda teoria é feita para alguém, com algum propósito. Embora ambos os usos do termo estejam relacionados, o segundo possui um escopo mais preciso. No caso da qualificação da proposta de Cervo, a influência da segunda interpretação também se confirma. Para maiores informações, ver: FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990; COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory In: *Millenium Journal of International Relations*, 1981, v. 10, no. 2, pp. 126-155.

<sup>125</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit; CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n.2, 2008b, pp. 8-25.

que são necessários para a compreensão da especificidade da experiência brasileira. Isso porque na terceira camada proposta por Wæver, que aborda as atividades intelectuais em RI, é preciso acrescentar a idéia de Cervo, ou seja, um terceiro item: os produtores de conceitos.

No caso brasileiro, é tardia a construção da autonomia institucional das RI e, desse modo, muitas das contribuições conceituais que formam o acumulado histórico da produção nacional da área não podem ser compreendidas nos parâmetros propostos por Wæver, a saber, pela estrutura social e intelectual da disciplina ou pelas tradições teóricas. Principalmente em relação a este último item, Cervo argumenta que o Brasil não construiu uma teoria de RI<sup>126</sup>, mas sim reproduziu e ainda reproduz teorias de outros países, aplicando-as de modo questionável ao estudo dos problemas brasileiros.

Ao adicionar a idéia de produtores de conceitos, o modelo explicativo de Wæver ganha densidade analítica para o caso específico do Brasil, possibilitando explorar algumas condições particulares à experiência brasileira como a contribuição da Diplomacia e de homens de Estado<sup>127</sup> nas origens da área acadêmica de RI.

Ademais, o vocabulário conceitual de Wæver também pode ser modificado visando aproximá-lo à realidade brasileira. O exemplo é o uso de aspas na palavra Ideologias, demonstrando certo receio do autor europeu quanto ao termo. Em território brasileiro, as ideologias tiveram um papel central não só nas RI, mas em todas as ciências sociais, não cabendo colocar ressalvas no estudo desse aspecto no Brasil.

Dessa forma, segue o quadro com o modelo que denominou-se *interpretativo* a partir das modificações realizadas para o estudo do caso brasileiro.

---

<sup>126</sup> CERVO, Amado Luiz (Org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1994.

<sup>127</sup> O conceito de *homem de Estado* integra o arcabouço conceitual da historiografia francesa de relações internacionais, tendo como um de seus expoentes os trabalhos de Jean-Baptiste Duroselle. Diz respeito ao impacto da personalidade do governante nas ações levadas a cabo pelo Estado, que segundo a tradição francesa, teriam potencial de explicar determinadas dinâmicas das relações internacionais. Para maiores detalhes, ver: RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste, 1967, op.cit.

**Quadro V. Modelo interpretativo a partir do modelo explicativo de Ole Wæver com contribuições de Amado Cervo**

<p><b>Camada 1: Sociedade e Política</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Estilos culturais e intelectuais</li><li>b. <i>Ideologias</i> ou tradições de pensamento político</li><li>c. Modelo de Estado e relações Estado - Sociedade</li><li>d. Política Externa</li></ul>
<p><b>Camada 2: Ciências Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Condições gerais e definições de Ciências Sociais</li><li>b. Padrões disciplinares: disciplinas e subdisciplinas</li></ul>
<p><b>Camada 3: Atividades Intelectuais em Relações Internacionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a. Estrutura social e intelectual da disciplina</li><li>b. <i>Influência de tradições teóricas de outros países</i></li><li>c. <i>Produtores de conceitos</i></li></ul>

**Fonte:** Quadro construído pela autora com base em WÆVER, Ole, op.cit e CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit.

Esse é o mapa analítico que, reformulado para atender as particularidades desse estudo, serve de guia para a sistematização dos antecedentes da experiência do Brasil de institucionalização da área de RI e seu desenvolvimento.

A primeira e a segunda camada estão relacionadas particularmente a idéia de uma narrativa dos antecedentes, à luz da abordagem histórica combinada à Sociologia da Ciência, sobretudo das Ciências Sociais.

A terceira camada, por sua vez, pressupõe a existência da área de RI para a análise – exceto pelo item dos produtores de conceitos-, o que, por razões óbvias, não se enquadra na proposta deste capítulo de discussão dos fatores que influenciaram a institucionalização e, portanto, o tratamento da área de modo relativamente autônomo. Nesse sentido, a análise da terceira camada a partir desse modelo será empreendida no próximo capítulo, que trata da construção da área e seus desenvolvimentos posteriores.

### **2.3.1. Sociedade e Política**

Ao considerar o período que compreende os anos de 1930 a 1974, nota-se que o

Brasil passou por processos significativos do ponto de vista de sua dinâmica social e política. Diante dessa complexidade, é necessário empreender um esforço de sistematização visando identificar aqueles eventos que mais se relacionam ao objeto deste estudo. Ao adotar esse critério, busca-se igualmente minimizar os efeitos da arbitrariedade na seleção dos temas analisados.

Somado a isso, a necessidade de propor uma periodização que se aplique aos quatro subitens em análise – estilos culturais e intelectuais; ideologias e tradições de pensamento político; modelo de Estado e relações Estado e Sociedade; e Política Externa -; coloca um desafio adicional, sob o risco de generalizações excessivas que comprometam a narrativa. Todavia, ao impor como eixo de análise as dinâmicas que estariam relacionadas à formação da área de RI no país em termos acadêmicos, ou seja, com um olhar histórico empenhado na identificação desses elementos, busca-se desenhar um quadro histórico-analítico consistente e coerente com o tema desta dissertação.

Posto isso, três sub-periodizações são identificadas no conjunto mais amplo dos eventos entre 1930 e 1974, com as seguintes temáticas selecionadas como centrais: a) de 1930 a 1954: os anos Vargas; b) de 1954 a 1964: o nacional-desenvolvimentismo; c) 1964 a 1974: os militares no poder. Cada um desses recortes temporais, bem como as temáticas elegidas como centrais, articulam-se aos quatro sub-itens em foco nesta seção.

### **2.3.1.1. De 1930 a 1954: os anos Vargas**

De acordo com a historiografia que trata dos anos 1930, esse ano é considerado o início de um período de vinte e cinco anos no qual a figura de Getúlio Vargas é central para a interpretação das dinâmicas que ocorreram no Brasil. Assim sendo, a denominação “anos Vargas” diz respeito a uma periodização que se explica, em última instância, pela presença política desse indivíduo<sup>128</sup>.

No entanto, a influência de Vargas não se restringiu somente ao ambiente político, mas também as transformações estruturais pelas quais passou o Brasil durante sua permanência no governo, marcando o período que se encerra, inclusive simbolicamente, com seu suicídio em 1954.

---

<sup>128</sup> BORGES, Vavy Pacheco. “Anos Trinta e Política: História e Historiografia” In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 159-182.

É preciso, todavia, ponderar dois aspectos que dizem respeito à centralização da interpretação desse período na figura de Vargas. A primeira relaciona-se às abordagens históricas denominadas tradicionais, influenciadas pela tradição alemã, que valorizam os grandes acontecimentos e os feitos dos grandes homens em suas narrativas. A percepção dos limites dessas abordagens foi explorada pela revolução historiográfica empreendida pela *École des Annales*<sup>129</sup>, que buscava inserir novos sujeitos e novos temas na história, e não somente aqueles restritos a uma história política do ponto de vista oficial.

A historiografia brasileira acompanhou o movimento francês, e a maioria das pesquisas na área de História incorporam suas reflexões, inclusive em História das Relações Internacionais. Desse modo, poderia parecer controverso adotar como referência analítica a figura de Vargas, em oposição a uma tradição do fazer histórico amplamente reconhecida e utilizada pelos especialistas. Entretanto, como adverte Maria Helena Capelato, “a historiografia não pode ignorar os personagens que se destacam na cena histórica (...) sobretudo entre nós, que temos uma tradição política personalista.”<sup>130</sup>

O segundo aspecto está relacionado à impressão de continuidade que a denominação *anos Vargas* sugere. De fato, esse período foi marcado por transformações importantes, e, em decorrências destas, passou por inflexões e descontinuidades que o recorte temporal não deve ignorar. Entre estas, pode-se mencionar as rupturas jurídico-institucionais relacionadas à Revolução de 1930 e o Estado Novo em 1937. Nesse sentido, a análise histórica do período está vinculada mais a idéia de rupturas do que de continuidades, como afirma Borges:

A idéia de ruptura, porém, reina quase que soberana. Isso se baseia sobretudo no fato de que, do ponto de vista político administrativo, inúmeras alterações se deram a partir desse momento, ainda que algumas tenham sido esboçadas anos antes, como por exemplo, a centralização administrativa iniciada sob a reforma constitucional de 1926, sob Artur Bernardes.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> A denominação *École des Annales* foi empreendida a partir do nome da revista *Annales:économies, sociétés, civilisations*, que foi considerada símbolo do movimento historiográfico francês, tendo como seus principais líderes Marc Bloch e Michel Lebrun. Ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>130</sup> CAPELATO, Maria Helena apud BORGES, Vavy Pacheco, op.cit., p. 440.

<sup>131</sup> BORGES, Vavy Pacheco, op.cit., p. 170.

A partir dessas duas considerações, o quadro dos elementos analisados no período adquirirão uma maior inteligibilidade, colaborando no exercício de sistematização que esta seção se propõe.

Posto isso, a primeira questão envolve os estilos culturais e intelectuais à época de Vargas. Com efeito, o perfil dos intelectuais entre as décadas de trinta e cinquenta estava intimamente relacionado ao Movimento Modernista de 1922. Isso porque, ainda que nem todos os nomes relevantes do período estivessem diretamente envolvidos com o movimento, a temática central de sua formação – a identidade brasileira e os rumos do país -, estavam no centro dos debates e do ideário revolucionário que participou da Revolução de 1930. Como destacou Martins:

É o surgimento do “movimento modernista” que marca uma inflexão importante. Esse movimento é criado por um número reduzido de intelectuais, escritores e artistas, na sua maior parte, cujas preocupações abrem-se em leque sobre todos os domínios da cultura e da política. Eles constituem apenas uma parcela da intelligentsia, mas é deles que vem inicialmente a força motriz da renovação.<sup>132</sup>

A criação do Ministério da Educação representava o início de uma política cultural e educacional fomentada e organizada pelo Estado, proposta esta que incluía o estabelecimento de uma educação de massa e um projeto de educação das elites, baseado na crença de que essa iniciativa iria orientar o processo de transformação da sociedade brasileira, notadamente pela educação secundária e de nível superior<sup>133</sup>.

A Universidade do Brasil, primeira instituição do gênero de âmbito federal, seria criada sob os auspícios de Gustavo Capanema em 1937, que havia sido nomeado em 1934 para a pasta da Educação e nesta permaneceu até 1945. Essa experiência visava não só padronizar a educação de nível universitário no país, mas também controlar as demais experiências que vinham surgindo desde o início da década de 1920. Para Mendonça, a Universidade do Brasil colocou em debate questões sobre o modelo universitário que até hoje são fundamentais: as finalidades da instituição e a complicada

---

<sup>132</sup> MARTINS, Luciano. *A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940*. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_04/rbcs04\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2009.

<sup>133</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Junho/Julho/Agosto 2000, n. 14, pp. 131-150.

relação entre a universidade e o Estado<sup>134</sup>.

Desse modo, a partir de 1937 o governo federal deixava explícita sua intenção de assumir a política cultural do país, visando colocar sob controle estatal as condições para a formação das elites brasileiras, que segundo Capanema, era fundamental no projeto de constituição da nacionalidade<sup>135</sup>.

É nesse sentido que a participação ativa de intelectuais em cargos-chaves na burocracia federal se coloca no período. Havia a percepção de que essa *intelligentsia*<sup>136</sup> poderia “salvar” o país, já que dotados de atributos e conhecimentos capazes de não só interpretar a realidade brasileira a partir de um olhar mais abrangente, mas também propor soluções e alternativas.

Intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas participaram desse entrelaçamento entre cultura e política que caracterizou os anos 30. (...) Assim, em 1930, o arquiteto Lúcio Costa foi indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Manuel Bandeira foi convidado, em 1931, para presidir o Salão Nacional de Belas Artes. Em 1932, o escritor José Américo de Almeida assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas. Gustavo Capanema foi nomeado em 1934 ministro da Educação e Saúde Pública, e convidou o poeta Carlos Drummond de Andrade para chefiar seu gabinete. Mário de Andrade iria assumir, em 1935, a direção do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo. Foi ele quem indicou, juntamente com Manuel Bandeira, o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, principal instituição de proteção dos bens culturais do país que seria criada logo após o golpe do Estado Novo.<sup>137</sup>

É também revelador no estilo cultural e intelectual do período a publicação de obras que revolucionaram a visão dos brasileiros sobre o Brasil. Em 1933 Gilberto Freyre publicava *Casa Grande e Senzala*, propondo o conceito de democracia racial. A

---

<sup>134</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P.C., op.cit,

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> De acordo com Martins, “o termo originalmente denota e, posteriormente, em geral conota a existência de grupos de intelectuais que se caracterizam - e se distinguem de seus pares - por um certo número de atributos, entre os quais o principal refere-se à natureza particular de suas relações com a política. (...) não existe relação necessária entre a condição de intelectual e a de ator político. Em outras palavras, esta última qualidade é o atributo de um certo tipo de intelectuais, cuja emergência, enquanto sujeito coletivo, parece ligada a certas condições sociais, políticas e culturais.” Ver: MARTINS, Luciano, op.cit.

<sup>137</sup> FGV-CPDOC. *Anos de Incerteza (1930-1937): os intelectuais e o Estado*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_inteest001.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_inteest001.htm)> . Acesso em: 13 mai. 2009.

obra lançava um novo olhar sobre o problema das raças que formaram o Brasil, bem como a participação da colonização portuguesa no processo. No mesmo ano, Caio Prado Jr., autor explicitamente marxista, publicou *Evolução Política do Brasil*, que incorporava na narrativa a até então inexistente temática da participação das camadas populares na história do país. Em 1936, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, problematizou a presença portuguesa, argumentando a necessidade de superação dessas influências culturais como condição de acesso do país à modernidade.<sup>138</sup>

Essas publicações ganhavam um significado particular em virtude, por um lado, do contexto de debates sobre a realidade do país e a necessidade de redimensionamento institucional, e, por outro, de um setor editorial em ascensão, gradativamente colocando em evidência os canais de expressão da opinião pública<sup>139</sup> daquele momento.

O ambiente intelectual e cultural entre 1930 e 1954 esteve vinculado em grande medida as efervescências políticas pelas quais o Brasil passou; processo esse que trouxe mudanças estruturais importantes e que, por esse motivo, aproximaram a atividade dos intelectuais à atividade política. Dessa forma, o tema das ideologias ou tradições do pensamento político do período possui pontos de contato substantivos com as perspectivas dos intelectuais. Os valores e as categorias presentes nos discursos e nos debates incluíam a nacionalidade, os partidos políticos, o progresso, a revolução, as forças nacionais, a unidade e a salvação nacional.<sup>140</sup>

O debate político estava permeado por temas não tão novos, mas que tomavam nova forma no contexto da Revolução de 1930, da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Constituinte de 1934. Saldanha sintetizou as questões em relevo:

o prosseguimento do debate sobre as instituições republicanas, o conflito entre autoridade federal e chefias locais, a insatisfação das gerações novas ante a inautenticidade do processo eleitoral e a representação parlamentar. Amadureciam as críticas opostas nos anos anteriormente ao formalismo político (...) e começava a tomar corpo a opinião pública, agora existente de fato como ambiência de receptividade às reclamações contra o governo, uma opinião pública sedenta de críticas aos erros e muito valorizadora da idéia de que o país

---

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> O conceito de opinião pública é complexo, e aqui é usado no sentido de ator político da vida pública, que tem como uma de suas vias de expressão os canais da imprensa.

<sup>140</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

precisava ser reorganizado. (...) cada vez mais aparecia gente estudando essas coisas, escrevendo sobre política, advertindo o povo contra a omissão do governo e contra as mentiras eleitorais.<sup>141</sup>

Essas tendências que se iniciaram na década de 1930 iriam se aprofundar na década de 1940 no bojo da discussão da Constituinte, que aprovaria o novo texto constitucional em 1946. No período em que Eurico Gaspar Dutra esteve no governo – de 1946 a 1951 –, esses debates permaneceram em voga.

Os grupos políticos daquele período organizavam-se em torno de movimentos e partidos, entre os quais se destacavam vários tipos de democratas, comunistas, católicos, getulistas, integralistas e socialistas. Essas foram as principais correntes que participaram do processo constitucional de 1946.<sup>142</sup>

Na análise do perfil desses grupos e suas respectivas ideologias ou tradições de pensamento político, duas são particularmente relevantes para a interpretação desse período: o Tenentismo e o Integralismo.

O Tenentismo, segundo Saldanha, era “um movimento de insatisfação contra a generalizada corrupção política, surgido entre 1920 e 1930 e vinculado ao crescimento da burguesia urbana e à sua latente oposição aos interesses políticos dos poderosos rurais.”<sup>143</sup> Este grupo estava concentrado nas Forças Armadas, e almejava mais protestar do que de fato alterar os padrões político da época. Sua importância à luz do contexto, desse modo, dizia respeito ao “descompasso entre a persistência de formas de vida inteiramente antiquadas e a latência de pretensões novas no sentido de uma civilização urbana e de uma democracia potencialmente social.”<sup>144</sup> É esse um dos principais movimentos que participaram do processo revolucionário de 1930.

O Integralismo, por sua vez, era um movimento organizado em partido político, e seu perfil estava associado à tendência mais ampla do período de fixar a realidade brasileira como tema de estudo. Além desse caráter marcadamente nacionalista, havia a influência das ideologias da direita européia, que balizavam as reflexões e as opções dos integralistas em suas incursões políticas. Com efeito, o Integralismo teve papel relevante no Estado Novo e participou da Constituinte de 1946. Dois dos seus principais expoentes, Plínio Salgado – da vertente democrata cristã – e Gustavo Barroso –

---

<sup>141</sup>Ibidem, pp. 290-291.

<sup>142</sup> Ibidem, pp. 290-291.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 291.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 291.

popularizado pelo seu anti-semitismo -, publicaram obras que problematizavam não só o Brasil, mas também as dinâmicas internacionais, sobretudo européias, que deveriam ser observadas atentamente pelo país em seu processo de transformação.<sup>145</sup>

Outros movimentos políticos também se articulavam em torno do debate sobre a realidade do país. Os sindicalistas, por exemplo, ganharam espaço entre a segunda metade da década de 1940 e 1950, em virtude do avanço do projeto de industrialização e os direitos trabalhistas e sociais concedidos durante o governo de Vargas. Outros grupos, ao lado do Tenentismo e do Integralismo, vinham ganhando espaço progressivamente, notadamente os socialistas/comunistas e os conservadores cristãos, que entre as décadas de 1950 e 1964 viriam a polarizar as discussões sobre o projeto de desenvolvimento nacional.

Com relação ao modelo de Estado e as relações Estado e Sociedade, entre 1930 e 1954 mudanças significativas marcaram a República brasileira. Entre elas, a crise do sistema oligárquico baseado nas lideranças agroexportadoras, que possibilitou a transferência do poder dos governos estaduais para o nível nacional. Como afirma Weffort, Getúlio Vargas “estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira.”<sup>146</sup> Dessa forma, o sistema de rotatividade entre os estados economicamente mais poderosos foi gradualmente cedendo lugar a uma maior distribuição de poder, baseado na idéia da unidade nacional como vetor desse processo.

Concomitantemente ao fortalecimento do Estado e da idéia de sua unidade orgânica, ocorria a burocratização e a ampliação das funções estatais. Com a industrialização, crescia a população urbana, bem como suas demandas. A emergência das massas urbanas foi um fenômeno que orientou muitas das políticas federais, que visavam não só estabilizar a situação política do país, mas também legitimar a transformação estrutural que se processava.

A idéia de uma nova forma de Estado vai se tornar quase que consenso: 30 seria uma ruptura com um Estado oligárquico. De forma genérica, podemos dizer que o corte em 1930 assim aparece nas análises das ciências sociais: antes de 1930 o Estado era liberal, oligárquico, federativo, baseado na economia de exportação; depois de 1930 (por vezes depois de 1937), esse

---

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 51.

é autoritário, centralizado, e voltado para o mercado interno.<sup>147</sup>

As relações entre o Estado e a Sociedade diante dessa nova configuração estatal e as mudanças sociais seriam marcadas pelo Populismo. Esse fenômeno é comumente associado à figura de Getúlio Vargas como o principal expoente, já que, por meio de suas políticas assistencialistas de forte apelo social, cooptava a legitimidade das massas. Assim sendo, embora o Estado estivesse atuando como uma ditadura mascarada de democracia, o processo não era contestado pelas massas urbanas, pois eram beneficiadas pelas políticas sociais do governo federal. Essa foi, em grande medida, a política que possibilitou a presença de Vargas no poder de 1930 a 1945, e seu retorno na década de 1950, permanecendo até seu suicídio em 1954.

Diante desse contexto doméstico, a política externa formulada para o período levou em consideração as dinâmicas internacionais que afetavam diretamente o projeto de desenvolvimento nacional que começava a ser engendrado. Como argumenta Cervo, “o paradigma liberal-conservador de política exterior não combinava com a nova conjuntura externa e interna.”<sup>148</sup> Nesse sentido, os temas que estavam em evidência eram: os efeitos da crise de 1929 e a inserção do Brasil na era do capitalismo industrial, a participação do país na Segunda Guerra Mundial, e as relações com os Estados Unidos e a Alemanha.

A crise de 1929 havia alertado o mundo que o capitalismo estava suscetível a crises, afetando principalmente um dos temas mais sensíveis ao Brasil daquele momento, a saber, o modelo tradicional de trocas comerciais, voltado essencialmente à exportação de produtos primários e importação de bens manufaturados. Esse modelo já não era capaz de atender às demandas internas da sociedade, que experimentava um processo incipiente de modernização, com crescimento da população urbana e a conseqüente demanda por emprego e produtos industrializados, bem como a crescente insatisfação de determinados setores, como militares e intelectuais, frente à percepção de um Brasil atrasado e dependente.

Dessa forma, foi necessária a revisão das posições brasileiras, especialmente seu papel nas relações econômicas internacionais. Nessa época, os Estados Unidos já figuravam como o principal eixo de relacionamento internacional do país, absorvendo mais da metade das exportações brasileiras, sobretudo de café.

---

<sup>147</sup> BORGES, Vavy Pacheco, op.cit., p. 176.

<sup>148</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit., p. 44.

A Segunda Guerra Mundial surgiu, então, como uma oportunidade do Brasil reformular seu projeto de inserção internacional, que passaria a ser baseado em novas diretrizes. Nesse sentido, a guerra influenciou o projeto de desenvolvimento de países como o Brasil, impondo-o a uma leitura complexa do ambiente internacional.

As iniciativas externas deveriam levar em consideração as implicações do conflito em escala mundial para as relações econômicas internacionais, especialmente as trocas comerciais e o investimento externo em empreendimentos nacionais. Paulatinamente é construída a percepção da necessidade de romper ou minimizar os efeitos da dependência aos países do centro, daí a pertinência do projeto de industrialização via substituição de importações.

Ao partir dessa percepção, o Brasil sentia a necessidade de participar do conflito, vendo-o como uma oportunidade de não só colocar o país no rol dos grandes protagonistas mundiais, mas principalmente de viabilizar vantagens econômicas. Esse foi o tom do relacionamento do país no momento de negociação de sua efetiva entrada ao lado dos aliados, utilizando-se da barganha nacionalista com a Alemanha e os Estados Unidos como parâmetro objetivo do processo decisório. Como destaca Cervo, naquele momento o país ia “adaptando a leitura do interesse nacional às demandas de uma sociedade em transformação.”<sup>149</sup>

Com efeito, as iniciativas que partiam do Estado, articulando as esferas interna e externa, estavam relacionadas ao incremento do capital, especialmente o produtivo, ao comércio exterior, ao investimento em infra-estrutura nacional, ciência e tecnologia, sendo todos esses fatores componentes da diretriz fundamental: o incentivo à industrialização como vetor do desenvolvimento nacional.

Em síntese, o projeto varguista representou o início de um processo que se aprofundou entre as décadas de 1950 e 1970, e que se estenderia até a década de 1990, no qual caberia ao Estado o planejamento e o gerenciamento do desenvolvimento econômico do país.

No decurso da década de 1930, as transformações econômicas e sociais levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional. Embora sem descuidar dos interesses das exportações tradicionais, a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente do que o período anterior, pois visava contemplar outros segmentos da

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 46.

sociedade. Isso explica as transformações havidas na política externa brasileira, como o reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular.<sup>150</sup>

### **2.3.1.2. De 1954 a 1964: o nacional-desenvolvimentismo**

Assim como as interpretações sobre o período entre 1930 e 1954 podem ser sintetizadas, do ponto de vista da sistematização histórica, na figura de Vargas, o recorte de 1954 e 1964 pode ser definido a partir do debate em torno do nacional-desenvolvimentismo. Esse é o eixo das análises das quatro sub-divisões propostas por Wæver aplicadas ao caso brasileiro.

Com efeito, o Brasil havia aprofundado as mudanças iniciadas na década de 1930, como a expansão do consumo, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a implantação da indústria automobilística e a continuidade do processo de crescimento da população urbana, que chegaria em 1960 ao nível de 45% dos brasileiros vivendo em cidades.<sup>151</sup>

O estilo cultural e intelectual foi, assim, baseado em um aprofundamento reflexivo sobre a realidade nacional. No início da década de 1950, o clima era influenciado pelo fim do Estado Novo, e muitas tendências conservadoras permaneciam em voga. No final da década, elas iriam dar lugar a uma nova predominância, de caráter nacionalista, colocando-o em termos de alternativa política. Na década de 1960 o nacionalismo-desenvolvimentista tomou o centro do debate, influenciando não só as esferas intelectuais e culturais, mas, sobretudo, o debate prospectivo sobre o país.

Em perspectiva internacional, a Guerra Fria impunha o fortalecimento dos debates em termos de correntes filosóficas e das ideologias, debate do qual o Brasil não esteve imune. Chegavam ao país discussões sobre a viabilidade do marxismo prático – o socialismo e o comunismo -, bem como as críticas e as defesas do modelo capitalista.

A Revolução Cubana, no final da década de 1950, simbolizou a imposição destas questões no debate político brasileiro, em virtude do grande impacto que teve o fenômeno no conjunto das expectativas brasileiras no continente americano,

---

<sup>150</sup>CERVO, Amado Cervo; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 234.

<sup>151</sup>KONDER, Leandro. “História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta” In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. Ed., São Paulo: Contexto, 2007, pp. 355-374.

particularmente a adoção do modelo capitalista-ocidental de origem norte-americana.<sup>152</sup>

Essa ambiência mundial, somada ao contexto de revisões históricas das questões nacionais, iria conferir um perfil específico aos intelectuais e sua produção entre 1950 e 1960. Como destacou Konder:

A geração de intelectuais brasileiros [da década de 1950] foi a primeira que, a partir dos anos 30, passou a ser desafiada a fazer escolhas no âmbito das correntes filosófico-políticas que tinham repercussão mundial, em decorrência da experiência do comunismo na Rússia, do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e do agravamento dos problemas que se manifestavam nos países que se consideravam expressões da “democracia liberal”.<sup>153</sup>

Alguns grupos eram formados por intelectuais que visavam debater de modo sistematizado e pautado em critérios acadêmicos os temas que estavam no centro das preocupações nacionais, em particular o projeto de desenvolvimento, divididos em duas vertentes. A primeira delas argumentava a necessidade de acomodação do capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, na conformação do projeto industrial brasileiro; a segunda, por sua vez, advogava uma maior autonomia, necessária para a ruptura com as amarras da dependência aos países economicamente mais poderosos.

Esse debate foi institucionalizado em centros de pesquisas e em publicações. Na perspectiva da direita ou “rearmamento moral” – nesse caso, entendida como defensora dos interesses liberais e da participação do capital internacional no financiamento do projeto nacional -, destacaram-se os *Clássicos da Democracia*, as publicações da *Ibrasa*, a chegada das obras de Raymond Aron, e algumas publicações que, quando não assumiam diretamente a defesa do modelo norte-americano, o faziam de forma discreta. Já do ponto de vista da esquerda ou “ofensiva editorial”, os *Cadernos do Povo*, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), as publicações das editoras esquerdistas, como Brasiliense, Fulgor, Civilização Brasileira e Cultrix, e uma das iniciativas mais significativas do período, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com a publicação de *Cadernos do Nosso Tempo*.<sup>154</sup>

É importante ressaltar que essas instituições eram formadas por grupos de intelectuais que participavam ativamente das dinâmicas políticas, e desenvolviam seus

---

<sup>152</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit.

<sup>153</sup> KONDER, Leandro, op.cit, p. 368.

<sup>154</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit.; KONDER, Leandro, op.cit.

trabalhos com essa intencionalidade. Além disso, o escopo das preocupações estava direcionado às várias dimensões políticas, desde as questões municipais, passando pelas nacionais, até as reflexões que envolviam o ambiente internacional. Como destaca Nascimento:

(...) houve um movimento de criação de instituições relativamente autônomas, mas profundamente ligadas ao Estado – seja porque seus membros faziam parte do governo, seja porque recebiam dotações orçamentárias oficiais, seja por ambos os motivos – e interconectadas entre si, por conta da grande quantidade de membros que tinham em sua órbita. Tal é o caso do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), criado em 1952, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), fundado em 1954, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação. Todos os três institutos ecoavam o pensamento modernizador em voga no período. Embora atuassem em áreas diversas, seus objetivos seguiam os ideais transformadores que tomavam conta do país.<sup>155</sup>

O ISEB era considerado o símbolo da nova tendência nacional-desenvolvimentista típica da década de 1950, ainda que não tenha conseguido “atuar como um núcleo articulador de todas as expressões do nacional-desenvolvimentismo.”<sup>156</sup>. Os principais integrantes gozavam de substantivo prestígio intelectual e político. Eram eles: Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Inácio Rangel, Cândido Mendes, Hermes Lima e Hélio Jaguaribe.<sup>157</sup> Para Konder, Hélio Jaguaribe foi quem melhor representou o espírito do ISEB, nos termos de uma reflexão comprometida com o projeto de promoção do desenvolvimento.<sup>158</sup>

Vinculados à instituição, esses personagens buscavam “impor o Brasil a si mesmo e (...) criar um ambiente nacionalista em dimensão filosófica.”<sup>159</sup>. Nesse sentido, diversas publicações foram vinculadas ao ambiente do ISEB: *Lições da Crise*, de Hermes Lima em 1955; *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, de 1956, e *Consciência e Realidade Nacional*, de 1960, ambos de Vieira Pinto; *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, de Corbisier em 1960; *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de Werneck Sodré, do mesmo ano; *Desenvolvimento*

---

<sup>155</sup> NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. *Idéias, Instituições e Política Externa Brasileira no Brasil de 1945 a 1964*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005 (Dissertação de Mestrado), p. 54.

<sup>156</sup> KONDER, Leandro, op.cit, p. 365.

<sup>157</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit.

<sup>158</sup> KONDER, Leandro, op.cit.

<sup>159</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit., p. 336.

*Econômico e Desenvolvimento Político*, de Jaguaribe, em 1962<sup>160</sup>; *Nacionalismo e Desenvolvimento*, de Cândido Mendes em 1963<sup>161</sup>.

Essas publicações estavam inseridas em um contexto mais amplo de tomada de consciência das questões nacionais por uma maior parcela da população. Dessa forma, as revistas de esquerda e as publicações políticas, que debatiam a realidade nacional e os problemas de justiça social, tais como a reforma agrária, são referências importantes na interpretação do estilo cultural e intelectual da época.

Outra instituição que merece destaque nesse contexto é o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, seu objetivo era debater e divulgar a participação internacional do Brasil, que naquele momento já alcançara posições importantes na cena mundial. O lançamento da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RPBI), em 1958, endossava essa percepção da importância de refletir sobre as relações do país com o mundo e o impacto nacional dessas dinâmicas. Essa publicação trazia artigos de grande qualidade sobre temáticas sensíveis ao Brasil e ao momento pós- Segunda Guerra Mundial sob a ótica de intelectuais, acadêmicos e diplomatas. Como sintetizou Saraiva:

O Instituto ocupou lugar privilegiado, no meio século que separa o ato de fundação, em 1954, dos novos tempos de internacionalização desenfreada das nações. O Brasil não permaneceu omissos ante os temas da paz e da guerra, ao reagir à constituição de regras e padrões que não pudessem trazer algum grau de previsibilidade à vida internacional dos povos bem como ao seu desenvolvimento nacional e das nações mais atrasadas economicamente. Em especial, o IBRI foi o lugar para onde convergiram grandes debates e personalidades interessadas em avaliar a presença internacional do país e as possibilidades de ampliação da nossa presença nos grandes momentos das relações internacionais contemporâneas.<sup>162</sup>

Em 1993, o IBRI foi transferido para Brasília, dando prosseguimento a suas atividades. Contemporaneamente, essa instituição mantém seu papel de relevância no

---

<sup>160</sup> Esta publicação de Jaguaribe ocorreu no período em que este já havia se afastado do ISEB em virtude de divergências políticas. No entanto, seu teor tem relações explícitas com o pensamento desenvolvido no âmbito da instituição e, por esse motivo, foi incluída no conjunto das publicações isebianas.

<sup>161</sup> Assim como Jaguaribe, Cândido Mendes publicou esta obra já egresso do ISEB. Pelas mesmas razões, optou-se por citá-la no conjunto dos escritos isebianos. Ver: SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit.

<sup>162</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra. O IBRI e o Brasil – 50 anos In: *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/2006/09/22/o-ibri-e-o-brasil-50-anos/>> Acesso em: 11 nov. 2009.

cenário intelectual sobre as relações internacionais, sendo responsável pela publicação que viria a se tornar a mais tradicional da área.

No campo das ideologias e tradições de pensamento político, o nacionalismo e o desenvolvimentismo se impuseram como eixos dos discursos do período. Por um lado, advogava-se a importância do enfoque nacional não só na elaboração dos projetos políticos, mas também em sua execução. Uma das questões influenciadas por essa abordagem foi o projeto de industrialização, que, de acordo com as teses nacionalistas, deveria ser fomentado pelo Estado, e não somente pela iniciativa privada, sobretudo aquelas de origem norte-americana.

Assim sendo, quando Juscelino Kubistchek assumiu o governo em 1956, as idéias nacionalistas já estavam bastante avançadas e disseminadas no imaginário coletivo brasileiro. De acordo com Saldanha, haviam correntes nacionalistas tanto da direita quanto da esquerda; todavia, a esquerda havia se antecipado do debate e, por essa razão, chamava mais a atenção para as suas teses do que a direita.<sup>163</sup>

Dessa forma, a vertente nacional-desenvolvimentista deve ser interpretada à luz desses fatos, já que sua diferenciação em relação às demais correntes nacionalistas não diz respeito ao conteúdo ideológico de forma mais ampla, mas sim a questão específica de execução do projeto de desenvolvimento do país, questão esta fundamental para a divisão dos perfis da esquerda e da direita. Como destaca Cervo, “a ideologia desenvolvimentista fez a unanimidade no Brasil, mas não fez o entendimento político. Dividiram-se dirigentes e intelectuais brasileiros, como também as correntes de opinião pública, em torno do modelo de desenvolvimento a implementar.”<sup>164</sup>

O Desenvolvimentismo, de acordo com Saldanha, é um “termo que denota um estado de espírito, gerado durante o governo Kubistchek (1956-1961), e tendente a colocar a questão do crescimento econômico (ou principalmente econômico) do país como preocupação básica.”<sup>165</sup>

Com efeito, a preocupação do Estado com o crescimento econômico era anterior a Kubistchek, e pode-se identificar em Vargas a sua gênese. Isso porque foi a partir do governo desse último que a idéia de projetar o desenvolvimento nacional por meio da industrialização foi lançada como uma alternativa não só viável para o país, mas também a mais eficiente no processo de superação das condições nacionais

---

<sup>163</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit.

<sup>164</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit., p. 73.

<sup>165</sup> SALDANHA, Nelson Nogueira, op.cit., p. 341.

consideradas arcaicas, dependentes e incompatíveis com as potencialidades do Brasil.

A década de 1950 é considerada, pois, o período em que ocorreu o maior aprofundamento do projeto de industrialização do país, organizado sistematicamente pelo Estado e percebido como opção legítima em relação às características do Brasil e às expectativas dos brasileiros, tais como o crescimento da população urbana e de uma maioria social percebida em termos de proletariado, e a inserção na era do capitalismo industrial mundial. Em suma, “o nacionalismo como política passou a beneficiar-se da convergência das insatisfações econômicas e culturais, englobando o desejo de dar ‘autenticidade’ ao ser histórico do país e o de libertar materialmente a vida da nação.”<sup>166</sup>

Todavia, a partir da eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República a preocupação com a “invasão comunista” já havia se disseminado no campo ideológico, e os setores mais conservadores – principalmente os militares-, sentiam-se receosos de uma conversão do país ao modelo socialista, assim como demonstrara o caso cubano. As políticas de cunho social e a forte presença estatal passavam gradualmente a serem percebidas de modo diferente, como sinais de aproximação ao perfil dos países socialistas.

Essa percepção foi responsável, em grande medida, não só pela breve permanência de Quadros no governo, mas também pela deposição de seu vice João Goulart. As instabilidades políticas que se instalaram na esfera federal durante os governos Quadros-Goulart podem ser compreendidas, nesse sentido, por essa perspectiva das ideologias internacionais e seus impactos na mentalidade política nacional, que, conjuntamente com a opinião pública, colocavam sob suspeitas as fundamentações do nacional-desenvolvimentismo mais próximas à esquerda.

Com relação ao modelo de Estado e das relações entre o Estado e a Sociedade, percebe-se entre as décadas de 1950 e 1960 a continuidade do Estado burocrático assim como projetado na década de 1930 por Vargas. Entretanto, um aspecto marcaria a diferença entre esses dois períodos: a ambiência democrática em oposição ao autoritarismo.<sup>167</sup>

O Estado brasileiro engajava-se cada vez mais no projeto de desenvolvimento econômico pautado principalmente no fortalecimento da estrutura industrial. Os

---

<sup>166</sup> Ibidem, p. 335.

<sup>167</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Do Estado Patrimonial ao Gerencial” In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 222 – 259.

projetos federais eram pautados nesse objetivo, e o modelo de Estado orientava-se pelo aprofundamento deste imperativo combinado ao novo contexto de modernização e conscientização pelo qual passava o país.

A relação entre o Estado e a Sociedade permanecia influenciada pelas práticas populistas. O Populismo de Kubistchek se diferenciou dos anos de Vargas por incluir, além da dimensão política e do ambiente democrático efetivo – no sentido do acesso ao voto e da definição mais clara do papel do eleitor e da cidadania –, a dimensão econômica.

De fato, foi no governo de Kubistchek que se consolidou o espaço das elites industriais no seio da administração pública federal. Ademais, foi também nesse período que o país começou a recepcionar de forma entusiasmada as empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas, tendo-as como símbolo do ingresso efetivo do Brasil na era do capitalismo industrial global e utilizando-as como propaganda do sucesso da campanha desenvolvimentista empreendida pelo governo.

O Plano de Metas, elaborado como proposta de governo de Kubistchek e implementado como plano efetivo de coordenação das políticas públicas do país, sintetizava essa idéia de dinamizar a administração pública por meio do ingresso de um corpo técnico no seio da estrutura estatal. Dessa forma, ficava evidente a necessidade de quadros qualificados interessarem-se pela carreira do funcionalismo público, não apenas pelo desejo de acomodação e estabilidade típicos dos anos Vargas, mas também pela possibilidade de participar do processo de transformação e modernização do Brasil.

A construção de Brasília e a transferência da capital, consideradas a meta-síntese do Plano de Metas, simbolizavam essa mudança, projetando-a inclusive internacionalmente. Ademais, era a afirmação da cidade como centro do poder e como o local onde ficariam concentradas essas renovadas forças burocráticas e técnicas que passavam a estruturar o Estado.

No que diz respeito à política externa brasileira entre 1954 e 1964, dois projetos se destacam no conjunto das medidas adotadas pelo país: a Operação Pan-Americana e a Política Externa Independente. A relevância dessas duas orientações advém, em grande medida, da ênfase atribuída pela diplomacia à questão da inserção internacional do Brasil em uma perspectiva autônoma. Ambas visavam colocar o país nos principais palcos das negociações mundiais – tanto políticas quanto econômicas-, tendo como parâmetro para o processo decisório o objetivo último de obter as condições necessárias

ao desenvolvimento nacional.

A Operação Pan-Americana (OPA), lançada durante o governo de Kubitschek, tinha como proposta a revisão dos ideários americanistas em um novo contexto, a saber, a Guerra Fria. Mais precisamente, o presidente brasileiro encaminhou a proposta de cooperação hemisférica no ano de 1958, quando o antiamericanismo latino-americano vivia seu ponto alto após a mal-sucedida viagem do vice-presidente Nixon à região.

A fundamentação da OPA possuía, pois, uma forte carga ideológica. Advogava-se que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam elementos fundamentais para evitar que a América Latina sofresse influência de “ideologias exóticas e antidemocráticas”.<sup>168</sup>

O discurso era em tom de reivindicação, alegando-se que a região havia sido excluída do Plano Marshall - que visava à reconstrução da Europa e do Japão no pós-Segunda Guerra-, e, portanto, estaria sendo marginalizada nos cálculos norte-americanos. Kubitschek enfatizava a necessidade de uma cooperação econômica efetiva, que reforçasse os laços de solidariedade política entre os países do bloco Ocidental; em outras palavras, havia a percepção da complementaridade dessas duas esferas.<sup>169</sup>

Ainda que a iniciativa fosse brasileira, a OPA abrangia todo o continente latino-americano. Havia a percepção da importância do desenvolvimento em todos os países da região, e não somente do Brasil. O *aide-mémoire* encaminhado aos países previa “estudos que visassem à aplicação de capitais privados (...), ao aumento do volume de crédito das entidades internacionais, ao fortalecimento das economias internas, à disciplina do mercado de produtos de base, à formação de mercados regionais e à ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica.”<sup>170</sup> A proposta brasileira foi acolhida pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Entre seus resultados práticos, aponta-se a criação do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), no qual participaram vinte países – com a exceção significativa de Cuba-, com o financiamento dos Estados Unidos. Embora não seja uma visão consensual, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Aliança Para o Progresso do presidente norte-americano Kennedy também são associadas à proposta de Kubitschek.

Todavia, apesar do apoio interno e da acolhida latino-americana, o projeto se

---

<sup>168</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 290.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 290.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 292.

estendeu até 1960 sem maiores resultados. Cervo argumenta que a OPA “foi uma idéia feliz, aceita por todo o hemisfério, mas careceram-lhe projetos específicos para se passar à ação.”<sup>171</sup> Apesar dessas interpretações críticas, é importante ressaltar que a experiência da OPA foi responsável por esboçar a abordagem universalista nas relações internacionais, bem como colocar em evidência temas que se transformariam em fundamentais na prática diplomática brasileira, a saber, a autonomia e o multilateralismo.

A Política Externa Independente (PEI), por sua vez, foi formulada durante o breve governo de Jânio Quadros no início da década de 1960. A crise do sistema americano a partir dos acontecimentos de Cuba em 1962 reforçou a necessidade dos Estados Unidos se atentarem às dinâmicas dessa região, assim como relativizar a crença de que estes Estados já estariam naturalmente incluídos em sua esfera de poder. Nesse sentido, a OPA e a PEI possuem pontos de contato com relação à percepção do Brasil e a marginalização da região latino-americana no contexto da Guerra Fria.

Somado a isso, o processo de descolonização e a tensão das relações entre Estados Unidos e União Soviética abriu espaço para a consolidação de uma postura reivindicatória por parte dos países que buscavam superar sua condição de subdesenvolvimento. No caso brasileiro, isso se traduziu em posicionamentos internacionais articulados a partir do critério de eficácia, visando atender os interesses do desenvolvimento econômico.

Esse ponto é decisivo para compreendermos a postura brasileira de defesa do direito a *autodeterminação dos povos*, bem como o alargamento de suas relações comerciais enquanto propostas legítimas no âmbito mundial. Na PEI, esse processo assume a forma de *universalização e mundialização* das relações internacionais do Brasil.

A busca pelo desenvolvimento pautada nesses elementos impôs uma conseqüente *desideologização* das relações internacionais do Brasil, opondo-se, dessa forma, ao ideário da OPA relacionado aos laços pan-americanos. Isso porque havia o entendimento de que o apelo à bipolaridade do sistema internacional, especialmente relacionado às adesões ao bloco ocidental ou soviético, limitava substancialmente as escolhas internacionais de países como o Brasil. A partir disso, a PEI repensou a dimensão Leste – Oeste da política internacional daquele momento e propôs uma

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 295.

geografia conceitual mais adequada aos objetivos do desenvolvimento, ou seja, em termos de *relações Norte – Sul*, no qual havia o entendimento de que os Estados pertencentes ao primeiro obstaculizavam o crescimento econômico dos segundos.

Como consequência dessa leitura, o Brasil ampliou seu horizonte de atuação, inaugurando novos espaços, como foi o caso em países da África e da Ásia. O país retomou suas relações diplomáticas com a URSS rompida desde 1947 e aproximou-se da China, dando claros sinais de seu posicionamento firme diante dos compromissos da PEI.

Mesmo com a saída de Quadros e a entrada de João Goulart, foi dada continuidade ao projeto da PEI, inclusive com adensamento de determinadas questões, como é o caso do período em que Francisco Clemetino de San Tiago Dantas assume o Ministério das Relações Exteriores no lugar de Afonso Arinos de Melo Franco em 1961, logo após a instauração do regime parlamentarista.

Um dos impactos da PEI foi o aprofundamento da consciência da opinião pública nacional sobre as questões internacionais nas quais o Brasil estava envolvido<sup>172</sup>. Nesse sentido, em decorrência da percepção pública dos impactos políticos e sociais, e a instrumentalização crescente da esfera externa para a execução e legitimação de políticas públicas internas, a PEI é considerada um dos projetos mais sofisticados de política externa.

Dividiu-se a opinião nacional, que até então dera pouca atenção aos assuntos internacionais. *Política exterior tornou-se assunto popular à época da PEI* [destaque nosso]. Temas de natureza internacional, em geral tratados em círculos restritos, tidos como algo distante, passaram a ser discutidos em veículos de larga divulgação, e ligados ao problema nacional do desenvolvimento.<sup>173</sup>

Assim sendo, a PEI se inseriu não só na linha do nacionalismo e do populismo crescente desde os anos 1930 – que alcançou sua maturidade na década de 1950-, mas também representou a fase superior de um processo iniciado em Vargas e ensaiado por Kubitschek na OPA, caracterizado por uma atuação externa contundente.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> MANZUR, Tânia. *Opinião pública e política externa nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000 (Tese de Doutorado).

<sup>173</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, op.cit., p. 312.

<sup>174</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1994, pp. 24 – 36.

### 2.3.1.3. De 1964 a 1974: os militares no poder

O ano de 1964 é considerado um marco na história política do país. Embora não tenha sido a primeira intervenção militar no governo, mas sim a quarta<sup>175</sup>, o impacto para o Brasil – político, econômico, social e cultural -, foi substantivo. Assim sendo, a tomada do poder pelos militares figura como o eixo de análise na conformação do quadro político e societário do Brasil no período em questão.

Em virtude do recorte temporal realizado para esta análise, percebe-se que o regime militar não é discutido em sua totalidade. Com efeito, é preciso cautela para tratar do período de forma homogênea, pois, apesar do ponto comum de os presidentes da República possuírem altas patentes militares, isso não implicou necessariamente o mesmo tipo de conduta, visto que a instituição militar é politicamente heterogênea.<sup>176</sup> Nesse sentido, é preciso interpretar o regime militar na perspectiva da diversidade das correntes que passaram pela presidência, combinada a um aspecto de caráter mais estrutural e sistemático<sup>177</sup>, relacionado à participação política dos militares por vias não-democráticas.

Após as instabilidades políticas do período democrático que se estendeu de 1946 a 1964, havia a percepção dos riscos que o país estava passando ao abrir mão de um Estado forte e centralizado como nos tempos de Vargas. O ambiente internacional, dividido pela ideologia capitalista dos Estados Unidos e o socialismo da União Soviética, reforçavam o clima de desconfianças que se instalou principalmente no início da década de 1960.

Nesse sentido, o golpe militar articulado para derrubar o governo de João Goulart representou, por um lado, a insatisfação de determinados setores da sociedade que historicamente participavam ativamente nos debates sobre as questões nacionais – no caso, os militares e as correntes conservadoras marginalizadas pela onda nacional-desenvolvimentista esquerdista que dominou o cenário doméstico na década de 1950. Por outro, a confirmação da importância que a dimensão internacional havia tomado para o Brasil e seu impacto na opinião pública – em decorrência de iniciativas como a

---

<sup>175</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, op.cit.

<sup>176</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961 - 1989). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, 1997, pp. 18-40.

<sup>177</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PEI, por exemplo - inclusive em questões relacionadas aos direcionamentos da política doméstica.

O desenvolvimento nacionalmente centrado de Vargas e, em menor medida, de JK, apoiava-se nas teses da Cepal e, internamente, nas reflexões do ISEB (...) e numa gama de partidos como o PTB, o PSD e o PCB (na ilegalidade). Os adversários conservadores desta estratégia, vinculados ao pensamento da ESG (Escola Superior de Guerra) e apoiados na UDN e na maior parte das forças armadas, propugnavam o liberalismo econômico e tentavam implantar uma ditadura militar “saneadora” para “defender a democracia” ameaçada pelo suposto “perigo comunista” contido na radicalização do populismo.<sup>178</sup>

Diante desse contexto, os estilos culturais e intelectuais estavam voltados ao problema da “ameaça comunista” que os desenvolvimentistas haviam disseminado no país, encaminhando a discussão para um tratamento passional do tema. Mais do que nunca a atividade intelectual era contaminada pelo embate ideológico, e a maior complexidade e pluralidade dos setores sociais interessados nos problemas nacionais se fazia presente no debate. A radicalização foi, pois, o marco característico do estilo de pensar e de publicar do período.

Instalado o regime autoritário, uma das providências tomadas pelo governo federal foi justamente calar essas vozes antagônicas ao projeto que então se instalara no país. Entre elas, políticos, partidos políticos, os sindicatos, o movimento estudantil, os acadêmicos, os artistas, os literatos, os jornalistas, a mídia. Todos, de forma simplista e homogênea, passavam a ser considerados sob suspeita, acusados por propaganda e por práticas comunistas. E, baseado nesse argumento, uma estrutura policial e investigativa foi instalada, iniciando o período de maior repressão já vivido pelo país.

O Ato Institucional número 5 (AI-5), decretado pelo presidente Costa e Silva em 1968 é considerado o principal símbolo da estratégia de contenção das manifestações intelectuais e culturais de oposição ao governo e do verdadeiro deterioramento das práticas democráticas no Brasil. O AI-5 “colocou o Congresso em recesso por tempo indeterminado, suspendeu os direitos políticos e civis constitucionais e deu ao presidente plenos poderes para intervir em estados e municípios, e legislar por decreto.”

179

---

<sup>178</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 83.

O regime militar também é reconhecido como o período em que mais se investiu em ciência e tecnologia, inclusive nos níveis de pesquisa no âmbito universitário. Ao lado de uma estrutura repressora que interveio nas universidades caminhava um projeto de Estado, que incluía entre seus objetivos o fortalecimento da capacidade nacional de desenvolvimento – entendido em seu sentido amplo, a saber, capacidade industrial e tecnológica –, sendo essa diretriz motivadora de iniciativas significativas na área educacional.

A Reforma Universitária de 1968 deve ser interpretada à luz dessas motivações do governo federal, quer seja, adaptar o sistema educacional às expectativas econômicas de inserção no capitalismo mundial da forma mais autônoma possível. Para esse fim, a inspiração partiu do sistema universitário norte-americano, com modificações como a substituição de cátedras por departamentos, a flexibilidade do ensino e a incorporação das atividades de pesquisa em conjunto às atividades de ensino.<sup>180</sup> Vizentini sintetizou os impactos dessa política no ensino superior, ponderando seus aspectos positivos e contraditórios:

o ensino universitário conheceu uma expansão notável. A maior parte das novas vagas de graduação foram oferecidas por faculdades isoladas privadas, e não universidades públicas de qualidade. Contudo, na linha elitizante e desenvolvimentista, o governo introduziu o ensino de pós-graduação de qualidade, especialmente junto às universidades públicas, enquanto enviava milhares de professores e estudantes para estudos de doutorado no exterior, como forma de qualificar quadros na área tecnológica e acadêmica. Este fenômeno positivo, contudo, só se tornará um fator estrategicamente significativo a partir do governo Geisel. É preciso ressaltar, entretanto, que a reforma do ensino implantou um modelo norte-americano de universidade, responsável pela atomização da vida estudantil e da atividade docente.<sup>181</sup>

Com relação às ideologias e as tradições de pensamento político, cabe ressaltar que a fundamentação ideológica dos militares não foi formulada exclusivamente para o regime militar. A formação da ideologia militar no Brasil está presente desde o século XIX, quando a Guerra do Paraguai colocou em evidência não só a importância da

---

<sup>180</sup> NASCIMENTO, Beatrice Laura Carnielli. *A Reforma Universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política para o ensino superior*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, 201p.

<sup>181</sup>VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2004, op.cit., p. 134.

instituição militar nos rumos do país, mas também a sua relevância do ponto de vista de sua participação política na esfera estatal.

O que ocorre entre 1964 e 1974 é o acirramento das posições conservadoras, marcadas pelo viés geopolítico característicos das ameaças identificadas pelos militares, sobretudo o comunismo. Dessa forma, ainda que haja diversidade de ênfases entre os presidentes militares que passaram pelo governo, a tônica direitista - no sentido de oposição a qualquer posicionamento ideológico ou político associado à esquerda ou ao nacional-desenvolvimentismo principalmente da década de 1950 -, é a marca do período.

A Escola Superior de Guerra (ESG) é o exemplo mais substantivo da anterioridade da iniciativa militar de desenvolver reflexões sobre as questões nacionais. Fundada em 1949, a ESG localizava-se no Rio de Janeiro, então capital do país, como uma escola de altos estudos, conjugando civis e militares. Seu objetivo era empreender esforços para a elaboração de propostas que fomentassem o desenvolvimento nacional, diante de um contexto internacional constrangido pelos efeitos da Guerra Fria. Havia o interesse em colaborar nas políticas públicas nacionais e, com o golpe militar de 1964, havia chegado o momento da ESG colocar-se à frente das discussões.

a ruptura institucional de 1964 reservou à ESG um importante papel, pois, a partir de suas formulações doutrinárias, foi possível a um grupo de militares e civis não somente elaborar um projeto político para o país, que articulasse de forma coerente segurança com desenvolvimento econômico, como também catapultar muitos dos seus quadros à estrutura estatal “pós-revolução”, o que ficou cristalizado na ascendência do general Castelo Branco à Presidência da República. Ele mesmo um esguiano.<sup>182</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada no âmbito da ESG, diz respeito, pois, a conjugação dos fatores de ordem interna – tais como a necessidade de fortalecer economicamente o Estado, percebendo este como o principal promotor do desenvolvimento nacional -, e de ordem externa – o viés geopolítico típico do pensamento militar, convencido da invasão comunista no país, da importância da manutenção de sua soberania, da percepção de uma vocação natural do Brasil ao status de potência, e da posição privilegiada nas relações com os Estados Unidos. Todavia, é

---

<sup>182</sup>SANTOS, Everton Rodrigues. Ideologia e Dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, jan./abr. 2007, p. 154.

preciso não perder de vista o caráter nacionalista da proposta, embora seja um nacionalismo autoritário e mais identificado com as posições dos conservadores.<sup>183</sup>

No que diz respeito ao modelo de Estado e das relações Estado e Sociedade, o regime militar reinstalou no Brasil o Estado autoritário capitalista, assim como nos quinze anos do primeiro governo de Vargas.<sup>184</sup> A sociedade era do tipo capitalista industrial, e as relações com o Estado eram marcadas, por um lado, pela diminuição dos direitos civis e políticos, e, por outro, pelos efeitos do surto de desenvolvimento econômico proveniente das iniciativas federais.

Embora não estivesse em vigor uma democracia participativa, o regime militar gozava da legitimidade de diversos setores da sociedade, principalmente aqueles que se beneficiavam mais diretamente dos empreendimentos do governo. Ademais, havia a percepção de que o Brasil chegara ao tão almejado patamar moderno, figurando como um país que finalmente conseguia fazer uso de suas potencialidades. A sociedade gradativamente se convenciu de que o Brasil estava a caminho de se transformar em uma potência mundial.

Essa prosperidade econômica e a legitimidade dos setores médios industriais e dos conservadores mascaravam a verdadeira falência do Estado Democrático de Direito no país. Se, por um lado, havia uma aura de otimismo em virtude dos progressos econômicos alcançados pelo Brasil, por outro o Estado mantinha a governabilidade por meio da violência, da tortura, da perseguição política e das práticas anti-democráticas. Nesse sentido, a relação do Estado com a Sociedade durante o regime militar, sobretudo entre 1964 e 1974, foi deteriorada, baseada em um tipo de dominação perversa do primeiro sobre a segunda.

Por fim, ao analisar a política externa projetada pelo regime militar, vê-se que permaneceu o eixo na idéia de desenvolvimento e, dessa forma, é um projeto vinculado de forma mais ampla a um processo iniciado em 1930.

De acordo com Vizontini, a política externa pode ser sistematizada a partir de três periodizações. A primeira compreende o período de 1964 a 1967, sob o comando de Castelo Branco; a segunda, de 1967 a 1974, compreendendo os governos de Costa e Silva, da Junta Militar e de Médici; e por fim, a terceira periodização, que se estende de

---

<sup>183</sup> GARCIA, Eugênio Vargas, op.cit.

<sup>184</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, op.cit.

1974 a 1985, sob liderança de Geisel e Figueiredo<sup>185</sup>. O autor identifica continuidades e mudanças a partir dessas três unidades, bem como as linhas gerais que caracterizam o projeto internacional do país sob o militarismo.<sup>186</sup>

O primeiro período, que compreende o momento pós-golpe e, portanto, a instauração do regime militar no governo, tem no comando o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Seu projeto doméstico estava intimamente relacionado com as novas diretrizes externas que o país deveria assumir após a “revolução redentora”, a saber, a “ordem e paz social (eliminação do ‘perigo comunista’), combate à corrupção e a retomada do crescimento através do estímulo ao capitalismo privado (...) preparando o terreno para um *modelo de desenvolvimento dependente e associado* [destaque do autor]”.<sup>187</sup>

A idéia desse associativismo estava vinculada a participação do capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos, e os setores sociais interessados e beneficiados por esta iniciativa, combinada a percepção da importância dessa estratégia como resposta a ameaça que se instalara à segurança nacional com a presença de comunistas. Assim sendo, “como diretrizes da política externa do governo Castelo Branco, pode-se identificar a dimensão hemisférica voltada aos EUA, uma abertura amplamente favorecida pelo capital estrangeiro e a ênfase nas relações bilaterais.”<sup>188</sup>

Essa política de alinhamento automático aos Estados Unidos iria reduzir significativamente os avanços alcançados pela PEI, notadamente a mundialização das relações internacionais do Brasil. Dessa perspectiva é que emergiu o conceito de *interdependência*, que significava naquele momento “constituir uma forte aliança interamericana para o combate às novas ameaças à soberania dos Estados (subversão).”

189

A etapa posterior – a segunda periodização – se diferencia da primeira em virtude das mudanças no perfil dos militares que assumiram a presidência após a saída de Castelo Branco. Entre 1967 e 1974, o país passa por um processo de revisão da parceria automática estabelecida com os Estados Unidos, percebendo que esta decisão estava limitando substancialmente o projeto de desenvolvimento econômico nacional.

---

<sup>185</sup> Em virtude da periodização proposta para a análise, o terceiro momento não será abordado nesta seção.

<sup>186</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2004, op.cit.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 33.

O grupo que ascendeu ao poder nesse período estava ligado à vertente nacional-autoritária. Havia a valorização dos pressupostos nacionalistas de fortalecimento do Estado por vias autônomas, buscando minimizar os laços de dependência com o setor externo. A opção era, então, a busca pela industrialização visando substituir as importações, projeto que deveria ser colocado em ritmo acelerado, passando para segundo plano os custos de tal empreitada, principalmente os sociais. O autoritarismo decorrente dessa abordagem dizia respeito à centralização nas forças estatais e em pequenos grupos apoiadores do governo na execução desse projeto, em uma perspectiva que Vizontini denominou de uma “espécie de despotismo esclarecido”.<sup>190</sup>

A *Diplomacia da Prosperidade*, lançada sob a presidência de Costa e Silva, colocava como preocupações centrais a inserção internacional do Brasil voltada ao desenvolvimento. Para isso, a ênfase nas questões de segurança e nas fronteiras ideológicas que aproximavam o Brasil dos Estados Unidos foram repensadas, redefinindo as prioridades do governo no âmbito externo. Dessa forma, a percepção era de que o desenvolvimento econômico deveria ser logrado em bases autônomas, pois este seria o caminho eficiente para promover a segurança do país sem a ajuda externa.

Para a realização de tal projeto, a relação especial com os Estados Unidos foi relativizada e ocorreu a revalorização dos fóruns multilaterais como espaços de negociações relevantes. Concomitantemente a esse processo, o país retornou à multilateralização de suas relações econômicas nos moldes preconizados à época da PEI, sobretudo com a África, a Europa Oriental e a América Latina.

A execução do projeto de Costa e Silva colocava um desafio a própria estrutura da diplomacia daquele período. Para sanar esse obstáculo, o chanceler Magalhães Pinto reorganizou o Itamaraty, uma instituição-chave para a concretização das expectativas brasileiras. Novas agências eram criadas em seu interior, como a comissão de organização do serviço exterior, de promoção comercial, de difusão cultural, métodos de trabalho, comunicação e documentação. Além disso, foi transferido o Itamaraty do Rio de Janeiro para a nova capital Brasília.<sup>191</sup>

Com a saída de Costa e Silva em virtude de problemas de saúde, uma Junta Militar assumiu o governo enquanto formatava-se a nova indicação para a presidência. Ao assumir Médici em 1969, permanecia o perfil nacional-autoritário característico do

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>191</sup> Ibidem.

período. O Estado se responsabilizava cada vez mais pelo desenvolvimento econômico do país, financiando projetos de infra-estrutura e tecnologia a partir da perspectiva de que estes seriam setores estratégicos para o Brasil almejar seu espaço no mundo com o mínimo possível de ajuda externa.

Os anos de Médici ficaram conhecidos como o *Milagre Econômico*, pois o país apresentava um crescimento na ordem de 10% ao ano, configurando entre as dez maiores economias do mundo. A percepção era de que o sonho de um Brasil-Potência nunca chegara tão perto de se realizar. Ao mesmo tempo em que esses índices reforçavam a legitimidade do governo autoritário e sua eficiência na gerência dos negócios públicos, as vozes contrárias ao regime anti-democrático sofriam o endurecimento dos mecanismos de perseguição política e repressão.

O projeto de política externa de Médici ficou conhecido como a *Diplomacia do Interesse Nacional*. Nessa iniciativa muitas das abordagens políticas na atuação externa brasileira foram abandonadas, dando lugar a um pragmatismo de conduta. O país mais uma vez se reaproxima dos Estados Unidos, dessa vez não de forma ingênua, mas sim pautado em interesses específicos e da avaliação objetiva dos benefícios que essa relação poderia trazer ao Brasil em termos de colaboração ao projeto desenvolvimentista.

Nesse sentido, o ensaio multilateral de Costa e Silva foi contrabalançado com a opção pelo relacionamento bilateral, e o abandono das posições terceiromundistas advogadas pelo governo anterior nos fóruns multilaterais. O Brasil se sentia preparado para integrar o grupo dos grandes países, e para isso deveria orientar sua inserção internacional nesses padrões. Como destacou Vizentini:

A estratégia não era mais a do anti-imperialismo, mas a da busca de uma melhor posição para o Brasil *dentro do imperialismo* [destaque do autor], passando-se do radicalismo ao gradualismo e oportunismo (ou “pragmatismo”), evitando-se os extremos da prepotência (de Costa e Silva) e da subserviência (de Castelo Branco).<sup>192</sup>

No entanto, a postura excessivamente repressiva do governo Médici começava a colocar em discussão os pressupostos do golpe de 1964, quer seja, se havia de fato a preocupação em devolver o poder após a reestruturação do Estado e da Sociedade.

---

<sup>192</sup> Ibidem, p. 139.

Dessa forma, parecia necessário que um militar mais brando substituísse a presidência de Médici, e começasse gradualmente o processo de flexibilização do regime. É nesses parâmetros que Ernesto Geisel assumiu em 1974, comprometendo-se com o que ficou conhecido como a fase de abertura lenta e gradual.

É nesse contexto de transição do perfil do regime militar e de grande visibilidade internacional do Brasil em virtude principalmente de seu desenvolvimento econômico que ocorreu a primeira experiência institucional de RI, na capital federal, no âmbito da UnB.

### **2.3.2. Ciências Sociais**

O modelo explicativo de Wæver reconhece a importância de analisar o trajeto das Ciências Sociais de um país para compreender a sua área de RI, pois nos casos nacionais estudados em sua pesquisa – Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha e França-, o autor identifica relação entre as duas áreas.

Essa relação, por sua vez, diz respeito tanto ao aspecto institucional, ou seja, a antecedência das experiências em Ciências Sociais em relação à implantação de uma área de RI, quanto à própria formação da disciplina e do desenvolvimento de seus debates, vinculados em grande medida às discussões da Ciência Política – uma das disciplinas que balizam as Ciências Sociais junto à Sociologia e à Antropologia.<sup>193</sup>

No caso brasileiro também é possível vislumbrar essa relação. A constituição e o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil dizem respeito não só aos antecedentes da experiência institucional de RI, mas também ao próprio desenvolvimento da pesquisa e da formação de quadros na área de Humanidades que atuaram e ainda atuam em RI no âmbito das instituições universitárias, sobretudo públicas.

Sérgio Miceli, em um estudo considerado central para a compreensão das Ciências Sociais no país, buscou problematizar as relações entre os cientistas sociais e a sociedade brasileira a partir de uma abordagem sociológica. Ao buscar identificar as variáveis intervenientes no processo de construção institucional e intelectual, Miceli

---

<sup>193</sup> O caso francês é uma exceção, pois de acordo com Wæver as RI naquele país estão mais próximas das discussões da Sociologia e da História, inexistindo a área de RI como tal. Ver: WÆVER, Ole, op.cit.

relacionou instituições, mentores e clientelas para conformar seu quadro analítico.<sup>194</sup>

Ao empreender um esforço de análise sobre o lugar deste novo “especialista” no conjunto mais amplo da camada intelectual que se desenhava naquela época, Miceli argumenta que “a história das Ciências Sociais constitui um aspecto do quadro de transformações por que passa o processo de diferenciação do sistema político em suas vertentes pública e privada.”<sup>195</sup>

Isso significa que a área de Ciências Sociais, à luz de sua trajetória institucional, esteve vinculada as demandas e aos interesses de grupos que atuavam particularmente no setor de ensino e da produção cultural e que, em decorrência disso, tinham algum tipo de influência política. Dessa forma, a preocupação e a ênfase nas camadas populares não estão nas origens da área, sendo essa uma característica desenvolvida posteriormente. Em outras palavras, prevalecia um perfil até certo ponto elitista nas Ciências Sociais.<sup>196</sup>

Nesse sentido, pode-se afirmar que as iniciativas voltadas ao desenvolvimento das Ciências Sociais estão relacionadas a um movimento mais amplo dos setores intelectuais das cidades brasileiras mais dinâmicas do ponto de vista econômico e cultural entre as décadas de 1930 e 1960, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, mas também Belo Horizonte e Recife.

A história das Ciências Sociais no Brasil tem seu início institucional universitário localizado na experiência pioneira da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 por um grupo de intelectuais ligado ao jornal *O Estado de São Paulo*, simbolizado na figura de Júlio de Mesquita. O seu desenvolvimento, todavia, não está associado somente ao ambiente universitário.

Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estritamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro, à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior.<sup>197</sup>

---

<sup>194</sup>MICELI, Sérgio. “Por uma Sociologia das Ciências Sociais”. In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989a, pp. 5-19.

<sup>195</sup>MICELI, Sérgio “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais” In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989b, p. 73.

<sup>196</sup>Ibidem.

<sup>197</sup>MICELI, Sérgio, 1989a, op.cit.

Esses centros de debates e de investigação estavam organizados em torno de figuras intelectuais que gozavam de amplo reconhecimento nos meios sociais e culturais, e tinham como objetivo debater a questão do Brasil e os problemas nacionais, em um sentido mais amplo de contribuição para a formação da nacionalidade.

O instrumento de divulgação dessas atividades eram prioritariamente jornais e revistas especializadas, que eram criadas com o propósito de abarcar algum problema ou abordagem particular em suas edições. Além desses meios havia a publicação de livros, que se popularizavam em virtude do crescimento da indústria cultural e editorial no país, sobretudo a partir da década de 1930.

É importante ressaltar que o estado de São Paulo, e especialmente a cidade de São Paulo, colocaram-se à frente nesse processo. As interpretações para esse fenômeno apontam fatores econômicos e políticos como variáveis. Para Miceli, São Paulo percebia que sua importância em termos de participação política estava gradativamente se esvaindo. Os acontecimentos relacionados à Revolução de 1930 e 1932 apontavam nessa direção, e despertavam grande preocupação nas elites paulistas.

Por outro lado, São Paulo despontava como um estado central no processo de industrialização do país, concentrando parte significativa do parque industrial e, por essa razão, possuindo uma parcela importante da sociedade distribuída entre setores médios urbanos e a burguesia industrial.

Diante desse cenário, a idéia de construir instituições universitárias estava relacionada ao objetivo de aproximar o sucesso econômico de São Paulo a uma correspondente robustez em termos de participação política. Para as elites paulistas essa percepção se concretizou em projetos que visavam educar e profissionalizar a população para fortalecer o capital humano do estado e, por consequência, sua projeção no cenário nacional.

Os elementos centrais da argumentação envolvendo a gênese e a expansão das Ciências Sociais em São Paulo prendem-se quase todos aos efeitos da progressiva transformação do estado no centro interno mais dinâmico dos processos de industrialização e urbanização. (...) Esse conjunto de transformações afetando o perfil da estrutura social está na raiz de uma gama extensa e complexa de iniciativas institucionais nas áreas de ensino e produção cultural que, por sua vez, vão contribuir decisivamente, a médio prazo, para a cristalização de um amplo setor terciário intelectual, nucleado em torno da organização universitária e tendo como principal frente de

Dessa forma, cabe diferenciar as experiências de São Paulo e Rio de Janeiro, até porque este último também configurava como centro relevante, principalmente por ter sido a capital do país até a década de 1960.

O perfil das Ciências Sociais em São Paulo e Rio de Janeiro apresentam diferenças significativas. No caso paulista, o enfoque recai nas questões de fundamentos e métodos, ou seja, voltado para o problema da adequação aos parâmetros científicos e ênfase na qualidade acadêmica. O caso carioca, por sua vez, tem como característica marcante a primazia do conteúdo e dos temas, e sua relação com o debate e as implicações políticas; ou seja, priorizando a aplicabilidade. Essas particularidades das experiências paulista e carioca, sobretudo entre 1930 e 1964, tinham fundamentos enraizados na sociedade, como aponta Miceli:

as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo deviam tanto do relacionamento distinto que os cientistas sociais mantinham com os poderes públicos não acadêmicos como de uma estruturação bastante diversa do espaço da classe dirigente e das formas de sociabilidade política e cultural com impacto imediato sobre o sistema de produção cultural.<sup>199</sup>

É necessário também mencionar o papel da institucionalização das Ciências Sociais sob a perspectiva do governo federal. Isso porque foi a partir da década de 1930 que um projeto educacional promovido pelo Estado foi implementado, abrangendo todos os níveis de educação. Havia a percepção de que era fundamental ampliar o acesso à educação e que esse processo deveria acontecer sob o controle do governo central.<sup>200</sup>

Havia a necessidade de formar professores para atuar nos ensinos básico e secundário, sendo que essa formação só poderia ocorrer por intermédio do acesso ao ensino de nível superior. Assim, o curso de Ciências Sociais surge como alternativa, já que possibilitava a formação de quadros e a profissionalização de professores, construindo, assim, uma conexão e uma relação de interdependência entre os três níveis educacionais que o governo federal e o Ministério da Educação então criado não

---

<sup>198</sup> MICELI, Sérgio, 1989a, op.cit., pp. 13-14.

<sup>199</sup> Idem, 1989b, op.cit., pp. 85-86.

<sup>200</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P.C., op.cit.

podiam ignorar.<sup>201</sup>

No que diz respeito aos aspectos internos às Ciências Sociais – os padrões disciplinares -, é pertinente investigar a experiência institucional da USP como modelo de análise. Isso porque a sua construção em termos disciplinares está fortemente relacionada ao que Fernanda Massi chama de “missão francesa no Brasil”, que na oportunidade da abertura da USP alcança maior grau de complexidade.<sup>202</sup>

Para Massi a presença francesa nos círculos educacionais e culturais do Brasil não é novidade, pois desde a chegada da família portuguesa ao Brasil em 1808 intensificara-se a chegada de europeus, sobretudo franceses, em território brasileiro, movidos pelo interesse intelectual, científico e artístico pelo país.

Assim, quando foi lançada a idéia de uma universidade em São Paulo, parecia razoável para os mentores intelectuais do projeto solicitar junto aos franceses não só professores, mas também toda a referência de seu sistema universitário e, por consequência, seu sistema cultural, que era percebido pelos brasileiros como um exemplo do que havia de mais moderno naquela época. E, na perspectiva dos franceses, essa idéia também ia ao encontro de seus interesses, que utilizavam sua tradição cultural como meio de promover seus objetivos políticos e aumentar sua influência. Massi afirma que “a criação da Universidade com missões francesas atende a um duplo interesse: por um lado, o interesse francês na ‘conquista’ da América (e do Brasil); por outro, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, modernizar-se, de formar quadros.”<sup>203</sup>

Ao conformar-se um corpo docente de origem predominantemente francesa, a tradição intelectual daquele país impôs-se como abordagem disciplinar, a saber, a Sociologia nos moldes de Émile Durkheim e a História da *École des Annales*; e, posteriormente, a Antropologia que derivou dessas tradições de pesquisa.

O padrão disciplinar originário das Ciências Sociais brasileiras está vinculado, pois, às perspectivas francesas e seu modo de produção de conhecimento na área de Humanidades. A semelhança ao modelo francês era tamanha que, segundo Massi, não só eram franceses os professores, mas também as aulas e os livros utilizados em sala,

---

<sup>201</sup> MICELI, Sérgio, 1989b, op.cit.

<sup>202</sup> MASSI, Fernanda. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras” In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, pp. 410-460.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 416.

ambos em língua francesa.<sup>204</sup>

Esse quadro começou a se alterar por volta de década de 1950, quando então os norte-americanos começam a participar do sistema universitário brasileiro na área de Ciências Sociais. A tradição dessa disciplina naquele país tinha como sustentação não só sua maior difusão na sociedade – que a considerava como um tipo de conhecimento capaz de pensar problemas e alternativas aos desafios políticos, econômicos e sociais do país, ou seja, havia a percepção de sua utilidade -, mas também ao seu sistema de institucionalização e estruturação no ambiente universitário, marcado pela organização em departamentos – ou seja, pela especialização -, e pela profissionalização das pesquisas.

A chegada dos norte-americanos ao Brasil era impulsionada por interesses de caráter mais científico, ou seja, de eleger o país em termos de “objeto de pesquisa”. Essa abordagem se diferenciava substancialmente dos propósitos franceses, que viam nas universidades brasileiras um objetivo mais amplo e de caráter quase civilizacional - uma espécie de missão nacional e um projeto de modernização do país sob responsabilidade dos intelectuais franceses a convite dos brasileiros. Massi sintetiza essa diferença com a seguinte afirmação: “O Brasil *elege* os franceses como mestres. Os norte-americanos *escolhem* o Brasil como ‘objeto’. [destaque nosso]”

O padrão disciplinar norte-americano foi sentido principalmente na área de Ciência Política, mas também na Antropologia e na Sociologia. As abordagens pragmáticas e funcionalistas passam a influenciar as Ciências Sociais brasileiras; a pesquisa é inserida na universidade como um de seus fundamentos; a organização acadêmica da área começa a adotar o sistema de departamentos típicos das universidades norte-americanas; e muitos discentes elegem os Estados Unidos como destino preferencial para realizar suas pós-graduações e obterem seus títulos de mestres e doutores.

Em síntese, a partir da década de 1950 as Ciências Sociais brasileiras adquirem um perfil misto, em que se mesclam influências francesas e norte-americanas para a conformação da identidade brasileira na área.

De acordo com Myamoto, a partir de 1973 o curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) passou a oferecer uma disciplina chamada “Relações Internacionais”, sob a coordenação do professor Oliveiros Ferreira. Logo após esta

---

<sup>204</sup> Ibidem.

iniciativa, mais uma disciplina voltada à temática internacional foi incorporada, abordando particularmente as questões hemisféricas e a política dos Estados Unidos. Estas disciplinas seguiram na oferta até 1982, sendo então interrompidas e reincorporadas apenas nos anos noventa.

Entre 1973 e 1987 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) ofereceu a disciplina “Política Internacional” na graduação em Ciências Sociais, sob a responsabilidade de diversos professores que já atuavam na área, tais como Vicente Motta Rangel, Guido Soares e Tullo Vigevani. Nos anos oitenta, a Universidade Federal do Pará introduziu a mesma disciplina no seu currículo de Ciências Sociais.<sup>205</sup>

Dessa forma, percebe-se que esta área foi importante no trajeto percorrido pelas RI nacionais, já que abrigou iniciativas pioneiras de inserção de debates e de temáticas internacionais em seus currículos possibilitando, nesse sentido, a formação de uma massa crítica sobre relações internacionais circunscrita ao ambiente acadêmico.

#### **2.4. Considerações do segundo capítulo**

O objetivo deste capítulo foi construir um quadro histórico-analítico para o estudo dos fatores que antecederam e, portanto, influenciaram a institucionalização das RI em parâmetros acadêmicos, tendo como anteparo temporal o ano de 1930 até a criação da graduação específica na área em 1974.

Ao utilizar como base metodológica as propostas de Ole Wæver acerca das comunidades nacionais de RI e a leitura crítica de Amado Cervo sobre o papel político das teorias e do conhecimento produzido na área, conformou-se um método de análise denominado *modelo interpretativo*, fundamentado na história em suas diferentes dimensões, a saber, econômica, política, social e cultural.

Essa discussão sistematizada permitiu a este estudo uma compreensão mais ampla do fenômeno de constituição da área de RI no Brasil. Isso porque as dinâmicas que impulsionaram a criação de um curso estão intimamente relacionadas com a história do próprio país onde ela ocorre e as demandas da sociedade. Assim, a identificação desses antecedentes parece central para consecução dos objetivos desta dissertação.

---

<sup>205</sup> MYAMOTO, Shiguenoli, O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.12, jun., pp.83-98, 1999.

## CAPÍTULO III

### CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL (1974-2008)

#### 3.1. A iniciativa pioneira da Universidade de Brasília

O primeiro curso de RI foi criado na UnB em 1974. Para compreender como essa iniciativa foi possível, é preciso analisá-la a partir de duas perspectivas que se complementam. Por um lado, a ambiência da UnB e da cidade de Brasília, novo centro político do país; e, por outro, a forte presença do desenvolvimentismo sob o regime militar, que influenciou todos os setores da sociedade, inclusive as universidades.

Com relação ao primeiro aspecto, cabe ressaltar que a inauguração da UnB em 1961 era percebida pela sociedade brasileira com a mesma aura de otimismo que o projeto de construção de uma nova capital havia despertado. Nesse sentido, a idéia de construir uma universidade em Brasília teve como objetivo fomentar não só um ensino de alto nível na cidade que abrigaria os quadros envolvidos com o funcionalismo público e as elites políticas, mas também pelo fato desta representar, do ponto de vista simbólico, um modelo para o futuro do país. Portanto, a educação deveria ocupar espaço privilegiado nesse imaginário.

Schwartzman, utilizando como subsídio a entrevista realizada com Darcy Ribeiro, idealizador da UnB, assim sintetizou o papel da universidade no contexto da nova capital:

A essa nova universidade estavam reservados papéis diferentes. Em primeiro lugar, ela teria de fornecer substância cultural a Brasília, cidade construída no meio do nada; depois, deveria tornar-se uma “agência superconsultora do governo, nada subserviente, sem se limitar a constituir um grupo de servidores do governo. (...)”. Em terceiro lugar, cabia-lhe fornecer a Brasília o seu espírito de criatividade.<sup>206</sup>

Foi nesse furor de transformar a capital em um modelo para o país que o governo federal investiu significativamente não só na estrutura da universidade, mas

---

<sup>206</sup> SCHWARTZMAN, Simon, op.cit., p. 269.

também em seu corpo docente, aproveitando o interesse de vários jovens cientistas nacionais de iniciar suas carreiras em um ambiente como o oferecido pela UnB, além da contratação de professores de outros países.<sup>207</sup> A UnB surgia no cenário acadêmico-científico brasileiro como um espaço privilegiado para a implantação de pesquisas arrojadas que necessitavam de financiamento do governo federal e seus órgãos de educação para serem realizadas.

Entretanto, com o golpe militar de 1964, todas as esperanças em relação ao potencial e ao futuro da UnB ficaram abaladas. Ao mesmo tempo em que a instituição havia se beneficiado dos investimentos no projeto inicial em virtude de sua localização no centro político do país, esse fato foi apropriado pelos militares, que, após o golpe, tomaram a direção da universidade e tolheram uma das características que eram consideradas basilares de sua inovação, a saber, a autonomia em relação ao Estado.

O ideário desenvolvimentista que sustentava os projetos políticos e econômicos dos militares causou impacto no sistema universitário brasileiro. Isso porque um de seus fundamentos consistia justamente no fortalecimento do Estado e de suas capacidades como fatores centrais para a consecução dos objetivos relacionados ao crescimento econômico, no qual as questões relativas à ciência e à tecnologia ganhavam novo relevo. Assim, a universidade desempenhava papel estratégico, pois representava naquele momento o espaço privilegiado de pesquisas e, por esse motivo, com potencial para gerar inovações tecnológicas, sobretudo àquelas aplicáveis no setor industrial.

Em outras palavras, aqueles setores ligados à universidade que eram percebidos pelo regime militar como estratégicos ou relevantes para o modelo de desenvolvimento nacional e crescimento econômico pretendido para o país era não só justificado, mas também dignos de investimento e acompanhamento direto do governo federal.

Diante desse cenário mais amplo em que estavam presentes elementos como a criação da UnB, a cidade de Brasília, os militares no poder e o ideário desenvolvimentista é que o curso de RI surge como proposta de graduação inédita no Brasil e, nos moldes em que foi concebida, inédita também no mundo.

Em 10 de outubro de 1973 foi iniciado o trabalho da Comissão de Implementação, formada pelos professores Marco Antonio Rodrigues Dias – presidente da Comissão -, Edmar Lisboa Bacha, Roque de Barros Laraia, Hugo Gueiros Bernardes, Anna Maria Villela e Lauro Alvares da Silva Campos. Esse último foi designado para

---

<sup>207</sup> Ibidem.

realizar estudos exploratórios sobre a viabilidade do curso para posterior produção de um documento em que constassem aspectos como: definição tentativa da profissão de especialista em RI e sua distinção a outras atividades; a indicação de linhas mestras para basear o conteúdo do curso; e, por fim, o levantamento preliminar das oportunidades do mercado de trabalho.<sup>208</sup>

Havia também o interesse da Comissão de compreender o relacionamento desse novo curso com o Itamaraty, visando marcar a distinção do primeiro em relação aos cursos de formação oferecidos pelo Instituto Rio Branco, alertando que a graduação de RI não deveria confundir-se com a formação de diplomatas.

Em um documento de dez páginas, datado de 16 de outubro de 1973 e assinado pelo professor Lauro Alves da Silva Campos, os seguintes itens são abordados: 1) caracterização do graduado em RI; 2) natureza do curso; 3) conteúdo do curso; 4) estímulo para redução do período de formação; 5) oportunidades de emprego no setor governo; e, por fim, 6) avaliação de oportunidades de emprego.

No que diz respeito às características do graduado em RI, o documento aponta que essa formação deveria ser considerada específica, não a confundindo com a dos advogados, dos economistas ou dos administradores. Outra questão interessante mencionada nesse item afirma que a demanda por especialistas na área estaria relacionada ao “aumento de intensidade, quantidade e qualidade das relações econômicas do Brasil com o resto do mundo.”<sup>209</sup>

No segundo item, que trata da natureza do curso, o documento é claro em afirmar que “a principal preocupação do curso deverá ser a de equipar o profissional com um instrumental específico, adequado à satisfação das necessidades emergentes do atual estágio de implementação do modelo de crescimento do país.”<sup>210</sup> Dessa forma, percebe-se a disposição da Comissão de Implementação de relacionar a formação em RI ao conjunto mais amplo das dinâmicas nacionais, notadamente àquelas de caráter econômico. Isso significava, naquele período, afirmar que essa formação deveria estar vinculada de algum modo às demandas da sociedade brasileira que, por sua vez,

---

<sup>208</sup> As informações que ora seguem constam no arquivo organizado pela Secretaria do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, em que estão compilados todos os documentos referentes tanto à criação quanto ao reconhecimento do curso de RI. Ver: CAMPOS, Lauro Alves da Silva. *Estudo de Viabilidade de Criação do Curso de Relações Internacionais*. Brasília, 16 out. 1973 (mimeo).

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>210</sup> *Ibidem*.

estavam intimamente ligadas à questão do desenvolvimento como eixo do projeto nacional.

Nesse mesmo item ainda são reforçadas as preocupações com a especificidade, que segundo o documento deveria “contar com a garantia (prévia) do reconhecimento de sua profissão devido à natureza competitiva de suas funções com as dos advogados, economistas e administradores”.<sup>211</sup>

No item 3, em que são abordadas as questões relativas ao conteúdo do curso, é mencionado que este deveria ser composto por disciplinas oferecidas pelos departamentos de Direito, Economia e Administração da UnB. No entanto, uma reorientação tanto do conteúdo programático - visando “capacitar os alunos de RI para o exercício da nova profissão”<sup>212</sup> -, quanto do próprio corpo docente – “que deverá ser preparado para o desempenho das atividades de magistério que a nova profissão reclamará”<sup>213</sup> - seria necessária.

O item 4, por sua vez, versa sobre o estímulo para a redução do período de formação. Diz respeito aos advogados e aos economistas que, ao ingressarem no curso de RI, poderiam ter tratamento diferenciado caso a UnB julgasse conveniente, visando acelerar o tempo de formação das primeiras turmas.

No item seguinte, as oportunidades de emprego no setor governo – e também no setor privado, como é possível constatar na leitura do documento -, são exploradas. No parágrafo introdutório é mencionado que a demanda por especialistas em RI nas agências governamentais seria potencial, podendo se processar na medida em que novos cargos fossem criados e ocorresse uma reestruturação na administração pública.

A sondagem preliminar sobre os locais de empregabilidade potenciais são distinguidos em dois grupos: o grupo A, referente àqueles cargos em que seria necessário agregar novas funções; e o grupo B, representando aquelas oportunidades já existentes e com potencial de ampliação.

Nas áreas da administração pública relativas ao grupo A, destacavam-se potenciais de empregabilidade no Gabinete Civil da Presidência da República, na Secretaria Nacional de Informações, no Departamento de Administração e Serviço Público, na Consultoria Geral da República, no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), no Ministério da Agricultura, no Ministério das Comunicações, no Ministério da

---

<sup>211</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 4.

Educação, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Ministério da Fazenda, no Ministério de Minas e Energia, no Ministério do Planejamento e no Ministério dos Transportes. Além dessas áreas, também são mencionadas agências como a Petrobras, a BRASPETRO, o Banco do Brasil e o Banco Central. Nesses locais a visão é de que, além das assessorias em RI, poderiam ser criadas novas oportunidades em que a especialidade na área fosse requerida ou representasse um diferencial em relação às demais formações.

O grupo B, por sua vez, é composto por parte dos órgãos acima mencionados, como o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Planejamento e o Ministério dos Transportes. Separadamente são também mencionados cargos no poder Judiciário e no poder Legislativo, em sua maioria em caráter de assessoria, porém sem distinção precisa em termos de pertencimento ao grupo A ou ao B.

Com relação ao setor privado, o documento menciona alguns dados que visam justificar a viabilidade do curso de RI em relação ao seu potencial de empregabilidade. No entanto, é preciso destacar que as fontes utilizadas para a obtenção de tais informações não são apontadas.

Das 100 maiores empresas do país, 94 tem menos de 1000 empregados; 96 delas apresentam oportunidade de emprego para RI. Das 1.254 maiores, cerca de 35% mostram-se potencialmente capazes de absorver graduados em RI. Uma avaliação preliminar indica, pelo menos, 1.700 empregos nos setores privados, exceto oferecidos pelos estabelecimentos bancários com agências no exterior.<sup>214</sup>

Por fim, o item 6 sintetiza as oportunidades de emprego para o graduado em RI, como mostra o quadro abaixo.

#### **Quadro VI. Avaliação de Oportunidades de Emprego em Relações Internacionais**

Setor Público	850 vagas
Setor Privado	1.700 vagas
Administração Indireta	120 vagas
<b>Total</b>	<b>2.670 vagas</b>

**Fonte:** CAMPOS, Lauro Álvares da Silva. *Estudo de Viabilidade de Criação do Curso de Relações Internacionais*. Brasília, 16 out. 1973, p. 10. (mimeo)

---

<sup>214</sup> Ibidem, p. 9.

Após a apreciação deste estudo, a Comissão de Implementação encaminhou a votação dentro dos trâmites legais da UnB para a aprovação. Em relatório de 21 de dezembro de 1973, foi aprovada a criação do curso de RI, tendo recebido apenas um voto contrário, o do professor Hugo Gueiros Bernardes, que o justificou afirmando ser favorável à criação de uma pós-graduação na área, e não de uma graduação. Cabe ressaltar que o presidente da Comissão, professor Marco Antonio Rodrigues Dias, também compartilhava a visão de que a área favorecia a criação de uma pós-graduação; entretanto, acreditava existir condições para a implantação do curso em nível de graduação. Assim consta no documento a justificativa do voto favorável da Comissão:

De sua análise [estudo de viabilidade do curso] depreende-se que o especialista em Relações Internacionais não se confunde com o economista, nem com o advogado e menos ainda com o diplomata. Suas funções serão diferentes e o mercado de trabalho será diverso ainda que, eventualmente, sejam numerosos os pontos de contato entre essas áreas. Nesse sentido, a posição da Comissão se identificou com a do Embaixador Eulálio Nascimento Silva, para quem “o Desenvolvimento implica certas coisas e o Brasil terá de recorrer a especialistas, que não precisam ser necessariamente diplomatas, para resolver certas questões. Cada vez mais a política externa depende dos ministérios em conjunto e não de um único órgão e cada vez mais a política externa exige uma conjunção de atividades.” (Jornal do Brasil, 19/11/73).<sup>215</sup>

Após a aprovação, a Comissão determinou que o curso teria início em 30 de agosto de 1974, recomendando a oferta de 30 vagas. Haveria também a nomeação de uma comissão subordinada diretamente ao Instituto de Humanidades (IH) da UnB para coordenar os trabalhos referentes ao início das atividades, como por exemplo, a contratação de professores especialistas em RI. No mais, a Comissão de Implementação orientou o reconhecimento dos créditos dos diplomatas oriundos do Instituto Rio Branco, visando atender aqueles funcionários que eventualmente tivessem interesse em ampliar sua formação.

O Reitor da UnB daquele período, José Carlos de Almeida Azevedo, encaminhou a criação do curso de RI ao MEC e ao Conselho Federal de Educação (CFE). Segundo a entrevista realizada com um dos protagonistas da criação do curso de RI da UnB, professor José Carlos Brandi Aleixo, “o reitor Azevedo, que era militar,

---

<sup>215</sup> UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Relatório da Comissão de Implantação do curso de Relações Internacionais*. Brasília, 21 de dezembro de 1973, p. 2. (mimeo)

tinha doutorado na MIT [Massachusetts Institute of Technology], portanto, tinha uma sensibilidade maior ao mundo das RI. Ele foi receptivo à idéia.”<sup>216</sup>

No documento encaminhado estavam expressas as condições pelas quais haveria a viabilidade de criação de tal iniciativa pioneira, constando as disciplinas básicas e profissionais a serem oferecidas, além da intenção de progressivo enriquecimento curricular. Os pareceres do MEC e do CFE foram favoráveis, e o curso de RI foi autorizado pelo Ofício nº 2070/74/MEC/SG/GAB.<sup>217</sup>

As aulas do curso foram iniciadas no segundo semestre de 1974, oferecendo naquela oportunidade 15 vagas. O número de inscritos somou 76, ou seja, cerca de cinco candidatos por vaga.

Em 1976, foi realizada a primeira reestruturação no curso. O Projeto de Reestruturação Curricular do Curso de Relações Internacionais, datado de 16 de junho de 1976, foi elaborado por uma comissão integrada pelos seguintes professores: José Carlos Brandi Aleixo, ligado à área de Ciências Sociais; Elca Rosemberg, da área de Economia; Gilda M. Russomano e Anna Maria Villela, do Direito; Christine V. L. Guimarães e Gilberto Tristão, da área de Administração; e Carlos Roberto Mota Pelegrino, coordenador do projeto.

A partir do estudo de universidades norte-americanas e européias, o objetivo era adequar a especificidade do curso no conjunto mais amplo nas disciplinas basilares das Ciências Sociais e Humanas, tais como Sociologia, Economia, Política, Direito, Administração, História, Geografia e Letras. Também foi colocada a importância do exame de língua estrangeira no início do curso, em virtude das exigências da formação em RI.

Em 21 de junho de 1976 era criado o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, cujo primeiro chefe foi justamente um dos professores mais próximos da área de RI naquele contexto, José Carlos Brandi Aleixo.

Três anos após o início de suas atividades, o curso de RI da UnB empreendeu esforços no sentido de obter seu reconhecimento. A comissão de avaliação foi composta pelos professores Augusto Estellita Lins, do Instituto Rio Branco; José Hamilton Condim Silva, da Universidade Federal do Ceará (UFCE); e pela professora Osiris

---

<sup>216</sup> A entrevista com o professor José Carlos Brandi Aleixo foi realizada no dia 15 de abril de 2009, e encontra-se no anexo desta dissertação.

<sup>217</sup> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. *Ata de Criação do Curso. Ofício nº 2070/74/MEC/SG/GAB.* Brasília, 31 de maio de 1974. (mimeo)

Rocha, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entre os objetivos que envolviam tal iniciativa, o primeiro dizia respeito à própria legitimação da iniciativa pioneira que havia sido articulada nesta universidade.

Outra questão, de ordem externa, que também motivou o reconhecimento do curso e que foi objeto de atenção da comissão de avaliação diz respeito ao relacionamento da graduação de RI com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Instituto Rio Branco. De acordo com a entrevista realizada com o professor José Carlos Brandi Aleixo, a idéia de abrigar dentro da UnB as atividades de formação de diplomatas não encontrou acolhida no MRE. Todavia, havia o interesse dessa instituição em ver o curso de RI da UnB reconhecido porque, naquele período, o processo de ingresso na carreira diplomática exigia que o candidato, ao prestar o concurso público, tivesse cursado no mínimo dois anos de qualquer curso superior que fosse reconhecido pelo MEC. Essa questão da obrigatoriedade do reconhecimento foi destacada na carta enviada ao professor José Carlos Brandi Aleixo pelo diplomata Sérgio F. Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio Branco, em 15 de outubro de 1976.<sup>218</sup>

Dessa forma, ao reconhecer como positiva a criação de um curso de RI na UnB, o MRE via este fato como uma oportunidade de ter em seus quadros candidatos com uma formação mais próxima do que seria o curso de formação de diplomatas oferecido pelo Instituto Rio Branco, ainda mais com a transferência deste do Rio de Janeiro para Brasília em 1976.<sup>219</sup>

Nesse sentido, percebe-se que o relacionamento entre a UnB e o MRE foi marcado pela reciprocidade de interesses que envolviam as atividades de ambos. Por um lado, o curso de RI se beneficiou do *locus* privilegiado de Brasília e dos órgãos que aqui se instalaram, em termos de contato com embaixadas, diplomatas e até mesmo com os fatos políticos. O MRE, por sua vez, incentivava o intercâmbio de professores da UnB, e via nesta iniciativa uma oportunidade de aperfeiçoar seus quadros, por meio de palestras, cursos de extensão, especializações, entre outros.

Como exemplo dessa relação próxima entre as duas instituições, pode-se mencionar dois fatos. O primeiro, cuja informação consta no documento de reconhecimento do curso de RI de 1977, diz respeito ao acordo realizado entre a UnB e o Instituto Rio Branco, no qual este último realizaria uma doação anual no valor de

---

<sup>218</sup> BATH, Sérgio F. Guarischi. [Carta] Brasília, 15 out. 1976. (mimeo)

<sup>219</sup> Entrevista com professor José Carlos Brandi Aleixo.

Cr\$50.000,00 para a "atualização da bibliografia especializada de interesse do curso."

<sup>220</sup> Ainda a esse respeito, a comissão de avaliação do curso para o reconhecimento menciona em seu parecer que: “é de destacar que as informações encontradas no Processo permitem identificar *o interesse direto que pelo curso vêm manifestando o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara Federal, bem como, sobretudo em relação ao primeiro, a colaboração que lhe vem prestando, em termos de recursos materiais e humanos.* [grifo nosso]” <sup>221</sup>

O segundo evento, por sua vez, está relacionado à cooperação entre professores da UnB e do Instituto Rio Branco. Segundo o professor José Carlos Brandi Aleixo, “ocorreu também um entendimento com MRE, especificamente com o Rio Branco, de cooperação, com diplomatas como professores do curso da UnB, e professores da UnB lecionando no Rio Branco. Isso ocorreu quando o Rio Branco foi transferido para Brasília em janeiro de 1976.” <sup>222</sup> De fato, como é possível observar no documento de reconhecimento do curso sistematizada no quadro VII, na lista dos professores regulares do curso de RI da UnB havia um número significativo de diplomatas ministrando disciplinas.

#### **Quadro VII. Corpo Docente do curso de Relações Internacionais da UnB em 1977**

<b>Docente</b>	<b>Atividade</b>
Adriano Benayon do Amaral	<i>Diplomata</i>
Anna Maria Villela	Acadêmica
Antonio Dantas Sobrinho	Acadêmico
Carlos Henrique Cardim	<i>Diplomata</i>
Celso Luís Nunes Amorim	<i>Diplomata</i>
Charles Curt Mueller	Acadêmico
Christine Viveka Guimarães	Funcionária pública (téc. de planejamento)
José Carlos Brandi Aleixo	Acadêmico
Márcio Florêncio Nunes Cambraia	<i>Diplomata</i>
Manuela Manzi Alvarenga	Acadêmica
Sérgio Fernando Guarischi Bath	<i>Diplomata</i>
Walter Ramos da Costa Porto	Funcionário público (sub-chefe Ministério da Justiça)

**Fonte:** Tabela construída pela autora a partir de MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais*. Brasília, 03 de agosto de 1977 (mimeo)

<sup>220</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais*. Brasília, 03 de agosto de 1977, p. 3 (mimeo)

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>222</sup> Entrevista com professor José Carlos Brandi Aleixo.

O documento favorável ao reconhecimento do curso foi emitido pela relatora Maria Antonia Mac Dowell, no Parecer 2.109/77. De acordo com a relatora, "sua utilidade (...) foi previamente verificada através de um levantamento do mercado de trabalho, realizado na Capital Federal" <sup>223</sup>, acrescentando que "o currículo cobre perfeitamente a formação do profissional que se pretende criar." <sup>224</sup>

Outras questões abordadas pelo parecer ressaltavam a inexistência de evasão, as matrículas de cortesia – legalizadas pelo decreto do presidente Emilio Médici, nº 71.836, de 13.02.1973 -, além de diplomados que eram funcionários da Câmara Federal que, pelo Convênio nº 0267, de 15.01.75, permitia que 4 funcionários da Câmara com diploma de curso superior obtidos a menos de dez anos pudessem ingressar no curso; e, por fim, a transferência de outras universidades. <sup>225</sup>

Em 10 de Outubro de 1977, pelo decreto nº 80.532, o curso de RI da UnB obteve o reconhecimento e a publicação do diário oficial por Ernesto Geisel.

Transcorridos três anos do reconhecimento do curso de RI da UnB, o deputado João Carlos de Carli propôs na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visava regulamentar o exercício da profissão de bacharel em RI. O projeto de lei n. 3.001-C de 1980, composto por oito artigos, versava sobre questões relativas ao reconhecimento da profissão, à competência de seu exercício, às atribuições profissionais, à jornada de trabalho e ao teto salarial. O documento apresentava uma justificação para tal proposta, na qual eram ressaltadas a legalidade do curso e seu reconhecimento pelos órgãos competentes, a criação do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais em 31 e março de 1980, além de sua utilidade para a sociedade brasileira. Também fora anexada na proposta o decreto publicado no diário oficial que reconheceu o curso da UnB. <sup>226</sup>

O projeto de lei foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que avaliou sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela Comissão de Educação e Cultura, pela Comissão de Finanças e pela Comissão de Relações Exteriores. Todas as Comissões emitiram pareceres favoráveis, exceto esta última que alegou incompetência para opinar sobre a matéria em discussão. É interessante mencionar que, no parecer da Comissão de Finanças e da Comissão de Relações

---

<sup>223</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais*. Brasília, 03 de agosto de 1977, p. 2 (mimeo)

<sup>224</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>225</sup> Ibidem.

<sup>226</sup> CARLI, João Carlos de. *Projeto de Lei n. 3.001-C de 1980*. Brasília, 1980. (mimeo)

Exteriores, foi apontada a manifestação da Confederação Nacional de Indústrias, que, de acordo com o relatório apresentado por essas comissões, seria contrária ao projeto de lei em apreciação.

Em 1981, um Substitutivo foi oferecido em Plenário pelo deputado José Carlos Fonseca, no qual se incluía no artigo 2, que versava sobre a competência do exercício da profissão, a questão dos profissionais da carreira de diplomata. A versão apresentada pelo Substitutivo foi rejeitada pela Comissão de Educação e Cultura – que o fez após extensa justificativa, que incluía equívocos em relação à terminologia profissão e carreira e seus prejuízos ao projeto de lei -, e pela Comissão de Finanças, alegando melhor adequação do projeto original. Apesar do apelo realizado pelos discentes do curso de RI da UnB junto à Câmara dos Deputados, o projeto de lei não foi aprovado.

227

O curso de RI da UnB representou a referência institucional das demais iniciativas ocorridas no Brasil. Isso porque aqueles pesquisadores que já se dedicavam aos estudos internacionais antes de 1974 estavam dispersos nas instituições universitárias e alocados nas áreas correlatas das RI, tais como Direito, Economia, Ciências Sociais e História. Por mais que o conhecimento especializado já estivesse sendo produzido, a área carecia de uma iniciativa que marcasse sua autonomia institucional em relação às demais áreas e, portanto, de um núcleo de referência no âmbito universitário específico das RI.

O caráter pioneiro da experiência da UnB acabou por conferir credibilidade ao núcleo que então fora instalado, decorrente em grande medida das atividades relacionadas à oferta da graduação na área. Nesse sentido, pode-se argumentar que a iniciativa da UnB representou um incentivo importante no processo de construção da comunidade acadêmica de RI no Brasil.

### **3.2. Apresentação e discussão do perfil da graduação de Relações Internacionais no Brasil**

Desde a primeira iniciativa institucional empreendida pela UnB, a área de RI

---

<sup>227</sup> No arquivo organizado pela Secretaria do Instituto de Relações Internacionais consta cópia da carta enviada à Câmara dos Deputados em que foi feito um apelo para a aprovação do projeto de lei.

tem apresentado um crescimento avaliado como significativo pela literatura que trata do tema. O quadro analítico de autores como Paulo Roberto de Almeida, Clóvis Brigagão, Gelson Fonseca Jr., Mônica Herz, Antônio Carlos Lessa, Shiguenoli Myamoto, Norma Breda dos Santos, Eiiti Sato e Paulo Fagundes Vizentini é desenhado utilizando como parâmetro dados e informações referentes à graduação, à pós-graduação, às publicações de caráter científico, às iniciativas associativas da área e à própria qualificação do debate acadêmico, tanto em relação ao seu alcance teórico quanto sua dimensão temática.<sup>228</sup>

---

<sup>228</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 1, pp. 11-36, 1993; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas a serviço da inserção internacional do Brasil In: *Revista Brasileira de Política Internacional (Número Especial 40 anos)*, n. 41, pp. 42-65, 1998; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: LGE, 2006; BRIGAGÃO, Clóvis. *Relações Internacionais no Brasil: instituições, programas, cursos e redes*. Rio de Janeiro: Gramma, 2004; FONSECA JR., Gelson. “Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980)” In: FONSECA JR. Gelson; LEÃO, Valdemar Carneiro (Orgs.) *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/ Editora Ática, 1989 (v. II), pp. 275-283; HERZ, Mônica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, pp. 7-40, jan/jun, 2002; LESSA, Antônio Carlos. “O ensino de relações internacionais no Brasil” In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005a, pp. 33-50; LESSA, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias) In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. 48, n.2, pp. 169-184, 2005b; LESSA, Antônio Carlos. “A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil” In: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas v.2*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006; LESSA, Antônio Carlos. A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil In: *Revista ComCiência* ; MYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.20, jun., pp.103-114, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>>; MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.12, jun., pp.83-98, 1999. SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área In: *História*, vol. 24, n. 1, pp. 11-39, 2005; SATO, Eiiti. Os desafios para a formação de uma identidade comum no ensino de Relações Internacionais. In: *V Encontro de Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do CONESUL*, Brasília, 30 de outubro de 1999. Mimeo., VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil” In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, pp. 17-31.

As discussões propostas por Miyamoto, em particular, apontam que a graduação de RI é recente e, por esse motivo, ainda padece de muitas fragilidades. Entre estas, o caráter multidisciplinar das matrizes curriculares que não formam profissionais com um perfil definido e problemas de ordem estrutural, tais como carência de docentes e bibliotecas especializadas. Mesmo diante desse cenário, o autor reforça que tanto essa formação quanto a própria área estão em expansão no Brasil. Esse fato é verificado pelo crescimento do número de cursos e as dinâmicas internacionais que impulsionam o interesse pela área.

As explicações para o aumento de interesse na área de RI podem ser creditadas à importância que o mundo globalizado, a formação dos megablocos e a informação instantânea, por meio da televisão aberta e a cabo, ou via internet, têm exercido sobre todos, rompendo distâncias e fronteiras, ligando países e continentes, com velocidades cada vez maiores, mostrando que os mesmos estão separados por apenas poucas horas de vôo, e que fazemos parte de um mundo muito pequeno. O aumento da interdependência econômica, os intercâmbios em todos os planos, as influências culturais e sociais que se têm processado de maneira acelerada, sempre mais rapidamente, passaram a fazer parte do cotidiano, exigindo que o domínio de informações, o mais variado possível, adquirisse relevada importância, mesmo crucial, para todas as profissões.<sup>229</sup>

O quadro que ora apresenta-se dialoga, portanto, com as análises desse acumulado da literatura. Todavia, pretendeu-se em sua elaboração a utilização de métodos quantitativos e qualitativos, que, em conjunto, buscam apontar novos elementos para a reflexão histórico-analítica do desenvolvimento da área de 1974 a 2008.

Os dados referentes aos cursos de graduação em RI no Brasil foram colhidos no Cadastro da Educação Superior, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre os dias 12 e 13 de Janeiro de 2009<sup>230</sup>. De acordo com esses dados, o Brasil possui atualmente 98 (noventa e oito) cursos de RI. Seis estados não possuem essa opção de graduação: Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e

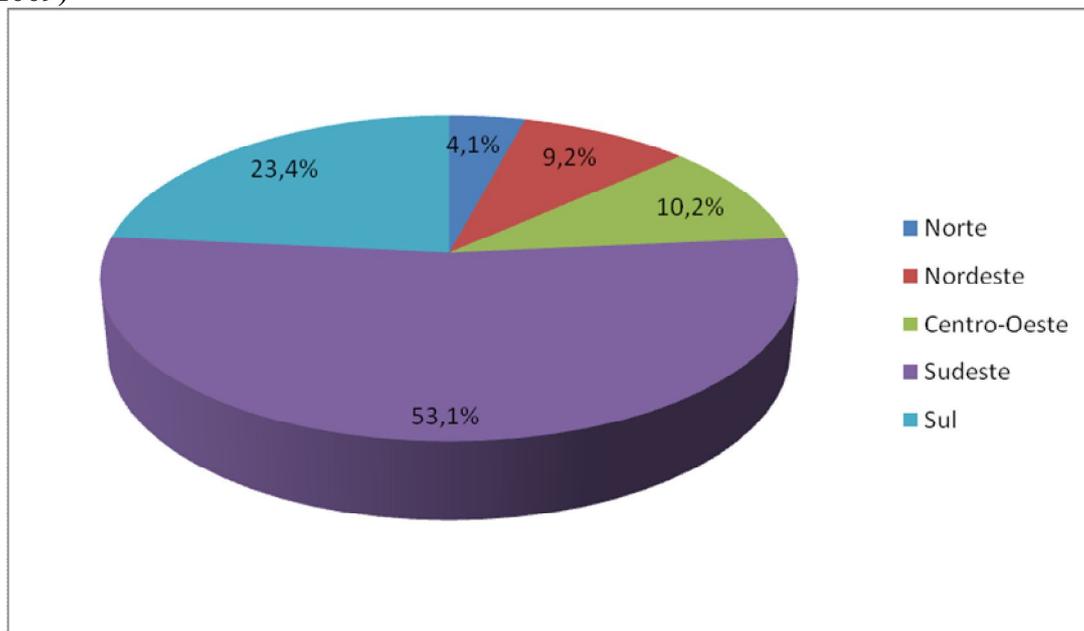
<sup>229</sup> MYAMOTO, Shiguenoli, 2003, op.cit., p. 104.

<sup>230</sup> A lista dos cursos de RI no Brasil encontra-se no Anexo 1 desta dissertação. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Disponível em: <[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp)>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Tocantins.

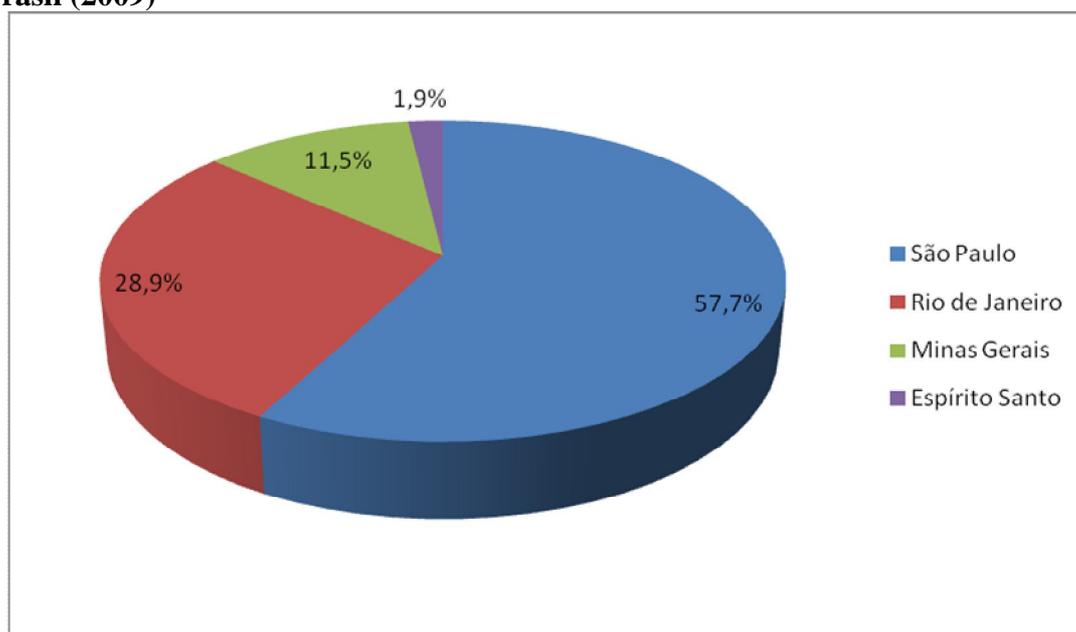
A análise quantitativa buscou identificar nesse conjunto de dados as seguintes variáveis: a distribuição regional, intra-regional e a concentração nos estados; a distribuição por tipo de instituição e categoria administrativa; a concentração do número de vagas autorizadas por estado e por grupo de estados e a distribuição por período; a distribuição por reconhecimento legal; o desenvolvimento institucional entre 1974 e 2008 e a distribuição da criação de cursos nesse mesmo período; e estas duas últimas variáveis aplicadas separadamente aos cursos oferecidos pelas instituições públicas e privadas.

**Gráfico I. Distribuição regional dos cursos de Relações Internacionais no Brasil (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009).

**Gráfico II. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais na região Sudeste do Brasil (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009).

**Quadro VIII. Concentração dos cursos de Relações Internacionais nos estados (2009)**

Colocação	Estado	Número de cursos
1.	SP	30
2.	RJ	15
3.	RS/SC	8
4.	DF/PR	7
5.	MG	6

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

De acordo com o gráfico I, a maior parte dos cursos de RI encontra-se na região Sudeste (53,1%), seguido pela região Sul (23,4%) e pela região Centro-Oeste (10,2%). No gráfico II, observa-se a distribuição por estado na região mais representativa, na qual lidera o estado de São Paulo, com 57,7% dos cursos de RI, seguido de Rio de Janeiro, com 28,9% e Minas Gerais, com 11,5%. O estado de Espírito Santo possui resultado inexpressivo no conjunto da região.

O quadro VIII, por sua vez, apresenta a concentração de cursos de RI em números absolutos. O estado de São Paulo aparece em primeiro lugar com 30 dos 98 cursos disponíveis, seguido do Rio de Janeiro com 15 cursos, e Rio Grande do Sul e

Santa Catarina empatados na terceira posição com 8 cursos cada um. Nota-se que a diferença do número de cursos é de duas vezes tanto do primeiro para o segundo colocado quanto do segundo para os terceiros.

A partir desses gráficos, vêem-se as diferenças regionais que marcam não só a distribuição da área de RI no Brasil, mas a distribuição da riqueza e a hierarquia econômica e política entre os estados brasileiros de modo geral. É nesse sentido que a concentração de cursos na região Sudeste e em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro deve ser interpretada, já que o desenvolvimento institucional das RI teve como um de seus principais vetores o processo de internacionalização da economia à luz da globalização multidimensional e seu impacto nos diversos setores nacionais interessados nessa dinâmica, dos quais sobressaem aqueles instalados nesses dois estados.

Esse interesse também pode ser observado nos dados relativos à região Sul. Além das externalidades econômicas dos estados sulinos que contribuem para que o curso de RI seja percebido como uma formação relevante a ser oferecida pelas instituições educacionais, o projeto de integração regional representa um elemento adicional substantivo no conjunto de fatores que influenciam a dinâmica oferta/demanda de RI na região.

A proximidade com as fronteiras dos países integrantes do Mercosul potencializa os contatos e as relações dos estados sulinos com o bloco e, por essa razão, coloca-os como atores estratégicos e privilegiados nas dinâmicas da integração. Assim, a oferta do curso de RI justifica-se e beneficia-se dessa ambiência, emergindo como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento institucional na região Sul.

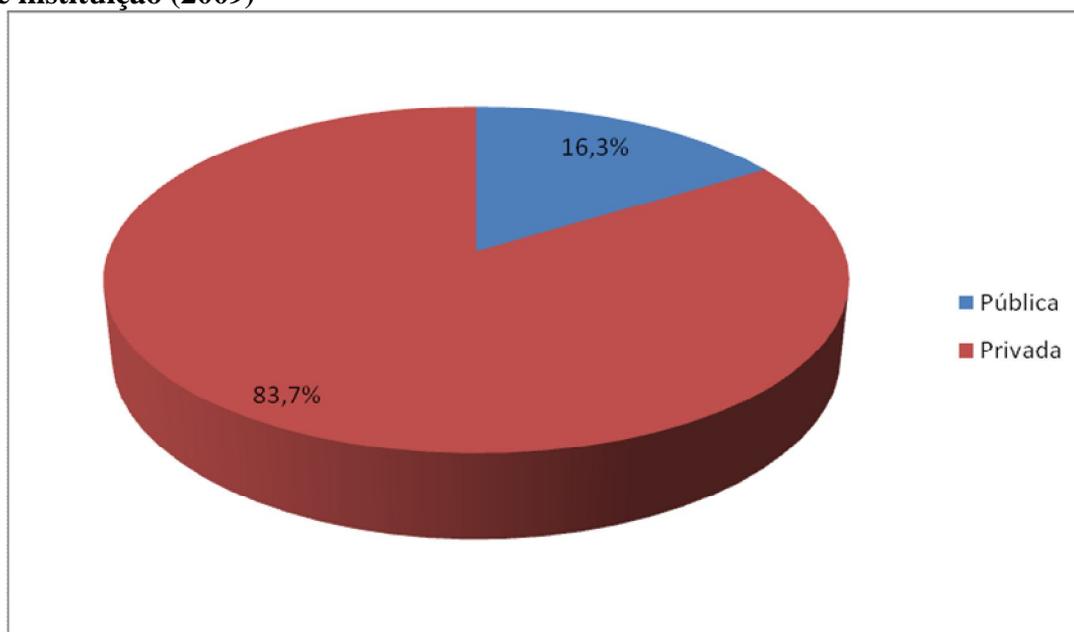
Ao tomar como referência a análise da concentração de cursos na região Sudeste e Sul, uma das interpretações para o desenvolvimento institucional da área diz respeito, pois, a essa percepção da relevância da formação oferecida pelo curso de RI em meio às novas demandas que emergem desse cenário, principalmente de ordem econômica, em que as fronteiras entre o local e o global gradativamente se diluem. Diante desse contexto, o curso de RI surge como uma opção profissional atenta a esses processos, capaz de corresponder às expectativas do mercado de trabalho de quadros especializados, principalmente daqueles setores internacionalizados ou que de alguma forma são influenciados pelas dinâmicas globais.

Por outro lado, ao analisar a baixa representatividade das demais regiões,

sobretudo a Norte, nota-se que a oferta de formação em RI poderia ser mais bem estruturada à luz de sua capacidade de lidar com temas considerados estratégicos, tais como meio ambiente, segurança regional e integração energética. Do mesmo modo que a proximidade com as fronteiras do Mercosul representa um fator positivo para a oferta de cursos, o contato com os países andinos por meio das fronteiras ao Norte deveria igualmente figurar como um aspecto significativo para o desenvolvimento institucional de RI nessa região.

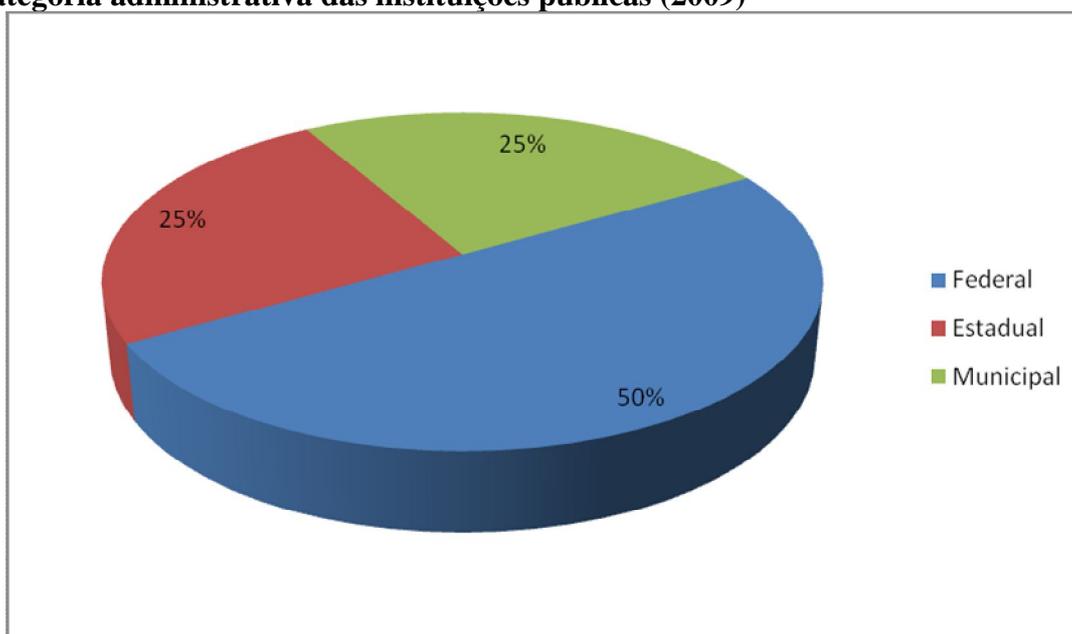
Nesse sentido, iniciativas de oferta de formação na área de RI poderiam ser articuladas, sobretudo pelas universidades federais, visando engendrar quadros qualificados para compreender e atuar nas dinâmicas internacionais que afetam a região em particular, e os interesses estratégicos do Brasil de modo geral.

**Gráfico III. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por tipo de instituição (2009)**



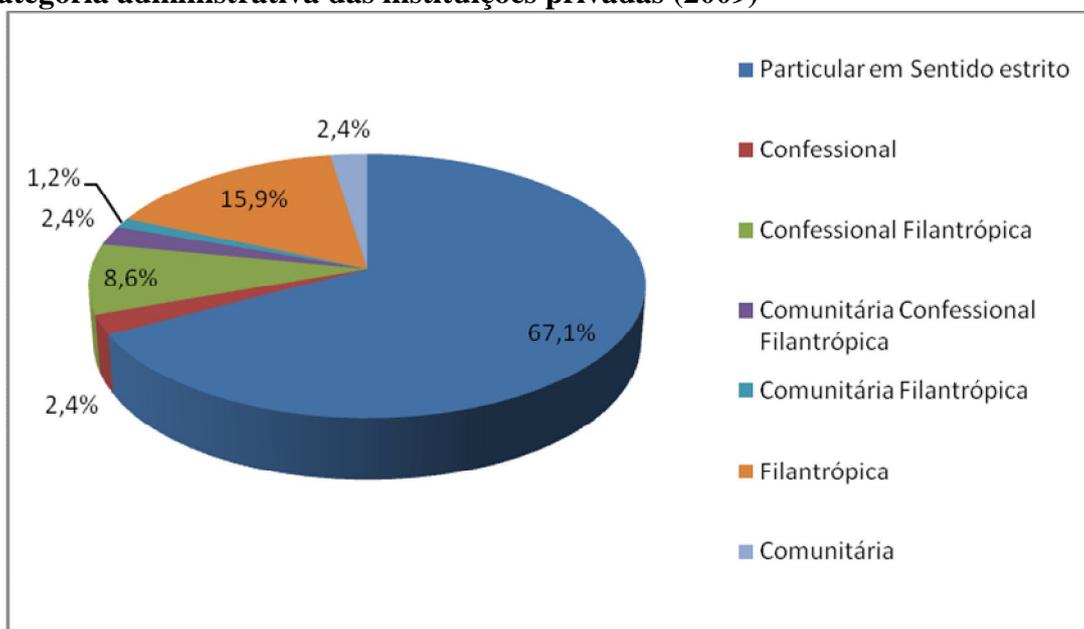
**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico IV. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por categoria administrativa das instituições públicas (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico V. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por categoria administrativa das instituições privadas (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

Como é possível observar no gráfico III, a grande maioria dos cursos de RI do Brasil são oferecidos por instituições privadas (83,7%). Todavia, como demonstra do gráfico IV, entre as instituições públicas (17,3%), 50% são de universidades federais. Entre a categoria administrativa das instituições privadas, encontra-se maior variedade, destacando-se no gráfico V a Particular em Sentido Estrito como mais significativa no conjunto dos dados, representando 67,1% das ofertas privadas.

Esses dados devem ser analisados a partir de duas dinâmicas que se complementam. A primeira diz respeito ao sistema de regulamentação do ensino superior do Brasil. A partir de meados da década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso deu início a um processo de reforma do sistema educacional brasileiro, inclusive de nível superior. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio de sua principal legislação, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), alterou os padrões relativos à abertura de cursos de graduação no país. Essa mudança tinha como objetivo ampliar a oferta de formação em nível superior e, para que isso fosse possível, flexibilizou as normas e os procedimentos tanto para as instituições privadas quanto para as públicas.<sup>231</sup>

Entre os resultados desse processo, destacam-se a diversificação dos tipos de instituições habilitadas a ofertar cursos superiores, do sistema de ingresso e dos currículos, elementos esses que coincidiram - e também contribuíram - com a instalação de um mercado educacional no país. Dessa forma, o maior beneficiado dessas mudanças foi o setor privado, que pode ampliar significativamente suas opções no mercado sem observar com o mesmo empenho os padrões mínimos de qualidade.

O setor público, por sua vez, não gozou dos mesmos benefícios porque, ao ser incorporado na lógica do modelo de Estado Mínimo que caracterizou o projeto político e o plano de governo de FHC, as instituições sofreram sérias restrições em termos de investimentos e corte em seus orçamentos.

No caso específico do curso de RI, esse processo foi articulado à percepção do apelo que essa formação teria no mercado educacional, já que o cenário apontava a viabilidade e a necessidade de quadros capazes de acompanhar as dinâmicas internacionais que, publicizadas diariamente pela disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação como a internet e TV a cabo, reforçavam ainda mais a idéia de que o Brasil estava globalizado.

---

<sup>231</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P. C., op.cit.

Aquelas instituições privadas que já ofereciam cursos tradicionais na área de Humanidades, tais como Direito e Administração, rapidamente se aproveitaram dessa flexibilização do sistema e instalaram cursos de RI a partir dessa base pré-existente. Do ponto de vista do mercado educacional, esta parecia ser uma grande oportunidade, já que não exigia investimentos substantivos em termos de estruturação do curso e o processo de abertura passava a gozar de facilidades oriundas das mudanças na LDB.

Em síntese, os dados referentes às diferenças da oferta de cursos de RI entre instituições públicas e privadas, nos quais a segunda aparece de forma predominante, podem ser compreendidas a partir dessas dinâmicas. Como ressaltou Lessa, “a expansão da oferta de formação específica, ressaltar-se, é uma reação autêntica dada pelo setor de serviços educacionais (...) ao crescimento da demanda (...) – que, por seu turno, é uma reação social legítima à internacionalização do Brasil.”<sup>232</sup>

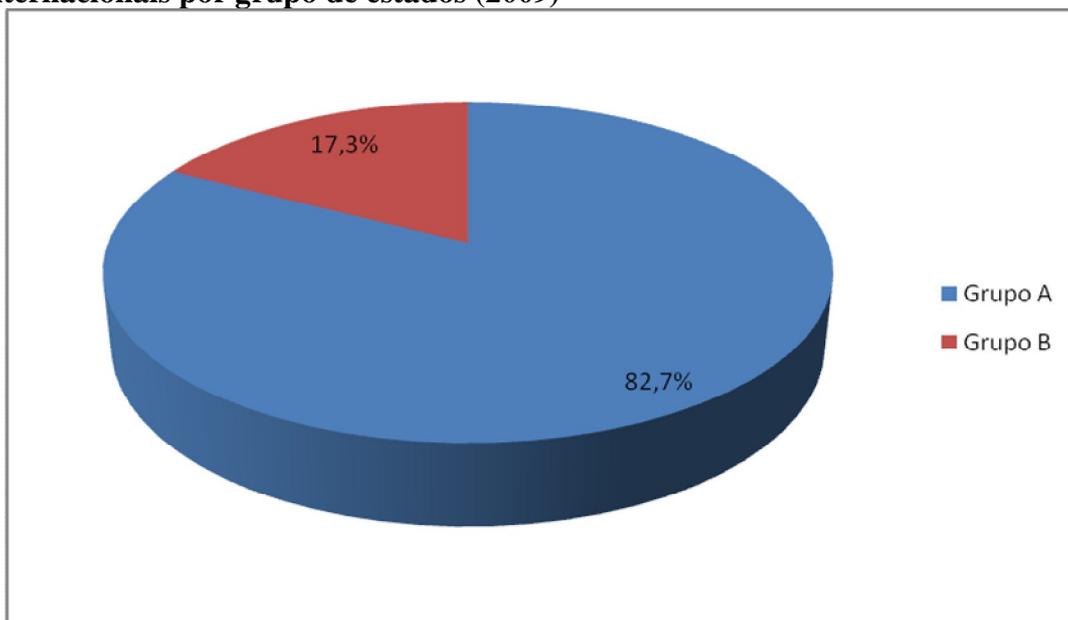
**Quadro IX. Concentração do número de vagas autorizadas nos cursos de Relações Internacionais por estado (2009)**

Colocação	Estado	Número de vagas autorizadas
1.	SP	4.457
2.	RJ	2.790
3.	RS/DF	875
4.	PR	820
5.	MG	680
6.	SC	655

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009).

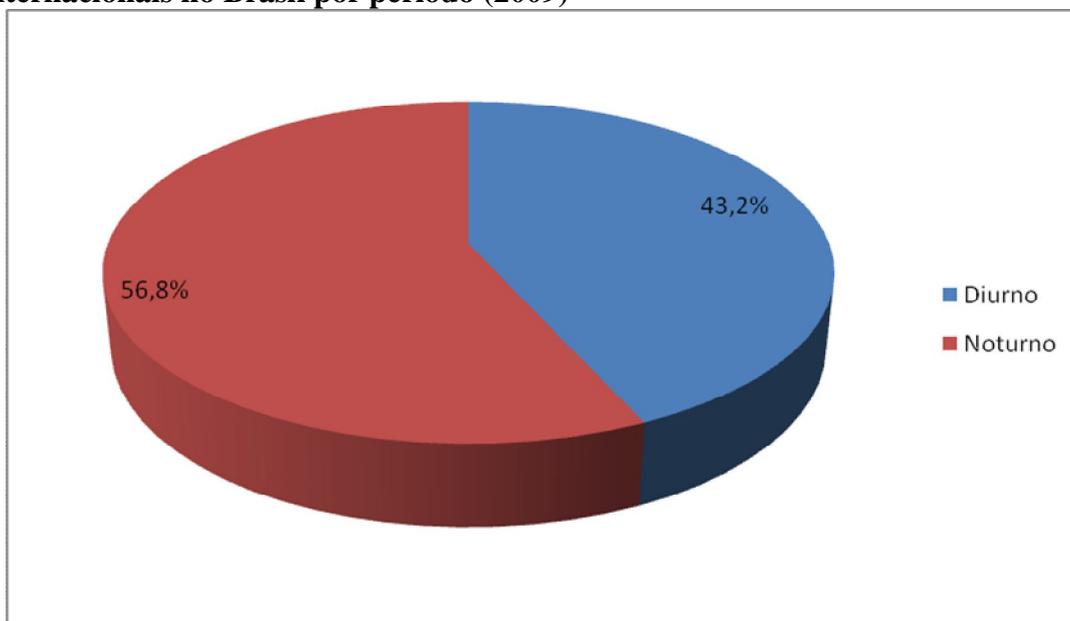
<sup>232</sup> LESSA, Antonio Carlos, 2006, op.cit., p. 463.

**Gráfico VI. Distribuição do número de vagas autorizadas nos cursos de Relações Internacionais por grupo de estados (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico VII. Distribuição das vagas autorizadas dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por período (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

O quadro IX apresenta a concentração do número de vagas autorizadas nos estados. São Paulo aparece novamente em primeiro lugar, com 4.457 vagas autorizadas, seguido de Rio de Janeiro com 2.790 e Rio Grande do Sul e Distrito Federal empatados na terceira posição com a autorização de 875 vagas.

Ao compararmos o quadro VIII ao quadro IX, algumas diferenças significativas podem ser observadas. Santa Catarina, por exemplo, que figura no quadro VIII na terceira posição em oferta de cursos, é a última colocada em número de vagas autorizadas de acordo com o quadro IX. O Distrito Federal também apresenta uma variação, ao passar da quarta colocação em número de cursos empatado com o Paraná no quadro VIII para a terceira colocação junto ao Rio Grande do Sul com relação ao número de vagas.

Em termos qualitativos, esses dados sugerem que o Distrito Federal possui maior número de vagas autorizadas com um menor número de cursos, ou seja, há uma maior concentração de alunos por curso em relação à Santa Catarina, que oferece maior número de cursos com menor número de vagas, conseqüentemente com menor concentração de alunos por curso. Isso indica que as turmas que são formadas no Distrito Federal sejam maiores do que aquelas de Santa Catarina.

Uma das interpretações para essa diferença entre os dois estados pode ser atribuída à demanda de mercado, já que no Distrito Federal a proximidade do centro de decisão indica um fator importante para que as instituições privadas optem por ofertar cursos com maior número de alunos. Afinal, essa iniciativa atende os interesses daqueles que buscam formação em RI, vendo as muitas carreiras de Estado alocadas em Brasília - a diplomacia entre elas -, como meta de realização profissional.

Os índices de concorrência nos vestibulares da única instituição pública do DF – a Universidade de Brasília -, também influenciam a oferta de vagas em instituições privadas. Isso porque desde o final dos anos 1990, são observadas taxas crescentes na relação candidato/vaga, indicando demanda do mercado. Assim sendo, como parcela significativa dos candidatos não é inserida na oferta pública, ao setor privado fica reservado esse papel de suprir a demanda.

Somado a isso, esse dado também deve ser interpretado a partir da observação de que as vagas oferecidas no Distrito Federal estão mais concentradas do que as de Santa Catarina do ponto de vista da distribuição por localidades. Isso porque os cursos do primeiro estão distribuídos em apenas dois locais, a saber, Brasília e Taguatinga,

enquanto o segundo apresenta maior diversificação de localidades, com opções em Joinvile, Tubarão, Palhoça, Florianópolis, São José e Blumenau.<sup>233</sup>

Com relação ao gráfico VI, percebe-se que a grande maioria das vagas autorizadas (82,7%) está concentrada no que se denominou Grupo A. A divisão entre Grupo A e Grupo B seguiu o critério da concentração tanto do número de vagas quanto de número de cursos. Encontram-se no Grupo A sete estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraná e Minas Gerais. Esse grupo concentra, em números absolutos, 11.152 vagas autorizadas e 81 cursos de RI. O Grupo B, por sua vez, soma doze estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe. Esse grupo possui 2.330 vagas autorizadas e 17 cursos de RI.

Assim, é possível observar dois grupos que se agregam em virtude da disparidade de representatividade na área de RI. O Grupo A, que abarca quase a totalidade dos estados da região Sudeste e a totalidade da região Sul, além do Distrito Federal que é a capital do país, é onde está concentrada a oferta da graduação em RI no Brasil. O Grupo B, por sua vez, apesar de maior em número de estados componentes e abrangência territorial, apresenta-se claramente em segundo plano no conjunto dos dados institucionais da área de RI.

Esse quadro reforça as diferenças regionais e intra-regionais mencionadas anteriormente, representando, por um lado, a extrema concentração da área em uma pequena parcela de estados economicamente mais dinâmicos, e, por outro, apontando uma dimensão prospectiva relativa aos horizontes de expansão da área.

Essa última questão parece particularmente interessante porque advoga o potencial dessas localidades de, por meio da oferta de uma formação como a de RI, evitar a chamada “fuga de cérebros” para aqueles estados que possuem o curso, ao mesmo tempo em que, no sentido inverso, “atrai cérebros” qualificados, gerando uma dinâmica positiva para o desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse sentido, ainda que esta divisão entre os grupos A e B deva ser observada com olhar crítico - pois não deixa de apresentar um quadro de desigualdades regionais que cria obstáculos para o desenvolvimento do país -, ela também pode servir como um mapa prospectivo, útil para a orientação de investimentos que podem ser beneficiados com a presença de quadros qualificados em RI, capazes de explorar os potenciais de

---

<sup>233</sup> Estas informações estão disponíveis no anexo 1 desta dissertação.

interação local-global da região.

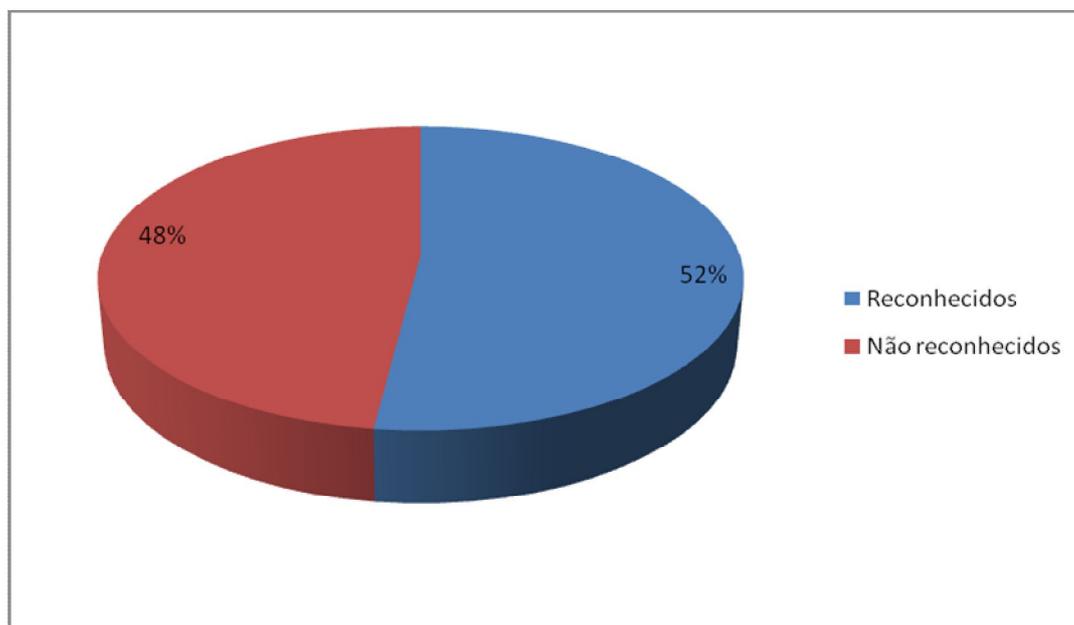
Cabe ressaltar que nesses números não estão contabilizados os índices de evasão. Em números absolutos, são oferecidas anualmente 13.382 vagas nos cursos de RI distribuídos em todo o país. Se for aplicado o índice de evasão total de 21,7% observado no ensino superior brasileiro, vê-se que o número de vagas que efetivamente resulta em quadros formados em RI seria de aproximadamente 10.480.<sup>234</sup>

Por fim, no que diz respeito à distribuição por período, o gráfico VII apresenta um maior número de cursos oferecidos no período noturno (56,8%), porém não muito distante da oferta de graduação no período diurno (43,2%). Esse dado é relevante na medida em que em geral, os cursos noturnos são estruturados de forma compacta, voltado para atender aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho e que, por essa razão, são obrigados a procurar cursos superiores no período noturno. A formação orientada nessas bases não costuma exigir a mesma dedicação que um curso diurno, levantando, portanto, questões acerca de sua qualidade. Assim, esse dado sugere que a formação de RI, ainda que seja oferecida no período noturno, apresenta relativo equilíbrio entre as duas opções, o que pode representar, em termos de qualidade, um aspecto positivo.

---

<sup>234</sup> “Com base no Censo 2006 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é possível apontar que 21,7% dos alunos evadiram do sistema de educação superior por desistência, abandono ou trancamento de matrícula” JARETA, Gabriel. Problema Persistente In: *Revista Ensino Superior*, Edição 115, 04/2008. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12132>> Acesso em: 14 set. 2009.

**Gráfico VIII. Distribuição dos cursos de Relações Internacionais no Brasil por reconhecimento (2009)\***



\*Os cursos da USP, UNESP-Franca, UNESP-Marília, UI, UEPB, os três cursos da UNISUL e CUFSA não pertencem ao sistema federal de ensino superior e seus dados legais são de responsabilidade da instituição e dos órgãos estaduais. **Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009).

De acordo com o gráfico VIII, um pouco mais da metade (52%) dos cursos de RI do Brasil cadastrados no INEP são legalmente reconhecidos pelos órgãos educacionais do país. Ao cruzar essa informação com a tabela em anexo em que constam informações detalhadas, vê-se que parte dessa estatística está justificada pela recém-criação de alguns cursos, e que por esse motivo ainda não possuem os requisitos necessários para que sejam reconhecidos. Diante desse fato, a tendência é que o número de cursos reconhecidos aumente nos próximos anos.

O problema envolvido no reconhecimento do curso é que esse sistema foi implantado tardiamente na área de RI. De acordo com Lessa, entre 1995 e 1999, uma Comissão de Especialistas em Relações Internacionais foi convocada pelo MEC visando à construção de parâmetros para a abertura de cursos e criação de instrumentos de avaliação específicos. O resultado desta demora foi, segundo o autor, o crescimento da área como uma “terra sem lei”, sem a preocupação com os requisitos mínimos e a qualidade da formação.<sup>235</sup> O desafio da área para os próximos anos deverá ser

<sup>235</sup> LESSA, Antonio Carlos, 2006, op.cit., pp. 463-464.

justamente recuperar esse tempo perdido, e inserir definitivamente o curso no sistema educacional de nível superior.

O reconhecimento de um curso de graduação representa um importante instrumento institucional de legitimação e de construção da autonomia da área, além de contribuir para que sua qualidade seja minimamente garantida pelos sistemas de regulamentação e avaliação disponíveis.

**Gráfico IX. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil de 1974 a 2008 (2009)**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico X. Distribuição da criação de cursos de Relações Internacionais no Brasil de 1974 a 2008 (2009)**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

Os gráficos IX e X apresentam o desenvolvimento institucional da área de RI a partir da demonstração da variação de abertura de cursos desde a primeira iniciativa em 1974 na UnB.

Observa-se no gráfico IX que o processo de abertura de cursos possui dois momentos. O primeiro, que vai de 1974 a 1995, em que durante vinte anos o crescimento obedeceu ao intervalo temporal de dez anos entre a primeira graduação e o aparecimento de demais cursos. Adicionando-se os dados do gráfico X, vê-se que em 1974 existia apenas o curso original da UnB; em 1985, quatro cursos são criados; dez anos depois, em 1995, mais dois cursos. No acumulado do período, somam-se sete cursos em um intervalo de cerca de vinte anos.

No segundo período, que vai de 1996 a 2008, a abertura de cursos passa a ser constante, com registros anuais de criação. O número de cursos abertos por ano ou a variação anual do período, de acordo com o gráfico X, apresenta no seu menor índice a criação de cinco cursos em 2000 e em 2003, e no seu maior índice ou pico, o índice de catorze cursos no ano de 2006. Mesmo em seu menor índice – cinco cursos em um ano – o ritmo de crescimento anual do período que vai de 1996 a 2008 iguala-se ao total de cursos criados entre 1974 e 1985, ou seja, no intervalo de doze anos.

Diante desse quadro, duas questões devem ser destacadas. A primeira está relacionada à constatação da maior relevância do período entre 1996 e 2008 no conjunto dos dados analisados, pois é nesse intervalo de tempo que se encontra o maior desenvolvimento institucional da área em termos de cursos de graduação.

Se por um lado esse recorte insere-se na tendência de flexibilização do sistema educacional com as reformas da LDB no governo FHC, especificamente no curso de RI ela ganha um significado adicional relacionado ao momento de intensificação das relações internacionais do Brasil sob a égide da globalização econômica e do neoliberalismo, no qual a economia do país passa por um processo substantivo de internacionalização, sobretudo por meio da instalação de multinacionais e das privatizações de empresas estatais.

Esse cenário reforçou a percepção de que o curso de RI gozava de posição privilegiada no conjunto das opções de nível superior oferecidas até então. A versatilidade dessa formação, possibilitando a atuação profissional em diversas áreas, combinada à atualidade e à repercussão de seus temas, consoante com os impactos do projeto de inserção internacional dos governos de FHC e a maior presença internacional

do Brasil, tornou este curso um dos mais procurados da área de Humanidades, equiparando-se a formações tradicionais como Jornalismo e Direito. No ano de 2008, por exemplo, o curso de RI da USP, uma das universidades mais tradicionais do país, ficou em segundo lugar no ranking das formações mais procuradas na área de Humanas, com o expressivo índice de 36,60 candidatos por vaga; entretanto, o curso já esteve por vários anos consecutivos em primeiro lugar na lista dos mais procurados.<sup>236</sup>

Essa tendência permaneceu em evidência devido ao aprofundamento da inserção internacional do país promovida pelos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva a partir de 2003. O aumento do número de vagas para o concurso público da carreira diplomática de 30 para 115; a retirada da obrigatoriedade do domínio de línguas, tornando-a critério classificatório e não eliminatório; a valorização da carreira por meio do aumento dos salários; a abertura de novas embaixadas, inclusive com o importante feito de concretizar a representação brasileira em todos os países do continente americano; esses são alguns dos elementos que permitem afirmar a continuidade do processo de internacionalização da economia e do aumento do prestígio e da visibilidade internacional do Brasil por meio de um projeto de política externa.

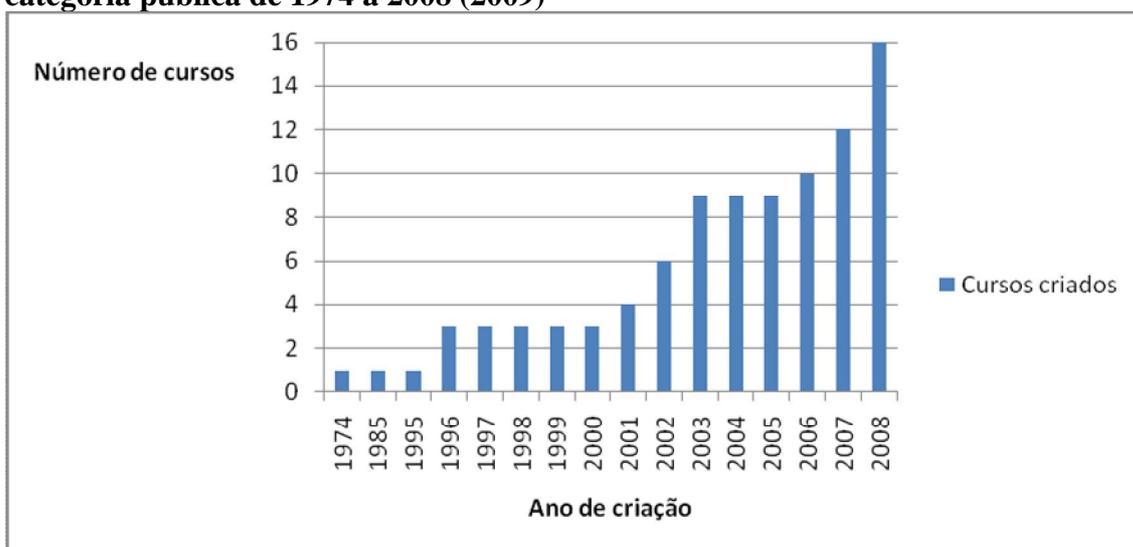
A segunda questão, por sua vez, diz respeito às variações anuais de crescimento. Embora em todos os anos a partir de 1995 terem sido abertos novos cursos de RI, esse processo não ocorreu de forma regular e progressiva. Assim, o único parâmetro possível de ser aplicado de acordo com o gráfico X é que a média anual de abertura de cursos é de 6,64% ao ano no período em análise.

Posto isso, os gráficos IX e X dão subsídios para afirmar que: 1) o crescimento institucional da área de RI no Brasil possui dois momentos distintos desde a iniciativa original da UnB, a saber, de 1974 a 1995 e de 1996 a 2008; 2) o período de maior crescimento e de maior regularidade de abertura de cursos está compreendido entre 1996 e 2008; 3) o ritmo anual de crescimento da área não é regular em nenhum dos dois momentos identificados e, portanto, não pode ser tomado de forma isolada como uma variável explicativa do desenvolvimento da área; deve-se, nesse sentido, colocá-la em uma perspectiva mais ampla relacionada às mudanças no sistema de educação superior e a inserção internacional do Brasil no período.

---

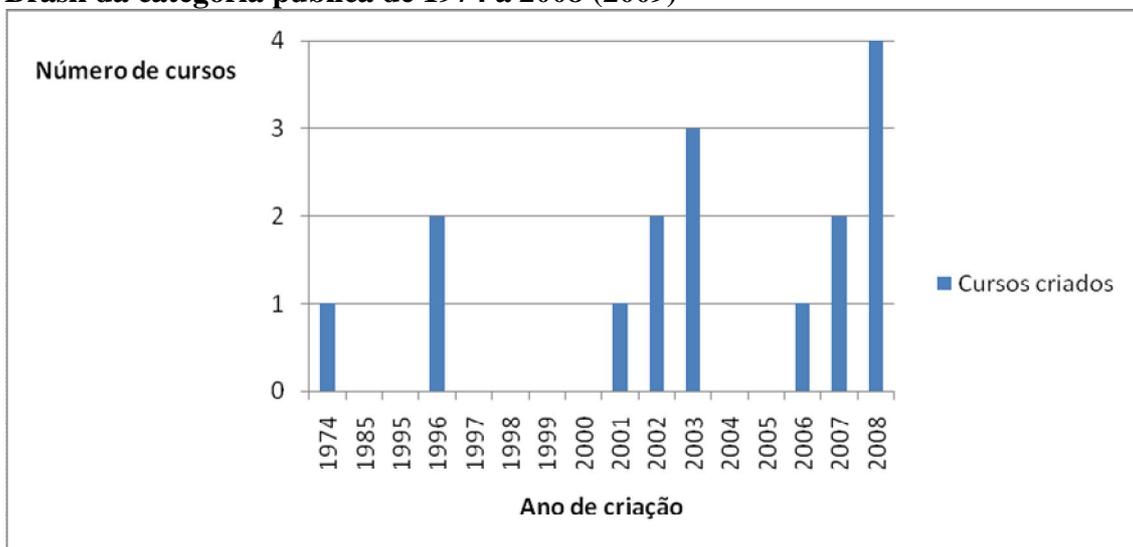
<sup>236</sup> “Publicidade e Propaganda lidera a concorrência do vestibular 2009 da USP” In: UOL VESTIBULAR, São Paulo, 07/11/2008. Disponível em:  
< <http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2008/11/07/ult798u23729.jhtm> > . Acesso em: 03 ago. 2009.

**Gráfico XI. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria pública de 1974 a 2008 (2009)**



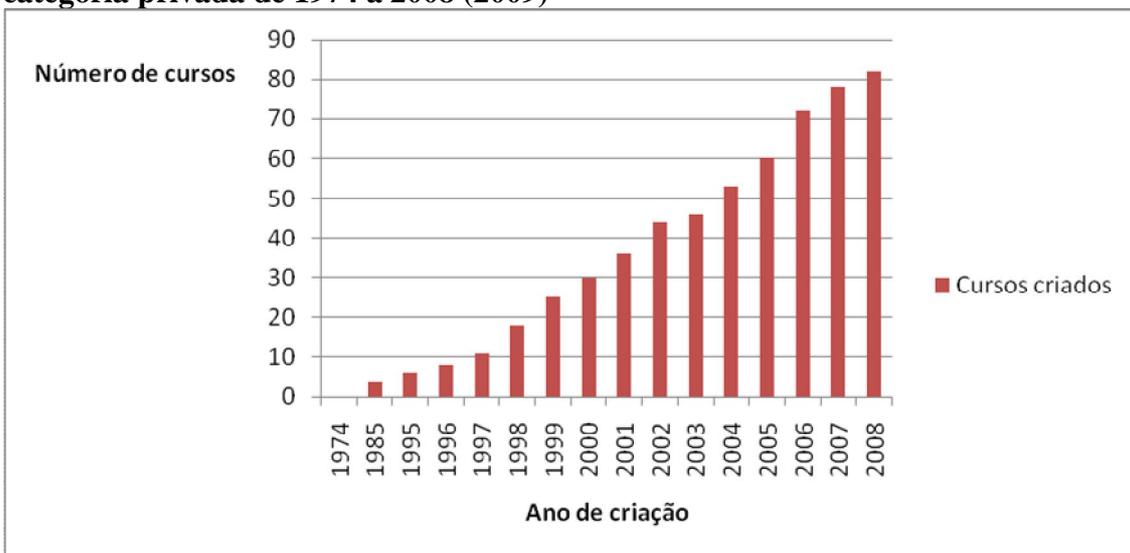
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico XII. Distribuição da criação de cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria pública de 1974 a 2008 (2009)**



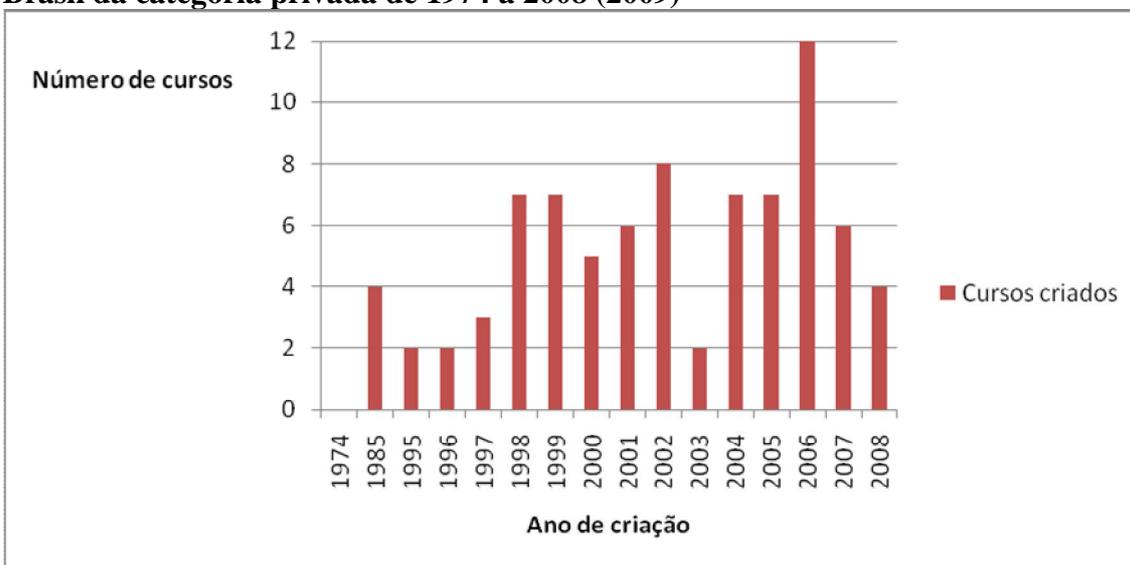
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico XIII. Desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria privada de 1974 a 2008 (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

**Gráfico XIV. Distribuição da criação de cursos de Relações Internacionais no Brasil da categoria privada de 1974 a 2008 (2009)**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (jan. 2009)

Os gráficos XI e XII referem-se ao desenvolvimento institucional das graduações em RI no setor público. No gráfico XI é possível identificar dois momentos distintos: de 1974 a 2000, no qual a área permaneceu praticamente confinada à iniciativa da UnB; e após 2001, quando então o crescimento passa a ser contínuo, embora não homogêneo. Este último dado é constatado na observação do gráfico XII, que demonstra que em 2004 e 2005 não houve abertura de cursos de graduação nas instituições públicas.

Os gráficos XIII e XIV, por sua vez, apresentam os dados relativos ao setor privado. Exceto pelo ano de 1974 em que a área é inaugurada pela experiência da UnB, após 1985 o crescimento tem sido contínuo e numericamente mais significativo do que no setor público. Entretanto, assim como neste último, as instituições privadas não possuem regularidade em sua trajetória.

Observa-se nos gráficos XII e XIV que o acumulado de cursos públicos abertos em um ano chega a quatro em 2008, enquanto nos cursos privados o pico é de doze em 2006, ou seja, três vezes mais. Dessa forma, o desenvolvimento no âmbito público parece ser mais lento e irregular do que no privado, que apresenta uma dinâmica mais intensa e contínua.

Segundo a análise de Herz, particularmente referindo-se ao crescimento após 2002, esse cenário deve ser interpretado de forma crítica, pois segundo a autora “a proliferação de cursos de graduação em relações internacionais nos últimos cinco anos não resulta de um capital intelectual significativo acumulado, mas de oportunidades criadas pelo mercado de educação de terceiro grau no contexto da globalização.”<sup>237</sup>

Com efeito, a forma como o ensino superior é estruturado e oferecido pelo setor privado, envolvendo questões mais de ordem mercadológica do que as responsabilidades envolvidas na formação de um profissional, tem colocado preocupações acerca da concentração de cursos nesse setor e a sua qualidade, além dos impactos para a área de RI de modo geral.

No entanto, é preciso ponderar que existem diferenças entre as próprias instituições privadas, sendo algumas reconhecidamente mais atentas a qualidade de seus cursos, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas e as Universidades confessionais, presentes em diversos estados brasileiros. Além disso, com as reformas da educação de nível superior, as próprias instituições públicas, sobretudo federais, não

---

<sup>237</sup> HERZ, Monica, op.cit., p. 19.

devem ser tomadas como bastiões da qualidade, pois houve a redução de investimentos em pesquisa e a transferência de recursos para programas de ampliação de vagas e de inserção da população de baixa renda no ensino superior em parceria com o setor privado, como é o caso do projeto PROUNI, implementado no governo de Lula. O mesmo pode ser dito sobre o programa de ampliação de vagas nas instituições públicas federais, o REUNI, que pulveriza o orçamento da educação superior e não acompanha em termos de investimentos a mesma velocidade do crescimento.

Diante desse cenário, o fator positivo a ser destacado com relação às instituições públicas e a contínua abertura de cursos após 2000 diz respeito à contratação de docentes. Isso porque essas instituições adotam critérios de seleção por meio de concurso público, o que apesar de não garantir a qualidade do docente, pode ser identificado como um elemento favorável à contratação de quadros com formação específica na área de RI. Além disso, a contratação de um docente em uma instituição pública exige do contratado o exercício de funções além do ensino, tais como a pesquisa e a extensão. Nisso também reside uma das principais diferenças entre os cursos das instituições públicas e privadas, pois nesta última o compromisso do docente refere-se basicamente às atividades de docência, não incluindo ou incluindo de modo secundário as demais práticas da atividade acadêmico-científica.

Em outras palavras, é possível que a expansão no setor público, sobretudo nas universidades federais, esteja ocorrendo em melhores condições do que o crescimento concentrado nas instituições privadas na década de 1990, pois tem a possibilidade de inserir quadros formados em RI – tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação-, e, nesse sentido, abrir espaço para uma mudança qualitativa do crescimento institucional, um novo perfil de expansão das RI a partir da abertura de cursos de graduação nas universidades federais distribuídas em todo o país.

Diante dessa relativização dos critérios de qualidade entre as instituições públicas e privadas, o documento intitulado *Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais*<sup>238</sup> - resultado do encontro da Comissão de Especialistas de Relações Internacionais-, tem sido a referência institucional da área em termos de regulamentação educacional, já que até 2009 não se encontram ainda estabelecidos os

---

<sup>238</sup> BRASIL. *Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2007.

parâmetros curriculares mínimos para o curso. Qualquer iniciativa institucional deve seguir este documento, no qual se destacam aspectos relacionados à presença de docentes da área e bibliotecas especializadas, além de algumas indicações sobre disciplinas consideradas basilares e que, portanto, devem constar no currículo.

De acordo com o site da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), no ano de 2009 o curso de RI participou da avaliação institucional promovida pelo Ministério da Educação denominado Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Esse fato poderá contribuir para o início do processo de definição das diretrizes curriculares nacionais específicas para RI - uma vez que não há mais currículo mínimo - e, nesse sentido, lançar as bases de um processo de qualificação dos cursos, o que pode repercutir positivamente no robustecimento e na consolidação da própria área.<sup>239</sup>

### **3.3. Atividades intelectuais em Relações Internacionais**

No capítulo 2 desta dissertação discutiu-se acerca do modelo explicativo de Ole Wæver e da contribuição de Amado Cervo para a conformação de um modelo interpretativo sobre a história e o desenvolvimento da área de RI no Brasil.<sup>240</sup> Ao adicionar a dimensão interpretativa ao estudo realizado em termos de camadas, percebeu-se que a terceira e última camada, que trata das atividades intelectuais em RI, não poderia ser abordada no capítulo dedicado aos antecedentes da área, pois até então não era possível falar de RI de modo autônomo.

Nas seções anteriores foram estudadas as questões relativas à criação do primeiro curso de RI e os desenvolvimentos posteriores, nas quais foram explorados dados referentes ao perfil da área em perspectiva histórica. Nesse sentido, esta seção se propõe a interpretar as atividades intelectuais em RI combinando suas dimensões quantitativas e qualitativas, a fim de desenhar um quadro sobre suas principais características.

De acordo com Wæver<sup>241</sup>, a terceira camada preocupa-se em abordar o

---

<sup>239</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/abri/index\\_link.php?&pagina=3398](http://www.pucminas.br/abri/index_link.php?&pagina=3398)> Acesso em: 30 jun. 2009.

<sup>240</sup> WÆVER, Ole, op.cit.; CERVO, Amado, 2008a, op.cit.

<sup>241</sup> WÆVER, Ole, op.cit.

desenvolvimento interno de RI; em outras palavras, de que modo as RI enquanto disciplina interage com as RI organizada enquanto área institucionalizada e relativamente autônoma em relação às demais áreas das Ciências Sociais e Humanas. Desse modo, as atenções estão voltadas às discussões que contemplem elementos como graus de formalização, unidade, estabilidade de paradigmas e hierarquia social.

Aplicadas ao caso brasileiro, essas questões tomam formas específicas e nacionais, sobretudo do ponto de vista do modelo interpretativo construído a partir das discussões de Cervo sobre a dimensão nacional do conhecimento – e, portanto, dotado de conotações políticas -, produzido na área de RI.<sup>242</sup>

### **3.3.1. Estrutura social e intelectual da disciplina**

Ao utilizar a idéia de estrutura para interpretar a área de RI somada ao uso dos qualificativos social e intelectual, o objetivo é compreender o modo pelo qual esta foi e está sendo organizada pelos principais atores interessados no tipo de conhecimento produzido. Assim, afirma-se, por um lado, a característica social deste conhecimento, influenciada, pois pela sociedade em que essas atividades ocorrem. Por outro, aspectos relativos à própria dinâmica do trabalho intelectual, dentre as quais se destacam fatores como a produção acadêmico-científica, a divulgação desta nos espaços e nos canais próprios – tais como periódicos, livros, eventos científicos, entre outros -, o reconhecimento externo e por parte do grupo formado pelos especialistas da área – a comunidade acadêmica -, e as iniciativas associativas.

Posto isso, o primeiro elemento a ser destacado é a distribuição regional das atividades intelectuais da área no Brasil. É possível observar uma relação entre a presença de instituições acadêmicas e de pesquisa de RI e sua concentração nas regiões economicamente mais desenvolvidas, notadamente Sudeste e Sul do país. Dessa forma, o padrão hierárquico de diferenciação entre as cinco regiões brasileiras se mantém na divisão do trabalho intelectual da área.

Todavia, é preciso destacar que gradualmente novos centros estão se desenvolvendo em espaços fora do eixo Sul-Sudeste-Brasília, o que pode representar um elemento importante no conjunto mais amplo da tendência de crescimento

---

<sup>242</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit.; CERVO, Amado Luiz, 2008b, op.cit.

quantitativo e de desenvolvimento da área no Brasil.

A pós-graduação específica em RI emerge também como um elemento relevante no cenário nacional. Ainda que esta esteja vinculada nominalmente a Ciência Política no sistema de credenciamento e, portanto, de financiamento da CAPES e do CNPq, e muitas pesquisas sobre questões internacionais sejam desenvolvidas nesta como uma sub-área do conhecimento, é possível identificar cursos que são organizados autonomamente.<sup>243</sup> Essas iniciativas são importantes tanto para a construção da especificidade da área quanto para sua legitimação científica perante as demais.

No tocante à dinâmica do trabalho intelectual, uma das questões mais significativas do ponto de vista do desenvolvimento da área é sua relação com a produção acadêmico-científica, sobretudo em termos de produção editorial especializada em RI. Com efeito, o crescimento quantitativo da área, e nos últimos vinte anos também qualitativo<sup>244</sup>, coloca uma demanda por publicações dedicadas exclusivamente ao tratamento de temas característicos das RI. Essa demanda, por sua vez, está relacionada tanto ao atendimento das necessidades da formação na área, especialmente no nível de graduação, quanto do interesse de outros setores da sociedade pelas questões internacionais, sobretudo àquelas que envolvem diretamente o Brasil. Como destacou Vizentini:

Num exame do contexto da evolução da produção editorial brasileira em relações internacionais, pode-se considerar que um dos grandes motores que impulsionaram seu crescimento, aceleração e diversificação relaciona-se à expansão dos cursos nessa área no país a partir da década de 1990 e à simultânea “abertura externa” que acompanhou a passagem do nacional-desenvolvimentismo à globalização, marcada no país pela agenda neoliberal. [...] A dinâmica dessas mudanças, somadas às transições da política mundial e brasileira, gerou demanda por um conhecimento específico sobre esses movimentos, incentivando a busca por profissionais capacitados e por análises especializadas.<sup>245</sup>

Outro ponto relevante que se relaciona diretamente com o tema das publicações são os espaços e os canais dedicados aos problemas específicos das RI. Entre estes, destacam-se as revistas e os periódicos, que inclusive possui sua experiência mais

---

<sup>243</sup> O quadro dos cursos de pós-graduação específicos em Relações Internacionais está disponível no Anexo 2 desta dissertação.

<sup>244</sup> LESSA, Antônio Carlos, 2005a e 2005b, op.cit.

<sup>245</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2005, op.cit., p. 18.

consolidada anterior à própria institucionalização autônoma da área. Esse é o caso da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), publicada desde 1958 e vinculada ao Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), fundado em 1954.

De acordo com Almeida, a criação da RBPI possuía um significado particular, relacionado de um modo mais amplo ao intenso debate intelectual da década de 1950 e ao incremento da atuação brasileira nas dinâmicas internacionais, das quais os Relatórios do Itamaraty não eram suficientes para informar a sociedade e seus interessados acerca desses assuntos internacionais que envolviam o país. Assim, essa publicação foi capaz de sobreviver até os nossos dias a despeito de todos os obstáculos intelectuais e ideológicos que perpassaram sua história, mantendo as características que marcam sua singularidade, a saber, o padrão de qualidade e a atualidade de seus debates.

Criada para ocupar um espaço então lacunar no âmbito da reflexão profissional e universitária em torno desses temas, (...) ela certamente cumpriu amplamente esse papel de instrumento “debatedor” e “informador” sobre a inserção internacional do Brasil, missão que lhe tinha sido atribuída pelo seu órgão patrocinador, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, criado quatro anos antes, no velho Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro.<sup>246</sup>

Outras revistas também se destacam no cenário de publicações especializadas, tais como a *Contexto Internacional*, criada em 1985 e vinculada ao Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, e a *Política Externa*, ligada à Editora Paz e Terra desde 1992. Algumas tiveram duração limitada, como a revista *Política Externa Independente*, que circulou apenas três números vinculados à Editora Civilização Brasileira, a revista *Política e Estratégia*, alocada em São Paulo e em circulação entre 1983 e 1991; o boletim *Carta Internacional*, ligada ao Núcleo de Política e Relações Internacionais (NUPRI) da USP.<sup>247</sup>

Contemporaneamente, novas iniciativas vêm surgindo, beneficiadas pela disseminação da internet como ferramenta eficiente de divulgação de conhecimento e informações. São os casos das revistas eletrônicas, entre as quais se destacam *Mundorama* e *Meridiano 47- Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, ambas sob responsabilidade da UnB.

---

<sup>246</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto, 1998, p. 42.

<sup>247</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto, 1998, op.cit.; VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2005, op.cit.

Ainda sobre os canais de publicação, Vizontini destaca as obras lançadas pelas editoras universitárias e órgãos do executivo, tais como a Editora da UnB, da PUC/MG, da UFRGS e da UNESP, e a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao MRE. Além disso, menciona o interesse das editoras comerciais em lançar em seus catálogos obras especializadas, tais como a Editora Vozes, Unijui, Record, Contraponto, Juruá, Manole, Alfa Ômega, Leitura XXI e Elsevier/Campus, algumas delas contando com coleções de RI.<sup>248</sup> Outra editora que recentemente vem se interessando em RI é a Editora Saraiva, publicando obras de grande repercussão na área como *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*, de Amado Luiz Cervo.

No que diz respeito aos eventos, além dos encontros nacionais em que são colocados espaços temáticos voltados ao estudo do internacional, tais como o Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Encontro Nacional de História (ANPUH), Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), algumas iniciativas voltadas especificamente à área de RI tem emergido.

Esse é o caso de encontros tais como o Encontro da Pós-Graduação em Relações Internacionais, promovido pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas; a Semana de Relações Internacionais da UNESP, promovida pelas unidades de Franca e Marília; os Seminários Nacionais e Internacionais promovidos regularmente pelo Instituto de Relações Internacionais da UnB; e o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Esses eventos contam com chamadas para apresentação e publicação de artigos, bem como em algumas oportunidades geram publicações, voltadas a um público maior, no formato de livros, como é o caso das experiências da UnB.

Alguns autores como Almeida não observam com tanto otimismo os vínculos associativos e sua relação com o conjunto mais amplo do desenvolvimento institucional das RI no Brasil. De acordo com o autor:

muita coisa mudou desde o final da década precedente, mas os progressos podem ser considerados lentos ou irregulares, uma vez que a revolução didática foi mais quantitativa do que qualitativa e não encontrou correspondência numa progressão similar da produção especializada; esta, por sua vez, ainda assim cresceu mais do que os vínculos agregativos entre os pesquisadores da área.<sup>249</sup>

---

<sup>248</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2005, op.cit.

<sup>249</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto, 2006, op.cit., pp. 34-35.

No entanto, é preciso ressaltar que essas oportunidades de encontro entre os especialistas da área e os canais de publicação, ainda que “lentos e irregulares”, acabam por estimular as atividades intelectuais específicas em RI e, nesse sentido, colaboram para a construção do sentimento de pertencimento a uma comunidade acadêmica distinta. Dessa forma, a socialização proporcionada por esses encontros e publicações, bem como as possibilidades de debates acadêmicos e discussões científicas que estes colocam, são elementos importantes na construção de uma comunidade de especialistas em RI no país.

Por fim, cabe ressaltar que desde setembro de 2005 o Brasil conta com iniciativa pioneira no sentido de fomentar o associativismo na área, a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). A ABRI tem se dedicado a promover as RI brasileiras por meio da realização de encontros nacionais, atuando como pólo agregador, além de apoiar e divulgar eventos realizados pelas instituições da área tanto nacionais quanto internacionais. A Associação também publica informações relacionadas a concursos específicos, notícias, lançamentos de livros, revistas, entre outros.<sup>250</sup>

Em suma, desde o início da institucionalização da área em 1974 com o primeiro curso de graduação, tem crescido as oportunidades de construção de autonomia da área pautada no incentivo as atividades intelectuais reconhecidas como específicas de RI.

### **3.3.2. Influência de tradições teóricas de outros países**

A área de RI no Brasil foi institucionalizada fazendo uso do quadro de docentes e pesquisadores de outras áreas que possuíam mais tradição no país, notadamente as Ciências Sociais, a História e o Direito. Assim sendo, a influência de tradições teóricas de outros países está relacionada a três aspectos: por um lado, as RI constituídas nacionalmente por outras áreas; por outro, a influência indireta que RI sofreu em virtude dessas áreas aproveitadas também terem sido influenciadas pelas tradições de outros países; e, por fim, a produção que é considerada especializada em RI de outros países, especialmente dos Estados Unidos.

Entre os tipos de influências recebidas pelas RI nacionais, pode-se destacar o

---

<sup>250</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/abri/index\\_link.php?&pagina=3398](http://www.pucminas.br/abri/index_link.php?&pagina=3398)> Acesso em: 30 jun. 2009.

diálogo com tradições teóricas oriundas basicamente de Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, além das perspectivas estruturalistas ou dependentistas, atribuídas genericamente ao ambiente latino-americano.

No primeiro país, a Alemanha, as tradições teóricas que influenciaram a produção brasileira estão relacionadas às abordagens que se preocupam com questões do Direito Internacional, e correntes teóricas e reflexões que derivam do que é tradicionalmente chamado de Idealismo, entre os quais se destacam as contribuições do filósofo alemão Immanuel Kant sobre ética, cosmopolitismo e paz.

A França, por sua vez, contribui nas RI com sua tradição nas disciplinas de Filosofia, Sociologia e História. Esta última em particular pode ser considerada mais significativa a partir dos trabalhos realizados pelos estudiosos franceses acerca da História Diplomática e a posterior revolução historiográfica que levou ao desenvolvimento de uma nova História das RI, derivadas do movimento mais amplo relacionado à *École des Annales*.

O salto qualitativo ocorreu quando foram incorporadas aos trabalhos históricos uma perspectiva não só factual, mas também de análise da política externa em termos de grandes linhas de atuação. Essa mudança dialogava com as propostas trazidas pela *École des Annales*, especialmente relacionado à reflexão sobre a dimensão estrutural dos processos históricos. Foi nesse contexto da produção historiográfica das RI francesas que emergiu o grande diferencial da obra conjunta de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, publicada originalmente em 1992, que causou grande impacto na área e na produção de RI no Brasil.

Com efeito, a despeito de os franceses não possuírem em seu sistema institucional um espaço reservado exclusivamente as RI, sua produção intelectual e sua influência na área superam essa dimensão. Isso se deve em grande medida à abrangência que suas abordagens teóricas e metodológicas alcançaram não só no Brasil, mas em todo mundo, sobretudo na área de História. Por mais que um estudioso de História das RI não compartilhe as visões da revolução historiográfica proposta pelos franceses, são raros aqueles que se atrevem a ignorá-la enquanto contribuição significativa no cenário intelectual do século XX.

A influência da Inglaterra nas RI produzidas no Brasil, por sua vez, pode ser considerada mais relacionada à percepção de certa autonomia das reflexões realizadas pela área. Esse é o caso da chamada Escola Inglesa de RI, que vêm sendo utilizada

como referência em questões tanto de ordem teórico-metodológicas, quanto aplicadas em discussões temáticas que envolvam aspectos normativos, como direitos humanos, intervenções humanitárias, meio ambiente, segurança coletiva, entre outros.

No que diz respeito à participação da tradição norte-americana, é fato que este país possui a mais robusta contribuição na área em termos comparativos mundiais. Essa característica que marca as RI dos Estados Unidos possui ligação com o desenvolvimento que as Ciências Sociais passaram entre as décadas de 1970 e 1980 com o Behaviorismo e o Funcionalismo.

Nesse sentido, as influências teóricas e metodológicas dos Estados Unidos são difíceis de serem dimensionadas tanto no caso específico do Brasil, como também em outros países, já que este é considerado o principal centro de discussões na área e, portanto, o *mainstream* das RI. Além disso, sua contribuição é diversificada, complexa e dinâmica, sendo constantemente posta à prova e atualizada devido às facilidades proporcionadas pela estrutura institucional e científica das RI naquele país, bem como do lugar de prestígio e de reconhecimento que estas possuem na sociedade norte-americana.

A título de síntese e ensaio de sistematização, podem-se destacar as seguintes influências dos Estados Unidos nas RI brasileiras: as abordagens realistas e neorealistas; o liberalismo político e econômico aplicado as RI; as teorias da democracia e da paz democrática; as discussões sobre segurança regional e internacional; os revisionismos teóricos contemporâneos relacionados ao pós-modernismo; as teorias dos regimes; institucionalismo, multilateralismo e organizações internacionais; política internacional; entre outros.

Por fim, cabe apontar no conjunto das influências teóricas a participação do estruturalismo latino-americano ou abordagens relacionadas à Teoria da Dependência. Segundo Tickner, esta seria a variação teórica mais substantiva produzida pela região, representando uma ferramenta analítica importante na compreensão das dinâmicas internacionais que a afetam.

Dependency theory was celebrated as the first genuine peripheral approach to development and international insertion. In general terms, the diverse authors grouped together under the dependency label seek to explain economic underdevelopment in the periphery as the product of the specific nature of global capitalism, as well as examining the ways in which external

dependency has molded internal processes in ways that reinforce inequality and exclusion.<sup>251</sup>

Com efeito, a região foi capaz de produzir um pensamento com riqueza teórica, metodológica e epistemológica utilizando-se de diversas variáveis para compreender os fenômenos, tendo como visão do sistema internacional a dimensão centro-periferia, categoria que foi construída a partir de perspectivas econômicas, políticas e sócio - culturais.

Para Bernal-Meza, o estruturalismo representou a única resposta ao *mainstream* acadêmico da área, e possibilitou o desenvolvimento de aportes nacionais para a análise das questões internacionais, revelando sua capacidade de motivar a construção de abordagens originais sobre o impacto doméstico das dinâmicas externas.<sup>252</sup>

No caso brasileiro, além de corresponder à nacionalidade de um dos autores seminais da Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso, essa tradição se refletiu em abordagens críticas sobre o sistema mundial e sobre a inserção internacional do Brasil presente em diversos autores e obras.

Em síntese, pode-se afirmar a partir da perspectiva de Cervo acerca da vinculação nacional das teorias<sup>253</sup> que o Brasil tem buscado sua especificidade na área de RI em meio a esta diversidade de influências das tradições teóricas de outros países ao inserir sua contribuição em termos de conceitos. Estes, por sua vez, buscam atender as demandas explicativas próprias calcadas em um olhar brasileiro sobre o país e sobre o ambiente internacional. Esse processo favorece sobremaneira o desenvolvimento qualitativo da área, bem como seu amadurecimento reflexivo em relação às demais produções que circulam em nível mundial.

### 3.3.3. Produtores de conceitos

Amado Cervo identifica na produção brasileira especializada em RI a estruturação em torno de conceitos ao invés de teorias. Segundo o autor, essa é característica das contribuições realizadas em terreno brasileiro, constituindo a base do

---

<sup>251</sup> TICKNER, Arlene, 2003, op.cit., p. 327.

<sup>252</sup> BERNAL-MEZA, Raúl, op.cit.

<sup>253</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008a, op.cit.; CERVO, Amado Luiz, 2008b, op.cit.

que ele denomina de um pensamento sem teoria.<sup>254</sup>

Os conceitos brasileiros [...] lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e o externo.<sup>255</sup>

A grande parte das atividades intelectuais associadas às RI pode ser compreendida como derivadas dessas três categorias sistematizadas por Cervo. Entre o primeiro grupo, o autor destaca os fundadores da antropologia brasileira na virada do século XIX para o século XX, os integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, e os intelectuais vinculados ao ISEB nos anos 1950. No segundo grupo estariam concentrados os governantes e os diplomatas, entre os quais se destacam Oswaldo Aranha, Araújo Castro, Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Ramiro Saraiva Guerreiro, João Neves da Fontoura e Vasco Leitão da Cunha. O terceiro grupo, por fim, estariam os acadêmicos, que não são identificados pelo autor e tomam a forma genérica de estudiosos dos temas internacionais que buscam desenvolver ferramentas analíticas próprias para o trabalho intelectual de compreensão de seu objeto.<sup>256</sup>

O primeiro grupo representa, em grande medida, o acumulado histórico no qual a área de RI no Brasil se referenciou, buscando na reflexão desses autores e pensadores idéias e conceitos que pudessem lançar luz sobre os problemas internacionais de um modo geral, e o papel do Brasil e das questões nacionais em particular.

O segundo grupo, por sua vez, diz respeito àqueles atores que lidam cotidianamente com a prática diplomática e os fatos políticos e que, por essa razão, tem a contribuir a área justamente pelo contato com o “mundo real” ou base empírica, que figura como um dos objetos de interesse das RI.

No caso brasileiro este diferencial que singulariza este grupo, fazendo-o com que figure como produtores de conceitos, apresenta potencial de colaborar em proximidade com o grupo dos acadêmicos em virtude da possibilidade que é dada aos diplomatas de realizarem estudos mais aprofundados durante o curso de formação do Instituto Rio Branco. Entretanto, é preciso ponderar que as atividades intelectuais da

---

<sup>254</sup> CERVO, Amado Luiz, 1994, op.cit.

<sup>255</sup> CERVO, Amado Luiz, 2008b, op.cit., p. 14.

<sup>256</sup> Ibidem.

Diplomacia não configuram como uma contribuição científica na concepção rigorosa do termo tal como a do terceiro grupo de produtores de conceitos identificados por Cervo.

Posto isso, o interesse envolvido na incorporação da visão de Cervo sobre o caráter da produção brasileira de RI está relacionado à compreensão do desenvolvimento acadêmico- institucional da área. Na medida em que a área se desenvolve qualitativamente por meio da construção de conceitos, e tem nesse último produtor seu maior contribuinte, percebe-se que o crescimento quantitativo da área pode indicar um fator favorável para que o salto qualitativo aconteça por meio dos produtores de conceitos da terceira categoria.

Essa análise fornece um elemento que permite marcar a especificidade das atividades intelectuais de RI no Brasil, que, por um lado, não estão confinadas somente ao ambiente acadêmico devido ao compartilhamento de interesses com outros setores e, por outro, não estariam concentradas na formulação de teorias, mas sim de conceitos. Em outras palavras, essas atividades estariam situadas mais próximas ao atendimento das demandas e dos interesses percebidos como relevantes para a sociedade e o Estado brasileiros do que da preocupação de formular teorias abstratas e com baixo correspondente empírico.

### **3.4. Considerações do terceiro capítulo**

O objetivo deste capítulo foi aprofundar as questões relativas à criação do curso de RI da UnB em 1974 e o desenvolvimento institucional até 2008. Por meio da análise quantitativa e qualitativa, alguns aspectos foram destacados. Entre estes, a distribuição e a concentração nas regiões brasileiras, a distribuição por tipo de instituição e categoria administrativa, a concentração do número de vagas por estado e por grupo de estados e sua distribuição por período e a distribuição por reconhecimento legal. Também foram analisados o desenvolvimento entre 1974 a 2008 e a distribuição da criação de cursos neste mesmo período, incluindo a diferenciação entre as instituições públicas e privadas.

Foi possível observar que as RI brasileiras possuem sua singularidade em meio às experiências de demais países como aqueles analisados no capítulo 1. Essa singularidade, por sua vez, pode ser identificada tanto em termos institucionais quanto aos efeitos que estes lançam sobre a produção especializada.

## CONCLUSÃO

Ao abordar historicamente a graduação em RI no Brasil, esta dissertação buscou evidenciar elementos de ordem econômica, política, social e cultural que influenciaram este processo, bem como suas dinâmicas de desenvolvimento. Uma das questões de destaque deste trajeto refere-se à sua relação com os diferentes momentos internacionais pelos quais o Brasil passou entre 1974 e 2008 e seu impacto em termos de percepção da sociedade brasileira.

Com efeito, a criação do curso na UnB em 1974 relaciona-se à idéia de que o país vivenciava um aprofundamento de sua participação no ambiente internacional, impulsionada pelas demandas do projeto de desenvolvimento arquitetado pelo regime militar. A convicção dos militares de que o Brasil possuía características que o colocavam em destaque na cena internacional foi combinada ao investimento no projeto de transformá-lo em uma potência mundial.

Para isso, a política externa foi utilizada como trampolim, pois era percebida como capaz de promover as condições necessárias para atingir os objetivos do Brasil. Além disso, esta opção contribuía para dissipar as tensões políticas domésticas provenientes do autoritarismo do regime e legitimar os avanços em termos de desenvolvimento nacional alcançados pelos militares.

Nesse sentido, os processos internacionais repercutiam de forma intensa no Brasil, exigindo que o acompanhamento e as análises dessas dinâmicas se tornassem mais qualificadas devido a sua maior complexidade. O contexto da Guerra Fria e a aceleração dos fluxos da globalização, bem como o impacto desses eventos nos cálculos de países como o Brasil, colocavam cada vez mais em pauta novas demandas explicativas.

Ainda que se mantivesse o monopólio da *execução* da política externa, não era mais possível confiar somente ao Itamaraty a *reflexão* sobre as relações internacionais e seus impactos para o país. Fazia-se necessária a ampliação da quantidade e da qualidade de quadros capacitados a pensar as questões internacionais, pois este processo teria o potencial de estimular um maior envolvimento da sociedade brasileira nos desafios externos do país. Por essa razão, a abertura do curso da UnB foi bem recebida pelo Ministério das Relações Exteriores, contando inclusive com o apoio direto em sua estruturação.

As RI no Brasil, depois de inauguradas em ambiente acadêmico especializado e autônomo, passaram por diferentes momentos nesses trinta e cinco anos analisados. Por uma década, a experiência da UnB figurou como oferta exclusiva, representando uma formação de difícil acesso e, até certo ponto, privilégio para poucos. Uma pessoa que quisesse obter formação de nível superior em RI tinha que enfrentar uma concorrência acirrada com todos aqueles que igualmente pretendiam o mesmo objetivo e tinham a UnB como única opção; e, após consegui-lo, necessariamente se transferir para a capital do país. Outra dificuldade intrínseca ao curso diz respeito à exigência de domínio de línguas estrangeiras, o que na década de 1970 não era um conhecimento de fácil acesso, sobretudo para as camadas de renda mais baixa.

Entre meados da década de 1980 e 1990, o ritmo de crescimento não se alterou significativamente, com iniciativas isoladas em instituições privadas localizadas em capitais que acabavam mantendo as mesmas características da UnB em termos de seus padrões de oferta e dificuldade de acesso.

Foi a partir de 1995 que a formação de RI e, nesse sentido, a própria área de RI passou por transformações substantivas. O crescimento institucional a partir deste ano foi constante, embora não homogêneo. O acesso ao curso, até então limitado e envolto por um *status* social diferenciado, tornou-se uma opção bastante procurada, superando áreas e profissões tradicionais.

As interpretações para este processo relacionam-se, por um lado, com a própria flexibilização do ensino superior no período e a ampliação de vagas, agora oferecidas por numerosas instituições privadas; e, por outro, ao aprofundamento da inserção do Brasil nas dinâmicas da globalização a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

No que diz respeito em particular a este último fator, o governo Cardoso preconizava uma maior participação brasileira nos fluxos da economia global pautado no pensamento predominante daquele período: o neoliberalismo. É nessa direção que a internacionalização da economia brasileira foi empreendida adotando como procedimentos as privatizações de empresas estatais, a abertura ao capital e as empresas estrangeiras, e a redução dos gastos e dos investimentos públicos.

Os efeitos sociais dessa política foram controversos; porém, do ponto de vista econômico, gerou uma dinâmica interna que se mostrou positiva ao longo dos anos, capaz de combater um dos principais problemas macroeconômicos do país, a inflação.

Somado a isso, essas políticas contribuíram para que não só a economia brasileira se internacionalizasse e o país transitasse internacionalmente de forma mais ativa, mas também para que os fluxos da globalização se disseminassem na sociedade brasileira.

Isso porque se percebia que cada vez mais as decisões e os processos inseridos na lógica global influenciavam as questões domésticas e, portanto, o cotidiano das pessoas. As fronteiras entre o local e o global pareciam cada vez mais diluídas, sendo essa visão reforçada pelos meios de comunicação que colocavam em evidência os fenômenos internacionais em rede nacional.

O projeto de integração regional, o Mercosul, igualmente contribuiu para que um espírito nacional voltado às temáticas internacionais fosse popularizado no país. Tendo como referência as dinâmicas da União Européia, que engendrava no seio das sociedades dos países envolvidos a idéia de construção de uma cidadania européia, a integração sul-americana parecia ser na década de 1990 um horizonte imprevisível em que expectativas, tanto otimistas quanto pessimistas, eram lançadas.

Este cenário e este apelo dos acontecimentos internacionais no país contribuíram para que a novidade – e também as incertezas - do curso de RI, bem como suas carências, fossem relativizadas em nome da percepção de que esta seria a “formação do futuro”, conectada ao novo momento do Brasil e dos processos globais.

Com a mudança de governo e a chegada do presidente Lula, a idéia de fortalecer os objetivos do desenvolvimento por meio da política externa novamente ganhou densidade. Inserida em um contexto favorável de redistribuição e reconfiguração do poder no sistema internacional pós Guerra Fria, essa alteração, e, porque não, essa ampliação do papel da inserção internacional do Brasil convocou a sociedade brasileira a perceber a ambição e as potencialidades do país de se tornar um protagonista mundial.

Dessa forma, a tendência de valorização da formação de RI permaneceu em voga, pois o país continuou a investir na atuação externa como uma alternativa viável para fortalecer as bases nacionais do desenvolvimento. Ademais, as mudanças trazidas pela internacionalização da economia durante os mandatos de FHC não poderiam ser ignoradas ou simplesmente rompidas, até porque estas foram responsáveis pela transformação de padrões produtivos e de investimentos, com impactos sociais importantes.

A graduação em RI continuou sendo, pois, uma opção bastante procurada nos anos 2000, porém com a possibilidade dessa formação ser buscada em um número

maior de instituições públicas do que na década de 1990. Essa democratização do acesso ao curso no setor público não representou, todavia, a desmistificação de seu *status* social e a percepção das dificuldades envolvidas em sua realização.

De qualquer forma, o aumento da oferta no âmbito público representa fenômeno significativo para a área, sugerindo tanto sua viabilidade enquanto uma graduação específica de nível superior quanto o convencimento do Estado da importância do investimento nessa nova formação. Além disso, a presença deste curso em instituições públicas favorece a construção de espaços para o desenvolvimento de pesquisa especializada em virtude da própria dinâmica das universidades, fato este que contribui sobremaneira para a qualificação do debate acadêmico e da produção brasileira de RI.

Pensar a área de RI no Brasil e suas características impõe, portanto, pensar a relação entre os eventos econômicos, políticos, sociais e culturais que influenciaram a sua criação e impulsionaram a intensidade de seu desenvolvimento. De fato, no caso brasileiro isso se relaciona de modo substantivo aos projetos de política externa e aos rumos internacionais do país, que fomentaram uma demanda por quadros qualificados a trabalhar a partir destes referenciais.

É nesse sentido que a análise da construção da área e do crescimento institucional a partir dos cursos de graduação e a sua relação com a presença internacional do Brasil figura como objeto relevante na agenda de pesquisa de RI. É a idéia do *Brasil no mundo e o mundo no Brasil* que justifica a demanda por uma formação específica em RI, inter e multidisciplinar em sua natureza, mas autônoma em sua reflexão e relevante na sua especificidade em termos de produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Artigos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 1, pp. 11-36, 1993. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/rbpi/1993/129.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas a serviço da inserção internacional do Brasil In: *Revista Brasileira de Política Internacional (Número Especial 40 anos)*, n. 41, pp. 42-65, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300004&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300004&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 07 jul. 2009.

BELL, Duncan. Writing the World: disciplinary history and beyond In: *International Affairs*, n. 85, v. I, 2009, pp. 3-22. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/121637302/abstract?CRETRY=1&SRETRY=0>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

BÜGER, Christian. Paradigms, Cultures and Translations: Seven Ways of Studying the Discipline of International Relations *Draft Paper for presentation at the Annual Conference of The International Studies Association*, Chicago, Fev. 2007, 40 p. Disponível em: <<http://www.iue.it/Personal/Researchers/bueger/Documents/Bueger%20ISA%202007%20-%20Seven%20ways%20of%20studying%20IR%20-%20Draft%204.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory In: *Millenium Journal of International Relations*, 1981, v. 10, no. 2, pp. 126-155. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/cgi/content/citation/10/2/126>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n.2, 2008b, pp. 8-25.

FGV-CPDOC. *Anos de Incerteza (1930-1937): os intelectuais e o Estado*. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_história/htm/anos30-37/ev\\_inteest001.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_história/htm/anos30-37/ev_inteest001.htm)> . Acesso em: 13 mai. 2009.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961 - 1989). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, 1997, pp. 18-40. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291997000100002&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291997000100002&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 07 jul. 2009.

GUIMARÃES, Lytton L. Relações Internacionais como Campo de Estudo: Discurso, Raízes e Desenvolvimento, Estado da Arte. In: *Cadernos do REL*, n. 17, 2001, pp. 5-62.

HERZ, Mônica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, pp. 7-40, jan/jun, 2002.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations In: *Daedalus*, n. 3, v. 106, 1977, pp. 41-60. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/20024493> >. Acesso em: 29 jan. 2009.

KAPLAN, Morton A. Is International Relations a Discipline? In: *The Journal of Politics*, n. 3, v. 23, 1961, pp. 462-476. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2127101>>. Acesso em: 01 set. 2008.

LESSA, Antonio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias) In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, v. 48, n.2, pp. 169-184, 2005b. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-3292005000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-3292005000200009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 07 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil In: *Revista ComCiência*, [S.l.]. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=98>> Acesso: 12 ago. 2007.

LIPSON, Michael et. al. Divided Discipline? Comparing Views of U.S. and Canadian IR Scholars In: *International Journal*, (62) 2, 2007, pp. 327-343. Disponível em: < <http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/DividedDiscipline.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

MALINIAK, Daniel et. al. Inside the Ivory Tower In: *Foreign Policy*, March/April, 2009. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story\\_id=4685&page=1](http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=4685&page=1)>. Acesso em: 16 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. One Discipline or Many? TRIP Survey of International Relations Faculty in Ten Countries. Institute for the Theory and Practice of International Relations at The College of William and Mary, Virginia, 2009. Disponível em: <[http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/Final\\_Trip\\_Report\\_2009.pdf](http://irtheoryandpractice.wm.edu/projects/trip/Final_Trip_Report_2009.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2009.

MARTINS, Luciano. *A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940*. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_04/rbcs04\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2009.

MASON, Alpheus Thomas. "History of the department" In: LEITCH, Alexander. *A Princeton Companion*. Princeton: Princeton University Press, 1978. Disponível em: <[http://www.princeton.edu/politics/about/history\\_of\\_the\\_department/](http://www.princeton.edu/politics/about/history_of_the_department/)> Acesso em: 19 mar. 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Junho/Julho/Agosto 2000, n. 14, pp. 131-150. Disponível em: < [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_09\\_ANA\\_WALESKA\\_P\\_C\\_MENDONCA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_09_ANA_WALESKA_P_C_MENDONCA.pdf)> Acesso em: 07 jul. 2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.12, jun., pp.83-98, 1999.

\_\_\_\_\_. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. In: *Revista de*  
142

*Sociologia e Política*. Curitiba, n.20, jun., pp.103–114, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>>. Acesso: 28 mai. 2007.

PALMER, Norman D. The Study of International Relations in the United States: Perspectives of Half a Century. In: *International Studies Quarterly*, n. 3, v. 24, 1980, pp. 345-346. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600251>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

ROCHE, Jean-Jacques. L'enseignement des relations internationales en France: les aleás d'une "discipline-carrefour" In: *La revue internationale et stratégique*, n. 47, automne, 2002, pp. 100-107. Disponível em: <[http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=RIS\\_047\\_0100](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=RIS_047_0100)>. Acesso em: 07 jul. 2009.

SANTOS, Everton Rodrigues. Ideologia e Dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, jan./abr. 2007, p. 154.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área In: *História*, vol. 24, n. 1, pp. 11-39, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O IBRI e o Brasil – 50 anos In: *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/2006/09/22/o-ibri-e-o-brasil-50-anos/>> Acesso em: 11 nov. 2009.

SATO, Eiiti. Os desafios para a formação de uma identidade comum no ensino de Relações Internacionais. In: *V Encontro de Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do CONESUL*, Brasília, 30 de outubro de 1999. Mimeo.

SCHMIDT, Brian. Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of IR. In: *International Studies Quarterly*, n.42, v.3, 1998, pp. 433-459. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600746>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

TICKNER, Arlene B. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies In: *International Studies Perspectives*, v. 4, 2003, pp. 325-350. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118855639/HTMLSTART>> Acesso em 18 fev.2009.

\_\_\_\_\_. Latin American IR and the Primacy of *lo práctico* In: *International Studies Review*, n. 10, 2008, pp. 735-748. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/121520296/HTMLSTART>> Acesso em: 18 fev. 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1994, pp. 24 – 36. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1994/114.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2009.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations In: *International Organization*, n. 4, v. 52, 1998, pp. 687-727. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2601355>>. Acesso em 07 jul.2009.

WILSON, Peter. The Myth of the “First Great Debate” In: *Review of International Studies*, n. 24, v. 5, 1998, pp. 1- 15. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=71437>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

## 2. Livros e capítulos de livros

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: LGE, 2006.

ARIMOTO, Akira. “Observações sobre o relacionamento entre a função do conhecimento e o papel da universidade” In: *Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política*. Brasília: UNESCO, SESI, 2005. pp. 177-206.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

\_\_\_\_\_. *Estudos Políticos*. Coleção Pensamento Político, 18. Tradução Sérgio Bath. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BADIE, Bertrand. *L'État Importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

\_\_\_\_\_. *La Fin des Territoires: essai sur Le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995.

\_\_\_\_\_. *Um Monde sans Souveraineté: les états entre ruse et responsabilité*. Paris: Fayard, 1999.

BADIE, Bertrand ; SMOUTS, Marie Claude. *Retournement du monde: sociologie de La scène internationale*. Paris: Fond Nationale Science Politique, 1995.

\_\_\_\_\_. *L'international sans territoire*. Paris: L'Harmattan, 1999.

BARBÉ, Ésther. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1995.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. “Anos Trinta e Política: História e Historiografia” In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 159-182.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Do Estado Patrimonial ao Gerencial” In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 222 – 259.

BRIGAGÃO, Clóvis. *Relações Internacionais no Brasil: instituições, programas, cursos e redes*. Rio de Janeiro: Gramma, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989). A Revolução Francesa da Historiografia*.

São Paulo: UNESP, 1997.

CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008a.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CERVO, Amado Cervo; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COWEN, Robert. “Grã-Bretanha: políticas-multiplicadoras da universidade: nota sobre tecnologias sociais.” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pp. 271 – 292.

DUHAMEL, Christian. “França: universidade do 3º Milênio\_ U3M. In: MORHY, Lauro. Brasil – Universidade e Educação Superior” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pp. 293- 308.

DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. EDIPE, São Paulo, 1967.

DUROSELLE, \_\_\_\_\_. *Europe de 1815 a nos jours: La vie politique et relations internationales*. 3.ed. Paris: Puf, 1970.

\_\_\_\_\_. *Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours*. 11 ed. Paris: Dalloz, 1993.

\_\_\_\_\_. *Todo Império Perecerá: Teoria de Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, ANO, 10º edição.

FONSECA JR., Gelson. “Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980)” In: FONSECA JR. Gelson; LEÃO, Valdemar Carneiro (Orgs.) *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/ Editora Ática, 1989 (v. II), pp. 275-283.

FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

GOLDMAN, Alvin I. *Knowledge in a Social World*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

JANNE, Henri. *A Universidade e as Necessidades da Sociedade Contemporânea*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

KINSER, Kevin. “Estados Unidos da América: estrutura e inovação na educação superior” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo: Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pp. 221-241.

KONDER, Leandro. “História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta” In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. Ed., São Paulo: Contexto, 2007, pp. 355-374.

LESSA, Antônio Carlos. “O ensino de relações internacionais no Brasil” In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz (Orgs.) *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005a, pp. 33-50

\_\_\_\_\_. “A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil” In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Orgs.) *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas v.2*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

MASSI, Fernanda. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras” In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, pp. 410-460.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. *La Vie Internationale*. Paris: A. Colin, [S.l].

MICELI, Sérgio. “Por uma Sociologia das Ciências Sociais”. In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989a, pp. 5-19.

\_\_\_\_\_. “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais” In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989b.

MORHY, Lauro. “Brasil: Universidade e Educação Superior” In: MORHY, Lauro (Org.) *Universidade no Mundo – Universidade em Questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pp. 25-60.

MORIN, Edgar. *Ciência com ConsCiência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PEDRA, José Alberto. *Currículo, Conhecimento e suas Representações*. Campinas: Papirus, 1997.

RENOUVIN, Pierre. *La Crise Européene et La prémire guerre mondiale*. 4.ed. Paris: Presses Univ. France, 1962.

\_\_\_\_\_. *Histoire des Relations Internacionales*. 8 volumes. Paris: Hachette, 1964.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço para a Ciência: a Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SMOUTS, Marie Claude. *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

VARGAS, Everton Vieira. *O Legado do Discurso. Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social Brasileiro e Latino-Americano*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. “A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil” In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz (Orgs.) *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, pp. 17-31

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

### 3. Dissertações e Teses

MANZUR, Tânia. *Opinião pública e política externa nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000 (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, Beatrice Laura Carnielli. *A Reforma Universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política para o ensino superior*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, 201 p. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. *Idéias, Instituições e Política Externa Brasileira no Brasil de 1945 a 1964*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005 (Dissertação de Mestrado).

### 4. Documentos

BATH, Sérgio F. Guarischi. [Carta] Brasília, 15 out. 1976. (mimeo)

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp)>. Acesso: 13 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. *Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2007.

CAMPOS, Lauro Álvares da Silva. *Estudo de Viabilidade de Criação do Curso de Relações Internacionais*. Brasília, 16 out. 1973. (mimeo)

CARLI, João Carlos de. *Projeto de Lei n. 3.001-C de 1980*. Brasília, 1980. (mimeo).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais*. Brasília, 03 de agosto de 1977. (mimeo)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. *Ata de Criação do Curso. Ofício n° 2070/74/MEC/SG/GAB*.

Brasília, 31 de maio de 1974. (mimeo)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Relatório da Comissão de Implantação do curso de Relações Internacionais*. Brasília, 21 de dezembro de 1973 (mimeo).

## 5. Entrevista

ALEIXO, José Carlos Brandi. *Entrevista*. Brasília, 15 de abril de 2009. (transcrita)

## 6. Notícias de jornal e revistas

JARETA, Gabriel. Problema Persistente In: *Revista Ensino Superior*, Edição 115, 04/2008. Disponível em: < <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12132>> Acesso em: 14 set. 2009.

“Publicidade e Propaganda lidera a concorrência do vestibular 2009 da USP” In: UOL VESTIBULAR, São Paulo, 07/11/2008. Disponível em: < <http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2008/11/07/ult798u23729.jhtm>> . Acesso em: 03 ago. 2009.

## 7. Sítios da Internet

ABERYSTWYTH UNIVERSITY. Disponível em: < <http://www.aber.ac.uk/en/undergrad/courses/interpol/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/abri/index\\_link.php?&pagina=3398](http://www.pucminas.br/abri/index_link.php?&pagina=3398)> Acesso em: 30 jun. 2009.

CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES INTERNATIONALES. Disponível em: <<http://www.ceri-sciences-po.org/ceri.php>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

INSTITUTE FOR THE THEORY AND PRATICE OF INTERNATIONAL RELATIONS. Disponível em: <<http://irttheoryandpractice.wm.edu/>> Acesso em: 19 mar. 2009.

PRINCENTON UNIVERSITY. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/politics/undergraduate/>> Acesso em: 19 mar. 2009.

UNIVERSIA. <http://www.universia.com.ar/materia/materia.jsp?materia=26317>> Acesso em: 20 mar. 2009.

**Anexo 1. Cursos de Relações Internacionais no Brasil (Jan. 2009)**

<b>Estado</b>	<b>Cidade</b>	<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Número de vagas autorizadas</b>	<b>Reconhecimento</b>
<b>AM</b>	Manaus	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	Privada	2007	100	Não
<b>AM</b>	Manaus	Universidade La Salle	UNILASALLE	Privada	2006	160	Não
<b>BA</b>	Salvador	Centro Universitário da Bahia	FIB	Privada	1997	100	Sim
<b>BA</b>	Salvador	Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE	Privada	2000	200	Sim
<b>BA</b>	Salvador	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Salvador	FACOC-Salvador	Privada	2007	160	Não
<b>CE</b>	Fortaleza	Faculdade Católica Stella Maris	FCSM	Privada	2005	200	Não
<b>DF</b>	Brasília	Instituto de Educação Superior de Brasília	IESB	Privada	2001	360	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Centro Universitário Euro-Americano	UNIEURO	Privada	2001	200	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Faculdade Michelangelo	Michelangelo	Privada	2000	75	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	Privada	1999	60	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Universidade de Brasília	UnB	Pública	1974	80	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Universidade Católica de Brasília	UCB	Privada	1995	50	Sim
<b>DF</b>	Brasília	Centro Universitário do	UDF	Privada	2005	50	Não

Distrito Federal							
<b>ES</b>	Vila Velha	Centro Universitário Vila Velha	UVV	Privada	1999	200	Sim
<b>GO</b>	Goiânia	Universidade Católica de Goiás	-	Privada	1999	240	Sim
<b>MG</b>	Itaúna	Universidade de Itaúna	UI	Privada	2004	120	Sim*
<b>MG</b>	Belo Horizonte	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC-Minas	Privada	1996	120	Sim
<b>MG</b>	Belo Horizonte	Faculdade IBMEC	IBMEC	Privada	2007	100	Não
<b>MG</b>	Belo Horizonte	Centro Universitário de Belo Horizonte	Uni-BH	Privada	2002	200	Sim
<b>MG</b>	Uberlândia	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Pública	2008	40	Não
<b>MG</b>	Uberlândia	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Uberlândia	ESAMC-Uberlândia	Privada	2006	100	Não
<b>MS</b>	Dourados	Faculdade Anhanguera de Dourados	FAD	Privada	2001	120	Não**
<b>MS</b>	Campo Grande	Centro Universitário de Campo Grande	-	Privada	2002	140	Sim
<b>PA</b>	Ananindeua	Universidade da Amazônia	UNAMA	Privada	2005	100	Não
<b>PB</b>	João Pessoa	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	Pública	2006	90	Não*

\* A Instituição (IES) não pertence ao sistema federal de ensino superior e, portanto, os dados legais ficam sob sua responsabilidade.

\*\* O curso está em processo de extinção.

Paraíba							
<b>PE</b>	Recife	Faculdades Integradas do Recife	FIR	Privada	1998	150	Sim
<b>PE</b>	Recife	Faculdade Damas da Instrução Cristã	FADIC	Privada	2005	100	Não
<b>PR</b>	Campo Mourão	Faculdade Integrado de Campo Mourão	CEI	Privada	1998	80	Sim
<b>PR</b>	Curitiba	Centro Universitário Curitiba	UNICURITIBA	Privada	1998	150	Sim
<b>PR</b>	Curitiba	Universidade Tuiuti do Paraná	UTP	Privada	1997	80	Sim
<b>PR</b>	Curitiba	Faculdade Internacional de Curitiba	FACINTER	Privada	2007	120	Não
<b>PR</b>	Curitiba	Faculdades Integradas do Brasil	UNIBRASIL	Privada	2002	150	Sim
<b>PR</b>	Guarapuava	Faculdade Guarapuava	-	Privada	2000	120	Sim
<b>PR</b>	Foz do Iguaçu	Faculdade Anglo-Americano	FAA	Privada	2006	120	Não
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Centro Universitário Metodista Bennett	Bennett	Privada	2000	200	Sim
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Pública	2008	120	Não
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas IBMEC	Faculdades - IBMEC	Privada	2006	100	Não
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro	ESPM	Privada	2006	80	Não
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Faculdades Integradas Anglo-Americano	FIAA	Privada	2006	100	Não

<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	Privada	2002	150	Sim
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Universidade Cândido Mendes	UCAM	Privada	2003	400	Sim
<b>RJ</b>	Niterói	Universidade Federal Fluminense	UFF	Pública	2007	60	Não
<b>RJ</b>	Niterói	Instituto Superior de Ciências Humanas e Filosofia La Salle	ISCHF La Salle	Privada	2004	300	Sim
<b>RJ</b>	Campos dos Goytacazes	Universidade Cândido Mendes	UCAM	Privada	2006	360	Não
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Universidade Estácio de Sá	UNESA	Privada	1985	240	Sim
<b>RJ</b>	Niterói	Universidade Estácio de Sá	UNESA	Privada	1985	80	Sim
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Universidade Estácio de Sá – Campus VI	UNESA	Privada	1985	260	Sim
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Universidade Estácio de Sá- Copacabana	UNESA	Privada	1985	100	Sim
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro	Centro Universitário da Cidade	UniverCidade	Privada	1998	240	Sim
<b>RN</b>	Natal	Universidade Potiguar	UnP	Privada	2008	240	Não
<b>RR</b>	Boa Vista	Universidade Federal de Roraima	UFRR	Pública	2006	30	Não
<b>RS</b>	Porto Alegre	Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre	ESPM-POA	Privada	2006	100	Não
<b>RS</b>	Porto Alegre	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública	2003	40	Sim

<b>RS</b>	Canoas	Centro Universitário La Salle	UNILASALLE	Privada	2002	100	Sim
<b>RS</b>	Lajeado	Centro Universitário Univates	UNIVATES	Privada	2007	120	Não
<b>RS</b>	Santa Cruz do Sul	Universidade Santa Cruz do Sul	UNISC	Privada	2008	55	Não
<b>RS</b>	Caxias do Sul	Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul	FAACS	Privada	2006	200	Não
<b>RS</b>	Caxias do Sul	Faculdade Montserrat	MONTSEERRAT	Privada	2005	100	Não
<b>RS</b>	Passo Fundo	Faculdade Anglo-Americano de Passo Fundo	-	Privada	2008	160	Não
<b>SC</b>	Joinville	Instituto de Ensino Superior Santo Antônio	INESA	Privada	2004	80	Não**
<b>SC</b>	Tubarão	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Pública	1996	50	Sim*
<b>SC</b>	Palhoça	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Pública	1996	50	Sim*
<b>SC</b>	Florianópolis	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Pública	2003	90	Sim*
<b>SC</b>	São José	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Privada	1996	55	Sim*
<b>SC</b>	Florianópolis	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pública	2008	80	Não
<b>SC</b>	Florianópolis	Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis	FCSF	Privada	2004	100	Não
<b>SC</b>	Blumenau	Instituto Blumenauense de Educação Superior	IBES	Privada	2002	100	Sim
<b>SE</b>	São Cristóvão	Universidade Federal de	UFS	Pública	2008	50	Não

Sergipe							
<b>SP</b>	São Paulo	Universidade de São Paulo	USP	Pública	2001	60	Não*
<b>SP</b>	São Paulo	Centro Universitário Belas Artes de São Paulo	FEBASP	Privada	2001	150	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Faculdades Integradas Rio Branco	FRB	Privada	1998	225	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Centro Universitário Ibero-Americano	UNIBERO	Privada	1999	192	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	Privada	1999	270	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	Privada	1999	270	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Faculdade Tancredo Neves	FTN	Privada	1999	150	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Faculdade Santa Marcelina	FASM	Privada	1998	100	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado	FEC-FAAP	Privada	1998	180	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	Privada	2000	100	Sim
<b>SP</b>	São Paulo	Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	Privada	2006	200	Não
<b>SP</b>	São Paulo	Universidade Anhembi	UAM	Privada	2002	220	Sim

\*\*\* A FMU oferece dois cursos, cuja única distinção é o início do seu funcionamento, a saber, o primeiro em 2000 e o segundo em 2009. Como há o cadastro separado de cada um destes cursos no cadastro do INEP, optou-se por manter a diferenciação.

Morumbi							
SP	Ribeirão Preto	Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	Privada	2005	160	Não
SP	São Paulo	Centro Universitário Assunção	UniFAI	Privada	2004	60	Não
SP	São Paulo	Centro Universitário Álvares Penteado	FECAP	Privada	2003	150	Sim
SP	São Paulo	Trevisan Escola Superior de Negócios	TREVISAN	Privada	2001	100	Não
SP	São Paulo	Trevisan Escola Superior de Negócios****	TREVISAN	Privada	2001	100	Não
SP	Santo André	Centro Universitário de Santo André	UniA	Privada	2007	240	Não
SP	Santo André	Centro Universitário Fundação Santo André	CUFSA	Pública	2003	210	Sim*
SP	Sorocaba	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba	ESAMAC - Sorocaba	Privada	2006	80	Não
SP	Marília	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP-Marília	Pública	2002	40	Não*
SP	Franca	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP-Franca	Pública	2002	100	Não*
SP	Campinas	Escola Superior de Administração,	ESAMAC-Campinas	Privada	2006	160	Não

\*\*\*\* A diferença entre as duas opções são os períodos de oferta, a saber, o primeiro Noturno e o segundo Diurno. Manteve-se a diferenciação do cadastro do INEP.

Marketing e Comunicação de Campinas							
SP	Campinas	Universidade Paulista	UNIP	Privada	2004	230	Não
SP	Campinas	Faculdade de Ciências Econômicas	FACAMP	Privada	2002	80	Sim
SP	Bauru	Instituto de Ensino Superior de Bauru	IESB	Privada	2008	150	Não
SP	Ribeirão Preto	Centro Universitário Moura Lacerda	CUML	Privada	1997	50	Sim
SP	Santos	Centro Universitário Lusíada	UNILUS	Privada	1995	80	Sim
SP	São Paulo	Universidade Paulista	UNIP	Privada	2004	230	Não
SP	Guarujá	Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	Privada	2005	120	Não

**Fonte:** Tabela construída pela autora com base nos dados do INEP, jan. 2009.

**Anexo 2. Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil (Jun. 2009)**

<b>Estado</b>	<b>Instituição</b>	<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Área de Concentração</b>	<b>Avaliação do Mestrado</b>	<b>Avaliação do Doutorado</b>
<b>RJ</b>	Universidade Federal Fluminense	Pública	Economia e Política das relações Brasil, Américas e Europa	3	-
<b>DF</b>	Universidade de Brasília	Pública	Política Internacional e Comparada e História das Relações Internacionais	5	5
<b>PB</b>	Universidade Estadual da Paraíba	Pública	-	-	-
<b>RJ</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública	-	3	-
<b>RJ</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Privada	Política Internacional	5	5
<b>RS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	Política Internacional e Processos de Integração Regional	4	-
<b>SP</b>	Universidade de São Paulo	Pública	-	4	4
<b>SP</b>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho* / Universidade de Campinas/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Pública	Política Externa; Instituições, Processos e Atores; Paz, Defesa e Segurança Internacional	4	-
<b>RJ</b>	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos	Privada	Ciência Política	3	-
<b>MG</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Privada	-	3	-

**Fonte:** Dados colhidos na CAPES. Disponível em:

<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70900000&descricaoArea=CI%20CANCIA+HUMANAS+&descricaoAreaConhecimento=CI%20CANCIA+POL%20CDTICA&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIA+POL%20CDTICA+E+RELA%20D5ES+INTERNACIONAIS>> Acesso em: 18 jun. 2009.

\* Sede do Programa de Pós-Graduação.

### Anexo 3. O Sistema de Educação Superior no Brasil

<b>Tipo de instituição</b>	<b>Características</b>
<b>Universidades</b>	São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.
<b>Universidades Especializadas</b>	São instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como, por exemplo, Ciências da Saúde ou Ciências Sociais, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa e extensão, em áreas básicas e/ou aplicadas.
<b>Centros Universitários</b>	São instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
<b>Centros Universitários Especializados</b>	São instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
<b>Faculdades Integradas e Faculdades</b>	São instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino.
<b>Institutos Superiores ou Escolas Superiores</b>	São instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).
<b>Centros de Educação Tecnológica</b>	São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

**Fonte:** Dados colhidos no INEP (Jul. 2009). Disponível em: < [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao\\_superior.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm)> Acesso em: 30 jul. 2009.

#### **Anexo 4. Entrevista com Professor Padre José Carlos Brandi Aleixo 15 de abril de 2009.**

##### **1. De quem foi a idéia de abrir o curso de Relações Internacionais na UnB?**

Pouco depois que cheguei à UnB, em fevereiro de 1969, apresentei ao reitor Caio Benjamin Dias os contatos da UnB com a área de Relações Internacionais (RI). A questão da casa de estudantes para hospedagens de estrangeiros que vinham fazer cursos, e a presença nos prédios de estudantes, vários estrangeiros.

Formulei um curso de especialização em América Latina (AL) em 1980, que se repetiu a cada dois anos até 1990. Este curso foi anterior ao mestrado em RI e seguia a lógica do MRE - antes de abrir um mestrado específico, abrir uma especialização. No total foram realizados seis cursos de especialização em AL, composto por metade brasileiros e metade estrangeiros. No final, eram oferecidas cerca de 30 vagas.

A proposta de um curso de RI foi apresentada ao reitor Caio. O curso seria vinculado diretamente à diretoria do Instituto de Ciências Humanas (IH). O Diretor do IH de 1974 era o prof. Roque Laraia. Participamos de reuniões, convidando pessoas para dar sugestões, entramos em contato com o pessoal da Economia. Havia uma referência, o doutorado em Georgetown nos Estados Unidos e a graduação, ambos muito famosos, voltados à preparação de quadros para a diplomacia. Não existia o Rio Branco em Brasília, ele estava no Rio de Janeiro. Em 1974 foi realizado o primeiro vestibular.

A UnB teve um departamento de Política. Em 1970 a reitoria fundiu o departamento de Política com os já existentes em Antropologia e Sociologia, fundando o Departamento de Ciências Sociais. Em 1976 é fundado o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Eu fui o primeiro Chefe desse departamento.

##### **2. Qual o modelo adotado?**

O curso de RI se baseia muito nesta experiência do curso de Ciências Sociais, tendo como base o tripé Direito, Economia e Política. Havia conhecimento de cursos de RI em outros países, mas não havia tanto contato. Sei que na América Latina a iniciativa pioneira é da Universidad de Rosário, na Argentina. Eu estive lá posteriormente a abertura do curso da UnB e soube do pioneirismo deles.

##### **3. Qual o objetivo da criação do curso?**

Atender uma demanda que já era existente no mundo econômico de empresas estrangeiras no Brasil e empresas brasileiras no estrangeiro, além das organizações internacionais. No governo Geisel havia uma prioridade para as relações com a América Latina e a África; portanto, precisávamos de pessoas que entendesse desses continentes, além de quadros para trabalhar nas embaixadas em Brasília. Havia também uma demanda por jornalistas voltados a temas internacionais.

#### **4. A iniciativa pioneira tinha algo relacionado ao perfil arrojado e novo da proposta da UnB?**

Não houve contato com militares, ainda que as escolas militares trabalhassem a parte internacional. O reitor Azevedo, que era militar, tinha doutorado na MIT e, portanto, tinha uma sensibilidade maior ao mundo das RI. Ele foi receptivo à idéia.

#### **5. Alguma outra universidade se interessou pelo projeto?**

Sei que existiram dois cursos, não reconhecidos, em universidades particulares, um no Rio de Janeiro e outro em Belém. Nós tivemos um contato preliminar com eles. Também tivemos contato com a diplomacia, com a experiência da diplomacia. E havia a simpatia do MRE com relação ao curso.

#### **6. Qual era a relação efetiva da UnB com o MRE?**

Não encontrou acolhida no MRE a idéia de inserir o Instituto Rio Branco dentro da UnB, parecido com o modelo dos Estados Unidos. Antes era possível entrar no Rio Branco dois anos após ter iniciado qualquer curso reconhecido, e por isso também houve um esforço para que o curso de Relações Internacionais da UnB fosse reconhecido rapidamente.

Ocorreu também um entendimento com MRE, especificamente com o Rio Branco, de cooperação, com diplomatas como professores do curso da UnB, e professores da UnB lecionando no Rio Branco. Isso ocorreu quando o Rio Branco foi transferido para Brasília em janeiro de 1976.

Pensamos em convidar um diplomata para lecionar a disciplina de Política Externa Brasileira, mas havia muita prudência de seguir a linha geral do governo da época. Eu acabei assumindo esta disciplina. No curso de especialização convidamos diplomatas brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil para proferir palestras, cursos. Havia cooperação mútua. Chamávamos cinco ou seis diplomatas para expor sobre a política externa do seu país.

Há uma diferença de momentos da própria política externa brasileira e como isso repercutia nas atividades do curso. Em 1976/77, as relações do Brasil com a Argentina estavam difíceis por causa de Itaipu. Assim, quando convidamos o embaixador argentino para dar um curso, ele alertou que trataria de qualquer tema, exceto relações bilaterais Brasil-Argentina. Já na década de 1980, em um curso de especialização, novamente convidamos o embaixador argentino, que era outro naquele período, que sugeriu o tema bilateral para a palestra. Naquele momento o Brasil e a Argentina viviam um bom momento nas suas relações exteriores. Também foram realizados cursos de extensão. Eu participei da organização de três deles.

O Rio Branco trazia muitos benefícios. Havia ajuda-moradia, e a possibilidade de terem alunos estrangeiros regulares. Os primeiros estrangeiros a cursarem o Rio Branco – eu dei aula a eles - foram um aluno da África e um do Equador.

### **7. Qual é a avaliação atual do senhor sobre o curso, após quase 35 anos?**

Há uma presença maior do Brasil no mundo. Com a atual política do MRE o número de embaixadas cresceu. Brasília é segunda cidade do mundo que mais possui residentes de embaixadas. Isso significa que há uma presença mútua do Brasil em outros países, e de outros países no Brasil.

Há também as empresas, a Odebrecht, a Camargo Correa, participando de obras importantes em outros países. Isso coloca uma demanda maior de conhecedores de Relações Internacionais.

As Relações Internacionais hoje encontraram sua singularidade enquanto curso. Temos menos direito que um advogado, menos economia que um economista, menos política que um cientista político, mas a vantagem de ter uma base nas três áreas. Isso torna a formação relevante para certos trabalhos, certas missões. Ter o conhecimento histórico e político dos países... O Direito não trata disso, com raras exceções. O aluno tem uma visão sobre tudo isso e ainda o domínio em línguas estrangeiras.

Na prática, há uma demanda real, no mundo político, da literatura, da cultura, da diplomacia. É importante ter diversos centros, com ênfases regionais. É importante essa geografia especializada.

